



Contornos de Opressão

história passada e presente das mulheres

Ana Maria Paim Camardelo
Caroline Ferri
Mara de Oliveira
(Orgs.)



Contornos de opressão: história passada e presente das mulheres

Ana Maria Paim Camardelo
Caroline Ferri
Mara de Oliveira
(organizadoras)



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

Ambrósio Luiz Bonalume

Vice-presidente:

Carlos Heinen

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

*Vice-Reitor e Pró-Reitor de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico:*

Odacir Deonísio Gracioli

Pró-Reitor Acadêmico:

Marcelo Rossato

Diretor Administrativo:

Cesar Augusto Bernardi

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenador da Educs:

Renato Henrichs

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldino Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Cesar Augusto Bernardi (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Marcia Maria Cappellano dos Santos (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

Contornos de opressão: história passada e presente das mulheres

(organizadoras)

Ana Maria Paim Camardelo

Mestra e Doutora em Serviço Social. Professora no Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade de Caxias do Sul. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais e é uma das líderes do Grupo de Pesquisa Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais. É pesquisadora na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, processo de trabalho, políticas públicas sociais, trabalho e pobreza.

Caroline Ferri

Mestra e Doutora em Direito. Tem experiência como pesquisadora na área de Direito e Filosofia, com ênfase em Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: hermenêutica jurídica, direito e discricionariedade da decisão judicial, teoria do poder político. Atualmente, é professora no Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais e do Grupo de Pesquisa Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais.

Mara de Oliveira

Doutora em Serviço Social. Professora aposentada pela Universidade de Caxias do Sul. Participa do Grupo de Pesquisa Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais. Estuda e pesquisa na área das políticas sociais públicas em geral e, particularmente, em reflexões e sistematizações sobre política social pública de assistência social; família e políticas sociais públicas; controle social, e direitos sociais e meio ambiente.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

C763 Contornos de opressão [recurso eletrônico]: história passada e presente das mulheres / org. Ana Maria Paim Camardelo, Caroline Ferri, Mara de Oliveira. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.
Dados eletrônicos (1 arquivo).

ISBN 978-85-7061-817-7

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Literatura - Mulheres. 2. Violência - Mulheres. 3. Feminismo. 4. Mulheres. I. Camardelo, Ana Maria Paim, 1965-. II. Ferri, Caroline, 1980-. III. Oliveira, Mara de, 1955-.

CDU 2.ed.: 82-055.2

Índice para o catálogo sistemático:

1. Literatura – Mulheres	82-055.2
2. Violência – Mulheres	343.4-055.2
3. Feminismo	141.72

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Paula Fernanda Fedatto Leal – CRB 10/2291



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972– Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

SUMÁRIO

Apresentação7

Parte 1 MULHERES E LITERATURA

Escrita literária feminina: conquista de autonomia e reconhecimento 18
Salette Rosa Pezzi dos Santos

Estudos culturais de gênero: implicações nos estudos literários 30
Cecil Jeanine Albert Zinani

O cotidiano: uma crônica sobre a sutileza da opressão do feminino 42
Daísa Rizzotto Rossetto - Caroline Ferri

Parte 2 A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

**A paixão como atenuante: crimes passionais em Caxias do Sul nos
anos 30 (século XX) 53**
Fabrício Romani Gomes - Luiza Horn Iotti

**Sexismo, especismo e racismo: a produção de sentidos em discursos de
campanhas de cerveja 70**
Patrícia Lessa

Brasil em trabalho de parto: um estudo sobre a violência obstétrica..... 89
Luciele Mariel Franco - Isadora Vier Machado

**Gênero, movimentos sociais e subjetividades na educação: mapeamento da
institucionalização do nome social nas Universidades do Sul do
Brasil 113**
Crishna Mirella de Andrade Correa

**Mulheres catadoras: a reprodução das tarefas domésticas na efetivação do
trabalho remunerado 142**
Laís Duarte Corrêa - Ana Maria Paim Camardelo
Mara de Oliveira - Nilva Lúcia Rech Stedile

Sobre as autoras e o autor 158

A publicação ora apresentada descreve, relata, caracteriza, analisa os contornos da opressão, segregação, discriminação, do não reconhecimento da igualdade entre gêneros. Apesar de estarem presentes há muitos séculos em nossa sociedade, os processos de reconhecimento do “lugar” ocupado pelas mulheres ainda são insuficientes.

Diante disso, é um privilégio poder constatar, sobre vários “olhares”, as opressões (encharcadas de violências, incluindo as simbólicas) e desigualdades vivenciadas pelas mulheres ao longo da História da humanidade. Refletir sobre searas diferentes, dando visibilidade ao que não se tinha, mas, também, ao que pode ser caracterizado como transgressão *ao status quo*, que entre outros as (os) sentenciou à fogueira, ao encarceramento em conventos: históricos modos de segregação, discriminação, exploração, não reconhecimento dos direitos, mas que, ao lado destas, foram edificadas maneiras de resistência que, cumulativamente, permitiram as lutas e conquistas atuais.

Com exceção de um homem (que escreve com uma mulher), os demais textos foram escritos por mulheres. Ele e elas têm algo em comum: luta intransigente por direitos e práticas não coercitivas. Como aponta Patrícia Lessa, “os feminismos surgem justamente para sacudir as evidências [...] questionar a divisão sexual da sociedade, opor-se à hierarquização dos gêneros”.

Para melhor compreensão e articulação das análises aqui expostas, optou-se por dividir o presente livro em duas partes: Parte 1 – *Mulheres e literatura*; Parte 2 – *A importância da pesquisa na descrição e análise de violências contra as mulheres*.

Para apresentação de cada artigo, preferiu-se utilizar, em grande medida, citações diretas dos textos. O objetivo foi o de dialogar diretamente com o demarcado e interpretado, dando ênfase ao defendido pelas escritoras.

A Parte 1 é integrada por três artigos: 1. *Escrita literária feminina: conquista de autonomia e reconhecimento*, com autoria de Salete Rosa Pezzi dos Santos; 2. *Estudos culturais de gênero: implicações nos estudos literários*, de

Cecil Jeanine Albert Zinani; e 3. *O cotidiano: uma crônica sobre a sutileza da opressão do feminino*, elaborado por Daísa Rizzotto Rossetto e Caroline Ferri.

A Parte 2 é formada por cinco sistematizações, relatos oriundos de pesquisas: 1. *História e poder: discursos e práticas de gênero no Judiciário de Caxias do Sul, 1900/1950*, desenvolvida por Fabrício Romani Gomes e Luiza Horn Iotti; 2. *Sexismo, especismo e racismo: a produção de sentidos em discursos de campanhas de cerveja*, formulada por Patrícia Lessa; 3. *Brasil em trabalho de parto: um estudo sobre a violência obstétrica*, construída por Luciele Mariel Franco e Isadora Vier Machado; 4. *Gênero, movimentos sociais e subjetividades na educação: mapeamento da institucionalização do nome social nas universidades do Sul do Brasil* elaborada por Crishna Mirella de Andrade Correa; 5. *Mulheres catadoras: a reprodução das tarefas domésticas na efetivação do trabalho remunerado*, de Laís Duarte Corrêa, Ana Maria Paim Camardelo, Mara de Oliveira e Nilva Lúcia Rech Stedile.

Parte 1 – Mulheres e literatura

A apreensão sobre a história da opressão, segregação e discriminação da mulher pode ser assimilada, ainda, pelo espaço social da literatura brasileira, ocupado apenas no século XIX e início do XX. É disso que trata o texto de Salete Rosa Pezzi dos Santos, para quem a invisibilidade e o isolamento aos quais a mulher foi submetida tiveram como consequência “não ter acesso ao conhecimento e não lhe ser creditada capacidade intelectual”.

Isto fundou, nas análises da autora Salete, a denominada República Masculina das Letras, com “a estratificação da inteligência, verdadeiro monopólio dos grupos de poder”, sendo negada à mulher “a legitimidade cultural como sujeito do discurso [...] até mais ou menos, a década de 70’, pois as mulheres não eram reconhecidas como seres pensantes e capazes de produção intelectual”. O resultado foram obstáculos a “ter uma voz autônoma” na produção escrita, o que estabeleceu uma tradição que vinculou literatura ao protótipo masculino, que “adquiriu um caráter de universalidade”; contrariamente, as experiências femininas foram neutralizadas “e sua representação subtraída de importância por não poder ser contextualizada dentro de sistemas de legibilidade que privilegiavam as chamadas ‘verdades humanas universais’”.

Mas, no contraponto, como resistência, as *mulheres de letras* como as denomina Salete Rosa Pezzi dos Santos, constroem espaços de luta, no tempo histórico citado, “marcando época por sua personalidade inquieta e posicionamento transgressor. Muito antes que ações feministas se fizessem ouvir de forma veemente, essas autoras falavam do mundo da mulher e buscavam ser ouvidas”.

Então, por que historicamente a literatura escrita por mulheres foi considerada “inferior”, os estudos e pesquisas que desvelem tais expressões têm indispensável importância ao movimento feminista, uma vez que os escritos de mulheres devem ser pensados como bem salienta Salete, como “um ato intelectual libertador, [pois] faculta à mulher pensar-se como um ser humano capaz de encontrar seu próprio caminho, sua própria voz”. Através dos estudos da literatura de mulheres é possível “libertar suas subjetividades, questionando desvirtuamentos naturalizados como verdades axiomáticas”.

Na mesma seara das discussões sobre literatura e mulheres, encontram-se as reflexões efetuadas por Cecil Jeanine Albert Zinani, que busca articular gênero, estudos culturais e a problemática do gênero em tais estudos. A relevância de tal conjugação se dá, segundo a autora, porque os estudos culturais abrangem, entre outros, “a relação cultura, poder e modalidades de transformações sociais” o que por si só os integra (os estudos) com as questões de literatura e feminismo, pois isso impacta significativamente “sobre o descentramento do sujeito cartesiano e sociológico, visto que se constituiu numa ruptura teórica”. Logo, os estudos culturais permitem, entre outros, “examinar o processo de opressão a que as mulheres, historicamente, foram submetidas; na centralidade das questões de gênero e sexualidade, para tratar a categoria de poder; na inclusão de questões relacionadas ao sujeito e ao subjetivo”.

Para dar conta de tal temática, Cecil caracteriza primeiramente sobre estudos culturais, princípios fundadores, obras precursoras e seus autores. Em seguida, delinea particularidades sobre os estudos de gênero no mundo, apontando as primeiras mulheres escritoras e defensoras de direitos iguais. Assim, tem-se: a) a francesa Olympe de Gouges (no período da Revolução Francesa), que em seus escritos “exigia os mesmos direitos dos homens, proclamando, então, os direitos femininos em um manifesto, em tudo semelhante à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*” (tendo sido guilhotinada, em 1793); b) a inglesa

Mary Wollstonecraft, que “publicou, em 1792, a obra *Vindication of the rights of woman*”, inspiradora da brasileira Nísia Floresta Brasileira Augusta que, em 1832, publicou *Direito das mulheres e injustiças dos homens*.

Muitas são as escritoras do século XX, para Cecil, as baluartes do feminismo: Virginia Woolf e Simone de Beauvoir em suas respectivas obras *Um teto todo seu* (*A room of one's own*), publicada em 1928, e *O segundo sexo* (*Le deuxième sexe*), publicada em 1949. Por isso traz alguns aspectos das obras dessas duas autoras.

Os escritos de Woolf evidenciam os “problemas que envolvem a produção intelectual das mulheres, devido primeiramente, à precariedade de suas condições materiais, posteriormente, à sujeição intelectual da mulher o que dificulta uma expressão própria”. A importância de Virginia Woolf para o movimento feminista se dá, sem dúvida, pela defesa a que os textos escritos por mulheres deveriam retratar: “experiência feminina, uma vez que ocupam uma posição social diferenciada, e não estão atrelados à produção masculina, instituindo uma tradição específica”.

Em síntese, para Cecil Jeanine Albert Zinani, “a construção da identidade feminina deve-se a múltiplas interações que estabelecem o conjunto dos sistemas de interpretação das diferentes áreas, ou seja, é uma construção social”. Tais interações determinaram os preceitos segregadores e discriminatórios, pelos quais “as mulheres são sensivelmente prejudicadas: Razão, Sujeito e Produção constituem realizações masculinas, em oposição a Emoção, Objeto e Reprodução, prerrogativas femininas”.

Destarte, investigar a questão do gênero feminino ou do “sujeito feminista” é, de acordo com Cecil, prover “formas de subversão do patriarcalismo e da submissão feminina”, uma vez que o “feminismo confere às mulheres uma identidade política capaz de identificar práticas discursivas e sociais mantenedoras do *status quo* e a possibilidade de subvertê-las”.

Quanto à questão do gênero feminino e a literatura, Cecil descreve especificamente acerca da teoria crítica feminista, a qual “preocupa-se com a representação da mulher no texto literário, escrito por autores. Também investiga a autoria feminina tanto em obras contemporâneas quanto em obras publicadas em tempos passados”. Por conseguinte, as reflexões realizadas por Cecil têm relevância no sentido de conhecer o feminismo na literatura, especificamente

estudos culturais de gênero, uma vez que, como ela mesma afirma, “problemas importantes como educação, divórcio, opressão feminina, além de muitos outros, foram apresentados em textos ficcionais, ainda no século XIX [...]”.

Para fechar a Parte 1, há um conto redigido por Daísa Rizzotto Rossetto e Caroline Ferri. Através dele as contistas relatam, em ficção, um dia qualquer, no cotidiano (que poderia não ser ficção)¹ de quem se propõe a enxergar, tomar consciência, dos múltiplos contornos repassados enquanto representação ideológica e praticados contra as mulheres e os animais. A personagem relata um dia em sua vida, permeado de sofrimento por perceber as agruras e, de certa forma, a apatia com que as pessoas vão aceitando a cotidianidade da opressão, do abuso, da violência física e simbólica. É como ela se expressa: “A mulher, a vaca, a cadela, todas fêmeas, todas elas... todas subjugadas, exploradas, abusadas, todas usadas como objetos, todas violentadas e oprimidas.”

Parte 2 – A importância da pesquisa na descrição e análise de violências contra as mulheres

O artigo de abertura dessa Parte 2 é resultado da pesquisa *História e poder: discursos e práticas de gênero no Judiciário de Caxias do Sul, 1900/1950* e, segundo seus autores, Fabrício Romani Gomes e Luiza Horn Iotti, tem como objeto de estudo “investigar quais representações o Judiciário de Caxias do Sul elaborou, no contexto em questão, sobre as mulheres que se envolveram em processos-crime na posição de vítimas e/ou transgressoras, bem como na construção das relações de gênero”.

Apesar de o recorte dado ao artigo serem as representações do Judiciário, parte-se do pressuposto de que as representações (sociais ou simbólicas) têm sua produção “nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais”.²

Isto significa que as opiniões (expressas nos relatos e em afirmações dos diferentes sujeitos envolvidos) exprimem uma certa visão coletiva de homem e

¹ Lembrando Virginia Woolf: “[...] não existe nada mais fascinante do que enxergar a verdade por trás daquelas imensas fachadas de ficção – isso se a vida for de fato verdadeira e se a ficção for de fato fictícia.” (WOOLF, Virginia. *Mrs. Dalloway*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012. p. 5).

² GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 20.

mundo, socializada entre diversos atores, na maioria das vezes hegemônica. Visão dos anos de 1930, em muitos aspectos, infelizmente, ainda atual. Aqui, a realidade (poderia ser confundida com a ficção assinalada no texto de Daisa e Caroline), transposta em violência, exhibe o cotidiano de diferentes mulheres, que têm em comum a brutalidade como elemento norteador das relações afetivas, mesmo que os motivos possam ser diversos: a “preta” Cecília que “saiu de sua residência, a fim de trabalhar na limpeza de uma casa”, foi recebida, após doze horas de trabalho, aos “socos e ponta-pés” pelo marido. Cecília foi agredida porque não teve “oportunidade de preparar a refeição do meio-dia”.

Fabrício e Luiza trazem crimes passionais, motivados pela “paixão”, assassinatos de mulheres: “muitas foram mortas porque quiseram se separar do companheiro ou marido, outras porque estavam na rua quando eles voltaram para casa, outras porque não aceitaram a proposta de fazer sexo ou resolveram procurar outro namorado/companheiro”. Isso, de certa forma, significa dizer, nas palavras dos autores, “que um homem mata a sua mulher quando ‘considera que não há mais como controlar a mulher e seu todo, tanto corpo como seus desejos, pensamentos e sentimentos’”. O mote do assassinato por “paixão”, na época em questão, era o adultério ou o suposto adultério. Não esquecendo que a punição por adultério “com a morte já esteve escrita nos códigos de leis vigentes no Brasil”. A lógica dominante de tal prerrogativa encontra-se assinalada no texto como decorrência dos direitos do casamento, que previam que “o marido conceda a mulher uma certa “proteção”. [...] ‘a proteção que este concede à mulher reclama, por sua vez, obediência, coabitação, fidelidade; ao marido cabem a eleição do domicílio e a escolha quanto ao modo de educar os filhos’”. Como síntese, Fabrício e Luiza concluem que “o julgamento dos femicídios segue a norma da época, ou seja, absolvem-se os acusados alegando que os mesmos agiram em um momento de perturbação dos sentidos, em estado de ‘loucura momentânea’”.

As leis desde 1930 mudaram. A lógica dominante, representação social ainda não exterminada, continua. Um número significativo de homens e mulheres de todas as idades e classes sociais ainda entendem que ao homem se deve obediência, devoção; que a mulher é a caça e o homem, o caçador. Isso fica explícito no texto de Patrícia Lessa, em que a mesma retrata a relação, a partir de base teórica conceitual, entre mulher, carne e cerveja produzidas em campanhas publicitárias de cerveja no Brasil.

Nessas propagandas, é possível detectar, conforme Patrícia, “a cerveja e as mulheres a objetos de consumo para os homens, e a carne como símbolo de dominação”. A equiparação de mulheres a animais tem influência no patriarcado, que apontou determinados padrões de pensar e agir: “Nessa relação as mulheres estariam mais próximas dos animais, por isso, são na nossa cultura associadas a nomes como vaca, galinha, égua, potranca, cachorra.” Diante desse argumento (aliados a outros), Patrícia infere: “Se carne é um símbolo de dominância masculina, então a presença da carne proclama o desempoderamento das mulheres”. Isso vale, igualmente, para o “esporte” de caça que “representa a dominação dos homens sobre as mulheres”. Demonstração disso são metáforas utilizadas em relação ao sexo: “Não raras vezes é denominado de prazeres da carne, luxúrias da carne, fome sexual.” Mas, a despeito das metáforas servirem igualmente às relações sexuais, tanto para homens como para mulheres, há uma disparidade entre elas, pois como lembra a autora, “quando um homem procura uma mulher para uma noite ele é visto como o caçador, sua arma é o falo, símbolo da masculinidade e da virilidade. Se a mulher se dá facilmente, então ela é a presa fácil. Por isso, muitos eventos onde o corpo feminino é destaque são nomeados de mercado de carnes, açougue.”

Tão brutal e não menos invisível forma de violência é aquela oriunda do parto que, como analisam Luciele Mariel Franco e Isadora Vier Machado, afeta, em altas taxas negativas “milhares de mulheres brasileiras em seus processos reprodutivos, podendo atingir proporções físicas, psicológicas, sexuais e até materiais”. Por isso consideram “a violência obstétrica [como] uma das mais evidentes formas de violências de gênero”.

Para dar conta de tal problema, as autoras definem e examinam “a violência obstétrica, expondo suas diversas modalidades apresentando as condições do cenário atual, seus problemas e possíveis soluções”.

O parto fica sob o monopólio da medicina, apenas a partir do século XIX (no Brasil, o parto realizado no hospital inicia na segunda metade do século XX). Até então, as parteiras (mulheres), que detinham conhecimento sobre o corpo feminino, eram as responsáveis pelo nascimento da espécie humana.

Salienta-se que, quando a medicina (durante muitos séculos exercida exclusivamente por homens) passou a “estudar” a anatomia feminina, o fez a partir da representação da negatividade e inferioridade dessa em relação à

masculina, além da descrição da “natureza feminina” associada somente “às funções de mãe e esposa, suas atividades ligadas à esfera privada da família”.

Como se posicionam Luciele e Isadora, as “experiências de violência obstétrica são verificadas desde o início da hospitalização do parto, apesar disso, cada vez mais o parto medicalizado foi associado à civilidade, ocasionando uma relação de causalidade”, mesmo efetuando formas já provadas de violência contra a mulher e o bebê.

O movimento atual denominado humanização do parto, articulando ideias e alternativas ao nascimento de crianças, é da década de 80, e pauta suas premissas na promoção do parto ativo com o “protagonismo da mulher e luta contra a banalização da cesárea”.

O elevado índice de cesáreas resultou, no Brasil, em 2000 no Pacto Nacional pela Redução das Taxas de Cesáreas, através da Portaria 466/2000 e o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN), “que utiliza o termo humanização no sentido de equidade e cidadania, tendo como foco principal a garantia de um padrão mínimo na assistência”.

Infelizmente, tal movimento encontra muitas resistências, baseadas, principalmente, nas “concepções médicas intervencionistas, pautadas por valores como rapidez, controle, planejamento, racionalização”.

A violência obstétrica constitui, de acordo com Luciele e Isadora, uma violência de gênero por ser utilizada em “uma condição específica das mulheres que é a reprodução feminina, para perpetuação de hierarquias e dominação através do uso de violências e/ou de descaso”.

O artigo de Crishna Mirella de Andrade Correa³ traz uma discussão inovadora sobre “os processos de luta pelo direito do nome social [...] na experiência da transexualidade” delimitado à “produção de resoluções nas universidades públicas brasileiras e do processo de institucionalização do nome social verificado frente à recusa do nosso Congresso Nacional, em deliberar sobre o assunto”.

³ Salientamos que, dos oito artigos selecionados, sete deles tratam de forma específica da questão das mulheres. Este é, em essência, o motivo do título do livro e dos temas principais. Contudo, diante da relevância e atualidade da discussão sobre os direitos dos transexuais, no que se refere ao uso de nome social, optamos por inserir artigo envolvendo essa temática. Entendemos que os debates havidos sobre a violência praticada contra as mulheres serve, de maneira geral, como subsídio para a compreensão de gênero.

Para dar conta de seu propósito, Crishna, primeiramente, toma posição na defesa do nome social. Para ela o mesmo tangencia a “ideia do desafio de SER no espaço institucional, de estar inclusa/o, de resistir, apesar das configurações da “normalidade”, da padronização do ensino, das condições sociais desfavoráveis para estar ali, dos símbolos opressores de raça, gênero e sexualidade; das regras e dos rituais, elaborados para atender à maioria e marginalizar a minoria”.

Em seguida assinala, a partir da tradição jurídica-brasileira, os entraves na alteração do prenome civil: “É possível observar que a possibilidade da mudança de nome é uma grande exceção, e restrita a poucas situações”.

Demonstra, através de análise histórica desde o primeiro Projeto de Lei (72/2007), permissão de mudança de nome de pessoas trans, que “o Legislativo brasileiro se esquivava de tratar das questões de sexualidades e identidades de gênero”. Infelizmente, o cenário político daquele momento histórico em “relação às causas LGBT não permitiu que a negociação dos termos do projeto fosse além da permissão formal, para que o Judiciário julgasse essas causas ainda condicionadas à apresentação de laudos médicos”. A demora na tramitação do projeto o tornou obsoleto, dentro dos avanços das discussões promovidas pelos setores envolvidos, o que resultou na edificação de um novo projeto.

A autora veicula ainda a atuação das instituições religiosas (católicas e evangélicas) contrárias ao não avanço da tramitação dos projetos, justificando tal atitude como aquela que faz parte do “contexto de controle das sexualidades dissidentes, [...] e produz um discurso de vigilância tendo como base a heteronormatividade”.

Como último relato de pesquisa, exhibe-se o artigo de Laís Duarte Corrêa, Ana Maria Paim Camardelo, Mara de Oliveira e Nilva Lúcia Rech Stedile, no qual as autoras buscam retratar a opressão das mulheres no espaço profissional, no caso as que participam de processos de trabalho na catação de resíduos sólidos. Percebe-se que as mulheres continuam sendo dispostas às tarefas ditas domésticas (limpar, arrumar, organizar). Qual mulher não ouviu nos vários espaços profissionais as frases: Você faz o café, pois faz melhor; a fulana elabora a ata porque é mais organizada; a beltrana faz as ligações, pois tem voz mais bonita. É como assinalam as autoras: “A ideologia dominante propagadora da opressão feminina é de tal maneira disseminada e assimilada que agrega diferentes sujeitos e espaços institucionais: [...]; as mulheres que aceitam o trabalho e, em um

número significativo de vezes, não se dão conta das formas de exploração e do abuso imposto; da falta de solidariedade masculina”.

Através do artigo de Laís, Ana Maria, Mara e Nilva, é possível constatar, entre outros, que a ideia de igualdade de gênero, no cotidiano das relações sociais, incluindo as afetivas e profissionais, é ainda falsa. As escritoras revelam, com dados estatísticos e qualitativos, ao se apropriarem de análises do IBGE, que “as desigualdades de gênero e cor ou raça são uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro”. O que significa, por exemplo, que nenhuma catadora em Caxias do Sul recebe dois salários-mínimos ou mais, ao contrário de 6,7% dos catadores homens, que atingem tal vencimento. Indicadores sobre anos de estudos seguem a mesma lógica. Então, estudam e ganham menos e perversamente são, também, em sua maioria, responsáveis pelos afazeres domésticos, configuradores da dupla jornada de trabalho, aliados ao desenvolvimento das atividades que demandam o cuidado ao outro.

Como pontuam as autoras, “o mercado de trabalho, para além de um fator positivo no que diz respeito à autonomia, empoderamento e avanços das mulheres, é também um espaço mascarado por interesses da ideologia dominante”.

Particularmente quanto ao trabalho efetuado pelas catadoras, foi identificado que essas desenvolvem atividades “ditas femininas [...] mascaradas pelo trabalho, pois a mulher que separava (separa) os grãos para cozimento, as roupas sujas para lavar, cuidava (cuida) da limpeza da moradia, entre outros, agora realiza a separação dos resíduos, espalhando-os e classificando-os”.

Isso configura a ideia da naturalização da separação entre atividades a serem exercidas por homens e por mulheres, como alguns próprios aos sexos masculino e feminino, que, em concordância com Laís, Ana, Mara e Nilva, “deve ser enfrentada e desconstruída”.

Parte 1
MULHERES E LITERATURA

Escrita literária feminina: conquista de autonomia e reconhecimento

Salete Rosa Pezzi dos Santos

Examinada do ponto de vista das mulheres, a crítica e a teoria literárias explicitam – como faz a genealogia em outro nível – uma das principais obsessões masculinas nas sociedades patriarcais: a incerteza acerca da paternidade biológica. Enquanto, na genealogia, esta insegurança é compensada pela descrição da linhagem em termos patrilineares, na história literária este sentimento desconfortável é reprimido pela ênfase excessiva na paternidade cultural, mecanismo que implica a exclusão ou negação de qualquer elemento que possa perturbar o monopólio masculino neste sentido.

(Ria Lemaire)

Resumo: Este texto apresenta considerações sobre o espaço que as histórias da literatura brasileira, ao longo do tempo, não outorgaram à produção literária de autoria feminina, justamente pelo caráter etnocêntrico e elitista da disciplina. A tomada de consciência dessa questão tem propiciado um exame mais minucioso sobre o cânone literário, sobre os parâmetros que definiram quando uma obra respondia ao cânone ou estava fora dele. Nesse trajeto, para alargar a discussão, contribuem vários estudiosos, entre os quais Eduardo Coutinho, Elaine Showalter, Ria Lemaire, Rita Schmidt, buscando ampliar o entendimento desse processo.

Palavras-chave: Escrita de autoria feminina. História da literatura. Crítica literária feminista.

A discussão sobre o espaço social ocupado pela mulher, especialmente no século XIX e início do XX, faz emergir, de imediato, o processo de invisibilidade a que ela foi submetida. Como consequência desse isolamento, surge outra questão ainda mais crucial, a de não ter acesso ao conhecimento e não lhe ser creditada capacidade intelectual. O resultado desse processo levou a elite intelectual da época constituir-se, primordialmente, por homens de letras, os quais se fortaleciam como grupo, em espaços, exclusivamente masculinos, as *coteries* literárias. Esses grupos, de acordo com Machado Neto (1973), compunham, no contexto da literatura brasileira, a estrutura social da República das Letras, em que ocorria a estratificação da inteligência, verdadeiro monopólio dos grupos de poder. Assim, foi negada à mulher, conforme Schmidt (1995, p. 183), “a legitimidade cultural como sujeito do discurso [...] até mais ou menos, a década de 70”, pois as mulheres não eram reconhecidas como seres pensantes e capazes de

produção intelectual. A autora pondera sobre a neutralidade da experiência feminina:

Essa tradição de criatividade androcêntrica que perpassa nossas histórias literárias assumiu o paradigma masculino da criação e, concomitantemente, a experiência masculina como paradigma da existência humana nos sistemas simbólicos de representação. Na medida em que esse paradigma adquiriu um caráter de universalidade, a diferença da experiência feminina foi neutralizada e sua representação subtraída de importância, por não poder ser contextualizada dentro de sistemas de legibilidade que privilegiavam as chamadas “verdades humanas universais” e por não atingir o patamar de “excelência” exigido por critérios de valoração estética subentendidos na expressão (pouco clara, por sinal) “valor estético intrínseco”, vigente no discurso teórico-crítico da literatura. (SCHMIDT, 1995, p. 184).

Ainda assim, mulheres de letras, lutando contra essas restrições e preconceitos, buscaram participar do processo cultural-literário nacional no século XIX e início do XX, marcando época por sua personalidade inquieta e posicionamento transgressor. Muito antes que ações feministas se fizessem ouvir de forma veemente, essas autoras falavam do mundo da mulher e buscavam ser ouvidas,¹ mesmo que muitas delas tenham saído do anonimato somente a partir do desenvolvimento de estudos sobre a autoria feminina. Foi o momento em que escritoras, até então não prestigiadas por sua produção literária, começaram a ser mencionadas e registradas em dicionários de escritoras,² em antologias, em artigos científicos, em anais de eventos na área, tendo algumas delas suas obras reeditadas, e outras passaram a ter sua produção literária estudada na Academia, em pesquisas de vanguarda. Esse movimento ensejou reconhecimento a essas mulheres de letras e um lugar na nova história literária, assegurando-lhes uma visibilidade que emerge da desarticulação da visão canônica dominante na história oficial.

¹ Basta citar Luciana Maria de Abreu (1847-1880), escritora oitocentista sul-rio-grandense, que defendia o direito da mulher ao conhecimento, a um lugar no mundo das letras, à cidadania. Foi a primeira mulher a ocupar a tribuna da Sociedade Partenon Literário (Porto Alegre, 1868-1885) para proclamar suas reivindicações em prol da emancipação feminina.

² Entre outras produções desse caráter, merece destaque: MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. I, 2000; v. II, 2004; v. III, 2009. Essa produção contou com a colaboração de muitas pesquisadoras de todo o País, empenhadas em resgatar escritoras do século XIX, cuja produção passou pelo processo de ocultação, sem receber o merecido reconhecimento.

Diante dessas novas possibilidades, retoma-se o questionamento de Duarte (1998, p. 77): “Até quando resistirá a cidadela do cânone?” Ao concluir seu texto, o autor ainda interroga: “Fechamos os olhos ou deixamos entrar neles os novos tons do horizonte contemporâneo? Fechamos os ouvidos ou abrimo-los ao rumor polifônico de vozes antes caladas pelo processo que equalizou desde sempre civilização e repressão?” (p. 80). Para Cunha (p. 68), a relevância e o crescimento dessas indagações – e as de tantos outros estudiosos – acarreta “a emergência de uma nova política do valor, com o privilégio da dimensão cultural sobre confinamento no literário, do ético-político sobre o estético, do cotidiano sobre a tradição letrada, do multicultural sobre o canônico (e ocidental)”.

Essas são ponderações que induzem a perscrutar o que aconteceu ao longo do tempo com a História da Literatura, quais foram os parâmetros que definiram, quando uma obra respondia ao cânone ou estava fora dele, ou ainda, como a Crítica Literária se posicionou diante das estruturas definidas para escolher/indicar que obra poderia ser considerada de arte e qual responderia apenas à expressão momentânea de um sentimentalismo primário. Que circunstâncias, por exemplo, teriam “inspirado” o crítico literário oitocentista Araripe Júnior a desferir crítica ferina a respeito da obra *Lésbia*, de Maria Benedita Câmara Bormann, aspecto que se evidencia desde as primeiras linhas:

Cabe-me agora a ingrata tarefa de tratar do livro de uma senhora que, por todos os motivos, deveria merecer-me complicadíssimas condescendências. A sua peregrina formosura, o encanto de sua voz, a vibração do seu olhar, a gentileza do seu sexo, porém, foram precipitadamente um incentivo para que, nas páginas do livro, eu procurasse insistentemente alguma coisa que correspondesse a tanta graça física e a tão seletos dotes naturais. Infelizmente, volvi a última página do romance sem que um só estremecimento agitasse o meu espírito desprevenido. (1960, p. 260).³

Além dessas considerações e tantas outras, o crítico apresenta o resumo do livro e julga o assunto “banal”, como também afirma que a personagem é desenhada como “superficial, sem vida, vazia de alma e enigmática por convenção [...] o retrato vulgar de uma mulher tola e orgulhosa que se mete a

³ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *A carne*, por Júlio Ribeiro. In: COUTINHO, A. (Dir.). *Obra crítica de Araripe Jr.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, v. II, 1960. O artigo foi publicado no mensário *Treze de Maio*, Rio de Janeiro, nov. 1888, p. 28-33; dez. 1888, p. 107-116.

gesticular uma natureza superior”. (p. 263). Possivelmente, uma mulher pretender aspirar ao mundo letrado da época significava uma ousadia inaceitável para os detentores do discurso oficial. Até porque é perceptível que o crítico associa a vida da protagonista com a da ficcionista, visto que considera autobiográficas muitas das páginas da narrativa. Para Schmidt (1997, p. 89), o discurso do crítico “deslinda as dificuldades de legibilidade de obras de autoria feminina cujos códigos não sintonizam com os códigos de um esquema ‘ másculo ’ a partir do qual o crítico elogia os textos de autoria masculina como sérios e talentosos e menospreza os textos da única escritora referida na obra”. Poderiam essas considerações justificar a atitude de Araripe Júnior em relação à ficcionista oitocentista Maria Benedita Bormann e sua obra? Enquanto a maioria dos historiadores da literatura sequer mencionava, em suas páginas, o nome de mulheres escritoras, Araripe Júnior o fez. Entretanto, outra pergunta é urgente: Com que intenção? Atualmente, a atitude do crítico torna-se difícil de compreender, visto que a obra de Bormann tem, continuamente, sido estudada e merecido respeito e reconhecimento por seu valor artístico.

Navarro (1995) enfatiza que, ao longo da História, a mulher encontrou dificuldade para ter uma voz autônoma. E, em se tratando da produção escrita, os obstáculos foram ainda mais acentuados, restando à mulher, em muitas ocasiões, ter que recorrer ao uso de pseudônimos masculinos para proteger-se da opinião pública e angariar aceitação da crítica instituída e de leitores. A autora pondera que uma das razões

é que a literatura produzida por mulheres foi sempre considerada “feminina”, isto é, inferior, preocupada somente com problemas domésticos ou íntimos e, por isso, não merecendo ser colocada na mesma posição da literatura produzida por homens, cujo envolvimento com questões “importantes”, isto é, com a política, história e economia foi sempre assumida sem discussão. O resultado disso é que editores ansiosos por publicar obras escritas por homens não se dispunham a fazer o mesmo com as mulheres romancistas. (NAVARRO, 1995, p. 13).

Na verdade, a mulher, isolada no espaço privado, destituída de qualquer poder, não teve acesso a uma linguagem mais ampla, continuando a ser a mulher silenciosa. A recomendação era que tanto as moças solteiras quanto as mulheres casadas estivessem sob constante vigilância. Assim,

a regra era a reclusão, o regime de gineceu, que engordava o corpo e fazia murchar a inteligência; era a menina pregada às saias da mãe, misturada às mucamas, em sua companhia aprendendo a bordar e a trocar os bilros para fazer renda; pouco sabendo além de ler, escrever e contar – isso mesmo as mais afortunadas, que em algumas famílias as mantinham analfabetas [...] e a regra era o casamento muito cedo, as maternidades anuais, a autoridade do marido sucedendo à do pai, a regra era a minoridade prolongada até a velhice, determinando nas senhoras a infantilidade. (MIGUEL-PEREIRA, 1951, p. 21).

É nesse contexto de poucas oportunidades de acesso ao conhecimento, com algumas permanecendo analfabetas por escolha da família, que mulheres tentam expressar sua subjetividade, buscando, em alguns momentos, transformar suas percepções em textos escritos. Ao nos reportamos ao não lugar da mulher nas histórias da literatura, vale lembrar que o imaginário social, impregnado pelo preconceito de inaptidão da mulher para as letras, reforçava o não reconhecimento da escrita feminina.

Dessa forma, é importante retomar a história da literatura, com o intuito de atualizar alguns aspectos do processo dessa disciplina. Inicialmente, ressalta-se que a história da literatura – a concepção dessa ciência – enquanto narrativa atinge seu ponto alto no século XIX, com a obra *A história da literatura alemã desde a morte de Lessings Tod* (1886),⁴ de Julian Schmidt. De acordo com Coutinho (1999, p. 252-253), “a visão da Historiografia como a narrativização de eventos leva os historiadores da Literatura à consciência do caráter etnocêntrico e elitista da disciplina, e traz como resultado, no caso da Crítica, o questionamento do cânone, aqui representado pela história oficial.”

Trazendo a voz de Julian Schmidt, Perkins (1999, p. 4) aponta que a história narrativa da literatura, como qualquer narrativa tradicional, apresenta um herói que passa por uma transição. Assim, a partir do momento de sua existência, delinea-se o início dos acontecimentos, marcando-se como final um outro momento subsequente. O trajeto intermediário é responsável por uma mudança, quando se evidencia como o herói alcança o desfecho, organizando-se os eventos dentro de uma temporalidade. A história é contada a partir de um posicionamento partidário veemente, e esse partidarismo repete-se nas histórias da literatura, cujas omissões e ênfases têm a ver com o seu propósito organizacional. Em meados do

⁴ *Geschichte der deutschen Literatur seit Lessings Tod* (1886), obra do autor alemão Julian Schmidt (1818-1886), cujo estudo trata da história narrativa da literatura.

século XX, Wellek e Warren afirmavam que não havia qualquer dado que se configurasse como *fato* completamente neutro, pois

os juízos de valor estão implícitos na própria escolha dos materiais: na simples e preliminar distinção entre livros e literatura, no maior ou menor espaço consagrado a este ou aquele autor. Até mesmo a verificação de uma data ou de um título pressupõe uma certa espécie de juízo, um juízo que selecione este livro ou este sucesso de entre os milhões de outros livros e sucessos. (1971, p. 49).

Nesse sentido, seja qual for a intenção a guiar essa organização, toda narrativa poderá afigurar-se não completa e mesmo arbitrária, visto que qualquer evento apresenta condições de ser disposto em diferentes sequências narrativas, em qualquer tempo. Portanto, “as intenções, objetivos e legitimações das histórias literárias, a seleção e apresentação dos chamados dados e a escolha de critérios de relevância e objetividade” dependem, de acordo com Schmidt (1996, p. 103), da “implementação ou interpretação desses conceitos básicos”. Desse modo, admitindo-se que “desejos conscientes e inconscientes têm seu papel na história narrativa da literatura” (PERKINS, 1999, p. 4), torna-se adequado perguntar até que ponto as emoções dão forma ao enredo dessas narrativas. Considerada, por exemplo, uma lista de livros inventariados de bibliotecas de determinada região e época, ter-se-á a fonte com a qual será possível construir uma narrativa. Para tal foi necessário tomar partido, fazer escolhas, afigurando-se acrítico esse partidarismo, pois implica identificação com determinada geração em detrimento de outra, e, portanto “a glória vicária do narrador no triunfo do lado escolhido”. Os fatos, fenômenos ou acontecimentos referidos pelo historiador literário aconteceram no passado, entretanto, afirma Coutinho,

como seu relator é também um indivíduo historicamente situado, ele constrói sua narração à luz de uma visão comprometida com o tempo e o local da enunciação. Como construção discursiva, a história é a narrativização de eventos literários, e como tal ela não pode fugir ao movimento hermenêutico referido. (2003, p. 16).

Para muitos leitores, todavia, preconiza Perkins (1999, p. 5), “parecerá mais apropriado que um historiador da literatura seja fortemente partidário porque, dessa forma, revela a perspectiva dos escritores que são seu assunto”. Ao discorrer sobre o estudo crítico da instituição literária, tal como se tem apresentado, Perus

(1997) recomenda a necessidade de se examinarem os fundamentos epistemológicos e axiológicos prevalentes no estabelecimento das relações da literatura com a língua, de um lado e, de outro, com a história, como também os princípios básicos de disciplinas correspondentes, como a linguística, a filosofia, a hermenêutica, a estilística, a retórica, além da análise do discurso e do sistema recepcional. Schmidt (1996, p. 102) também pondera que “no momento em que as editoras estão esgotando a venda dos novos produtos, seria importante sentir-se obrigado a voltar a uma reflexão mais paciente e demorada sobre os fundamentos da escrita de histórias de literatura”.

Historiadores, por longa data, acreditaram que a certeza sobre os fatos era precária. Os historiadores literários também entenderam que os dados de uma história literária não são fatos vistos de forma objetiva, mas sempre interpretados e avaliados. A maior dificuldade em relação à escrita de histórias literárias tem sido concatenar dados em períodos, épocas, gêneros. Para Schmidt, a construção de tais unidades de nível mais elevado vai depender, principalmente,

de conceitos pressupostos dominantes de “literatura”, “história” e de conceitos para mediar entre “literatura” e “sociedade” como, por exemplo, os conceitos de causalidade, teleologia, teleonomia, inovação, mudança, continuidade e descontinuidade, influência, contiguidade, efeito, estrutura, evolução. (1996, p. 104).

A sequência de considerações apontadas por Schmidt suscita inquirir como deverão ser relacionados os textos ou eventos literários, para que, nesse encadeamento, o historiador literário chegue a “totalidades comparáveis”. Além disso, as histórias literárias deverão orientar-se por que aspectos: textos, autores, conceitos da história das ideias? Que outros fatores poderiam servir como parâmetros para essa organização? Quanto ao gênero da autoria, poderia constituir uma das categorias para se examinar a construção de uma história da literatura? Assim, caberia indagar ainda: Como discutir os limites de algo, sem correr o risco de abalar estruturas hegemônicas de poder, que se estabeleceram como fatos naturais ao longo do tempo?

Nesse contexto, difundem-se ideias que passam a relativizar a importância de métodos e de conceitos teóricos tradicionais. Assim, o conhecimento histórico torna-se variável, dependendo, conforme Soihet,

tanto [de] uma determinada época do passado, quanto [de] uma dada situação do historiador no tempo, o qual procura interpretar os processos de mudança através de um conhecimento dialético. Tal panorama torna mais factível a *integração da mulher da experiência social das mulheres na história*, já que sua trama se tece basicamente do cotidiano, e não a partir de pressupostos rígidos e de grandes marcos. (1997, p. 98, grifo nosso).

Portanto, resgatar a noção de interdisciplinaridade, como forma de apreensão do conhecimento, assim também como questionamento da validade dos limites que separam as disciplinas ou áreas do conhecimento, tornou-se imprescindível.

Além das mudanças registradas a partir dos anos 60, correntes de pensamento, como a Nova História, os Estudos Culturais, Pós-Coloniais, somadas ao *boom* do desconstrucionismo, contribuíram para a historicização da Teoria Literária, ignorando a pretensão de “universalidade que a dominara na fase anterior”. Assim, passa a ver-se como uma inquirição “tanto sobre o discurso por ela focado e suas relações com o contexto em que surge, quanto sobre si própria como prática discursiva também localizada” (COUTINHO, 1999, p. 250), colocando em dúvida a prescrição etnocêntrica e monocultural até então não questionada. Lemaire (1994, p. 58), discorrendo sobre o Poder Político e Cultural masculino, pondera:

É pela ideia de ancestralidade que são legitimadas situações atuais. Neste sentido, nos discursos das ciências humanas, as representações masculinas sobre a mulher, como o sexo “natural, essencial e universalmente” mais fraco, podem ser consideradas como uma das formas mais radicais deste tipo de legitimação de poder: não se trata apenas de representações ancestrais, uma vez que elas nunca foram diferentes. (1994, p. 58).

Esses processos de reflexão provocam um novo entendimento sobre as obras literárias, vistas agora como uma prática discursiva entre outras produções culturais, acarretando uma aproximação da Teoria Literária com outros campos do saber, desmitificando-se, assim, construtos tidos, até então, como naturais.

Nessa trajetória, cabe apontar a Crítica Literária que, na mesma época, esteve atrelada a concepções de universalidade, apresentando-se, ela também, etnocêntrica e monocultural, caráter desvelado pelos efeitos da ruptura, quando as mesmas inquirições de que foi alvo a Teoria Literária a atingiram. Nesse trajeto, a

crítica feminista assume um papel importante, pois, entre outros aspectos, preocupa-se em denunciar a misoginia da prática literária.

Humm (1989), discorrendo sobre essa prática, acreditava que desenvolver e escrever crítica literária poderia não representar, em relação à mulher, o ato feminista mais revolucionário; entretanto, reconhece a autora, a crítica feminista está preocupada em discutir as diferenças. Humm (1989, p. 82) ainda complementa, observando que a crítica feminista contrapõe três problemas dentro da Crítica Literária. Primeiramente, o problema da história da literatura na perspectiva do gênero, analisada a partir do estudo de textos produzidos por homens, observando como aparecem as mulheres “frequentemente moldadas em um rígido confinamento cultural e social”. A partir dessa modalidade, é possível escrever uma nova história da literatura, que dê lugar a textos da cultura oral da mulher ou por elas escritos, que não são reconhecidos por serem previamente considerados “extraliterários”. Outro problema com que se defronta a crítica feminista é a criação de uma nova leitora, assumida em seu gênero, consciente de uma nova prática crítica. Em terceiro lugar, diz a autora, à crítica feminista cabe a responsabilidade de fazer das mulheres indivíduos atuantes “pela criação de novas comunidades de escritores e leitores sustentados por uma linguagem falada por e para a mulher”. Através dessa prática, a mulher leitora pode, coletivamente, apresentar novas ideias sobre a “interação de autor, personagem e leitor”, posicionando-se contra a tradição.

Também é importante lembrar que, por algum tempo, setores da crítica feminista exercida no Brasil, em especial a historicista – preocupada em resgatar escritoras do século XIX não reconhecidas pelo cânone –, pautaram-se pela crença de que, para alcançarem esse intento, deveriam “desvalorizar” o cânone tradicional, por ter imposto o silenciamento em torno de obras escritas por mulheres. Tal entendimento vigorou, por algum tempo, nos estudos feministas brasileiros, possivelmente influenciados por discussões mais radicais da crítica feminista, ocorridas durante a década de 70 e início de 80. Fala-se, por exemplo, da estudiosa norte-americana Showalter (1994), que não acreditava encontrar no passado da crítica tradicional masculina aprendizado para a crítica feminista; ao contrário, a crítica aprenderia muito mais a partir dos estudos sobre mulheres. Ainda que esse enfoque seja resultado de um momento de radicalismo “defensivo” norte-americano, com especificidades próprias daquela cultura,

Queiroz (2003) enfatiza que foi de suma importância para implementar discussões a respeito de processos tidos como naturais e inquestionáveis, emergindo, assim, a possibilidade de repensar o lugar da mulher nas mais variadas esferas da sociedade, especialmente, na literária.

A leitura feminista, pensada como um ato intelectual libertador, faculta à mulher pensar-se como um ser humano capaz de encontrar seu próprio caminho, sua própria voz. Para Rich:

Uma crítica radical de literatura, feminista em seu impulso, trataria, antes de mais nada, do trabalho como um indício de como vivemos, como temos vivido, como fomos levados a nos imaginar, como nossa linguagem nos tem aprisionado, bem como liberado, como o ato mesmo de nomear tem sido até agora uma prerrogativa masculina, e de como podemos começar a ver e a nomear – e, portanto, viver – de novo. (1979, p. 35).

Reivindicar o direito de a crítica feminista encontrar seus próprios sistemas, para libertar novos e diferentes significados para os mesmos ou novos textos, significa acreditar que esses sistemas não serão definitivos, irretocáveis, mas importantes para que se considerem as realizações da mulher como autora. Embora Showalter (1994, p. 27) reconheça que “toda a crítica feminista é de alguma forma revisionista, questionando a adequação de estruturas conceituais aceitas”, a autora reconhece também que a crítica feminista

mudou gradualmente seu foco das leituras revisionistas para uma investigação consistente da literatura feita por mulheres. [...] este processo é o estudo da mulher como escritora, e seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos das mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina individual ou coletiva; e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres. (SHOWALTER, 1994, p. 29).

Escritoras condenadas ao ostracismo alcançam representatividade social, na medida em que o resgate da produção literária dessas autoras contribui para questionar a historiografia oficial que, por longo tempo, só levou em conta textos canônicos. Na reescrita dessa história, torna-se imprescindível outorgar à mulher uma voz que alcance autonomia e representatividade.

Na seara dessas considerações, é importante ressaltar que a crítica feminista reconhece a relevância da construção de representações do sujeito feminino por escritoras, visto que, por meio dessas representações, as mulheres poderão libertar suas subjetividades, questionando desvirtuamentos naturalizados como verdades

axiomáticas. Quanto mais se examinarem esses paradigmas resultantes de formações discursivas femininas, em que o universo ficcional faculta vivenciar particularidades do mundo da mulher, maiores serão as alternativas de constatar se/como obras produzidas por escritoras representam uma ruptura com os modelos vigentes das formações discursivas masculinas tradicionais.

Referências

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *A carne*, por Júlio Ribeiro. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.). *Obra crítica de Araripe Jr.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, 1960. v. II.

COUTINHO, F. Eduardo. Fronteiras imaginadas: o comparatismo e suas relações com a teoria, a crítica e a historiografia literárias. In: ANDRADE, Ana Luiza; CAMARGO, Maria Lucia de Barros; ANTELO, Raúl (Org.). *Leituras do ciclo*. Florianópolis: Abralic; Chapecó: Grifos, 1999. p. 247-254.

COUTINHO, F. Eduardo. Comparatismo e historiografia literária. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 15-22.

CUNHA, Eneida Leal. Literatura comparada e estudos culturais. In: MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda Neves (Org.). *Limiares críticos: ensaios de literatura comparada*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 65-71.

DUARTE, Eduardo de Assis. Gênero e comparatismo. In: MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda Neves (Org.). *Limiares críticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 73-80.

HUMM, Maggie. Pelos caminhos da crítica feminista. *ORGANON*, Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, v. 16, n. 16, p. 81-97, 1989.

LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica de cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 58-71.

MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira-1870-1930*. São Paulo: Edusp; Editorial Grijalbo, 1973.

MIGUEL PEREIRA, Lúcia. As mulheres na literatura brasileira. *ANHEMBI*, ano V, n. 49, v. XVII, dez. 1951.

MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. I, 2000; v. II, 2004; v. III, 2009.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea. In: _____. (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

PERKINS, David. História da literatura e narração. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Trad. de Maria Ângela Aguiar, Porto Alegre, v. 3, n. 1, mar. 1999.

PERUS, F. Algunas consideraciones en torno a la historiografía literaria. In: *Primer Congreso Internacional de Literatura*. Mediosiglo de literatura latino-americana. (1945-1995). México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1997. (Colección Cultura Universitaria – Serie Ensayo).

QUEIROZ, V. Linhas de força femininas no cânone literário brasileiro. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Refazendo nós*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 483-490.

RICH, Adrienne. When we dead awaken: writing as revision. In: _____. *On lies, secrets and silence*. New York, 1979.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 182-189.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Cultura e dominação: o discurso crítico do século XIX. *LETRAS DE HOJE*, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 83-90, set. 1997.

SCHMIDT, Siegfried. Sobre a escrita de histórias da literatura. In: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996. (Série Fundamentos).

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 94-114.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. Trad. de José Palla e Carmo. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

Estudos culturais de gênero: implicações nos estudos literários

Cecil Jeanine Albert Zinani

... cultura não é um todo unitário, mas um mosaico de manifestações simbólicas autônomas e específicas, geradas no interior dos diversos segmentos que formam as sociedades, mas capazes de ultrapassar fronteiras nacionais ou regionais. Preside, pois, esse fenômeno a ideia de diferença e, principalmente, a de que as diferenças podem coexistir pacificamente, sem perder suas características próprias e sem serem dominadas por algum conceito universalista ou humanista que as uniformize.
(Maria da Glória Bordini)

Resumo: Este ensaio tece algumas considerações sobre estudos culturais, incluindo os estudos de gênero e sua relação com a literatura. A nova conceituação de cultura validou manifestações culturais de minorias, incluindo-se aí a literatura produzida por mulheres, as quais, por muito tempo foram consideradas segmento desprestigiado da sociedade. Com a consolidação do movimento feminista, a partir dos anos 60 do século XX, também a literatura feminina passou a merecer estudos tanto em relação à produção contemporânea, como ao resgate de escritoras do passado. Considerando a experiência feminina diferente da masculina, percebe-se tanto uma produção literária quanto uma modalidade de leitura particularizadas.

Palavras-chave: Estudos culturais. Estudos culturais de gênero. Literatura feminina.

Introdução

Os estudos de gênero têm-se constituído em relevante área de estudo em, praticamente, todos os domínios do conhecimento. Embora tenha havido manifestações reivindicando os direitos da mulher desde o século XVIII, somente em meados do século XX, esses movimentos passaram a ser estudados, organizando-se sob o abrigo dos Estudos Culturais. Nas Ciências Sociais, em especial, os estudos de gênero têm sido objeto de investigação e de discussões de modo a pautar um aparato legal que visa à supressão das desigualdades de gênero, bem como ao reconhecimento e respeito à diversidade.

Implicações psicológicas, sociais, históricas e legais contribuíram para tornar a mulher um ser desprovido de vontade própria, dependente do elemento masculino, seja pai, marido ou irmão. Os diversos códigos, ao longo do tempo, delinearão o papel da mulher como um não sujeito, sem direito à escolha da vida que pretendia levar, à propriedade que, mesmo quando herdada, ficava na posse do marido, e, especialmente, sem direito à palavra. Ainda nos séculos XVIII e XIX, intelectuais de projeção social, tais como o filósofo francês Diderot, ou “pai

da economia” Stuart Mill, pronunciaram-se favoravelmente às mulheres; no entanto, essas vozes isoladas não produziram modificação significativa na situação das figuras femininas.

No intuito de contribuir para as discussões acerca de tema tão relevante, pretende-se, inicialmente, situar o campo dos Estudos Culturais; a seguir, serão apresentadas algumas diretrizes relacionadas especificamente aos estudos de gênero para, finalmente, tecer algumas considerações sobre a problemática do gênero nos estudos.

Estudos culturais

Em meados dos anos 50 do século XX, o mundo ocidental vivia a efervescência dos anos dourados, após o final da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, observou-se, na Inglaterra, a necessidade de intervenção, com a finalidade de incluir grupos marginalizados que haviam retornado da guerra. Além disso, iniciou uma expressiva movimentação da classe operária britânica que tomava consciência da precariedade de sua situação e da opressão a que era submetida. Essas manifestações progressistas iniciaram na área educacional, com a transformação dos currículos, os quais passaram a levar mais em conta as necessidades dos alunos: “Os estudantes buscavam nos fenômenos culturais uma forma de entender o mundo que os rodeava. Esse entendimento era visto não como a aquisição desinteressada de mais uma habilidade, mas como ferramenta para a transformação social”. (CEVASCO, 2009, p. 320).

Podem ser consideradas fundadoras dessa nova abordagem quatro obras escritas pelos autores Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson. Richard Hoggart publicou, em 1957, *The uses of literacy*, no qual propõe o alargamento do conceito de cultura, visto não apenas como a realização de grandes obras, mas como aspectos constituintes do universo das pessoas, ou seja, como práticas; dessa maneira, a obra contribui para o estudo e a valorização de manifestações culturais de minorias. Por meio de uma metodologia qualitativa, o autor investiga a submissão e a resistência da cultura popular. Hoggart foi, também, fundador do *Center for Contemporary Cultural Studies*, designado pela sigla CCCS, no Departamento de Inglês da Universidade de Birmingham, em

Londres, em 1964. Esse centro tinha como eixo fundamental a investigação das relações entre cultura contemporânea e sociedade.

O segundo autor é Raymond Williams, crítico cultural inglês, que, na obra *Culture and society*, de 1958, defende a ideia de que a cultura se manifesta em muitas áreas e pertence a todos. Do mesmo autor, é a obra *The long revolution*, na qual procura demonstrar o impacto dos meios de comunicação de massa sobre a sociedade. Uma contribuição importante de Williams refere-se à questão da cultura como categoria-chave que associa análise da literatura com investigação social.

O terceiro, E. P. Thompson, escreveu *The making of the english working class*, publicado em 1963. Como historiador, preocupa-se com a reconstrução histórica do segmento “de baixo”, da sociedade britânica, mapeando movimentos sociais que, de certa maneira, formaram a consciência da classe trabalhadora, a partir de uma perspectiva marxista. (CEVASCO, 2009). É importante notar que esses autores provieram de famílias de operários. Embora não fizesse parte do grupo, Stuart Hall tornou-se uma espécie de aglutinador da equipe, com uma participação amplamente reconhecida.

Os princípios fundadores dos estudos culturais consistem na organização de um conceito especial de cultura e no exame das relações entre cultura, história e sociedade. (ESCOSTEGUY, s/d). A criação cultural é situada no espaço social e econômico, dentro do qual ocorre a atividade criativa. A cultura manifesta-se de maneira diferenciada em qualquer formação social ou época histórica; pode promover intervenções ativas capazes de mudar a história, além de transmitir o patrimônio cultural. A cultura também pode relacionar produção, distribuição e recepção culturais a práticas econômicas que dizem respeito ao sentido cultural.

Os estudos culturais podem ser abordados tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista teórico. No primeiro aspecto, é possível apontar a constituição de um projeto político, identificado à política cultural dos movimentos sociais. Na segunda abordagem, é proposta a organização de um novo campo de estudos de caráter interdisciplinar ou transdisciplinar ou, até mesmo, antidisciplinar. Na perspectiva dos pais fundadores, nada mais contra seus princípios do que a criação de uma nova disciplina. Na verdade, os estudos culturais constituíram-se num campo de estudo em que Literatura Inglesa,

História e Sociologia se interpenetram, com a finalidade de estudar as práticas culturais de uma comunidade, cada área contribuindo com suas especificidades.

Os estudos culturais são caracterizados por uma variada gama de objetos de estudo, destacando-se, entre eles, a relação cultura, poder e modalidades de transformações sociais. Escosteguy (s/d) considera, como temas de investigação, culturas populares, meios de comunicação de massa, identidades de gênero, de sexo, de classe, de etnia, de geração. Nessa perspectiva, Bordini enfatiza a relação dos estudos culturais com a literatura, focalizando a leitura:

Uma instância mais primordial do contato com a literatura reside no reconhecimento de que a leitura é um saber cuja pertinência quem decide é o leitor, no quadro de sua vida. As explicações teóricas clássicas, como a mimese ou o reflexo estético, assinalaram rumos no passado. Esse tipo de preocupação hoje em dia adquire outras implicações quando se pensa que o mundo mimetizado ou refletido não é uno mas múltiplo e que nem mesmo o sujeito que produz a obra ou aquele que lê é homogêneo. (2006, p. 2-13).

Um dos aspectos significativos dos estudos culturais é a discussão sobre o feminismo que, de acordo com Hall (2001), teve um impacto importante sobre o descentramento do sujeito cartesiano e sociológico, visto que se constituiu numa ruptura teórica, cujos aspectos mais relevantes consistem: na abertura para o entendimento do pessoal como político e suas consequências, como a discussão das instâncias público-privado; na expansão da noção de poder, ao examinar o processo de opressão a que as mulheres, historicamente, foram submetidas; na centralidade das questões de gênero e sexualidade, para tratar a categoria de poder; na inclusão de questões relacionadas ao sujeito e ao subjetivo; e, também, na associação da teoria social com o inconsciente, com a utilização da psicanálise.

Estudos de gênero

A superioridade masculina tem-se evidenciado, ao longo da História, dominando o pensamento filosófico desde Aristóteles, que considerava a mulher como um ser físico, intelectual e socialmente inferior. Na mesma esteira, seguiu o direito canônico, de base judaico-cristã, e o discurso político e jurídico, que assentava seus fundamentos na autoridade do *pater familiae*.

O avanço conhecido pela humanidade, a partir do Iluminismo, propiciou a ampliação do interesse pelas mulheres, inclusive, possibilitando sua participação

no domínio público, até então privilégio exclusivo dos homens. Na França, os debates que se realizavam durante a Assembleia Constituinte, no período da Revolução Francesa, despertaram a atenção das figuras femininas, induzindo-as a frequentá-las, para assistir aos trabalhos das galerias. Como não podiam fazer uso da palavra, tricotavam, enquanto ouviam os discursos; eram as *tricoteuses*. (PERROT, 2008). No mesmo período, surge Olympe de Gouges, atriz e escritora, uma feminista *avant-la-lettre*, que se desencantou com a Revolução Francesa, pois percebeu que a *égalité* pregada não incluía as mulheres. Em seus escritos, exigia os mesmos direitos dos homens, proclamando, então, os direitos femininos em um manifesto, em tudo semelhante à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, composto de 17 artigos e intitulado *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*. Cabe lembrar que a feminista pertencia ao grupo dos Girondinos, tendo sido guilhotinada, em 1793, devido a suas posições moderadas. (PERROT, 2008). Ainda no século XVIII, destacou-se a figura de outra feminista, a escritora e educadora inglesa Mary Wollstonecraft, que publicou, em 1792, a obra *Vindication of the rights of woman*. Essa obra serviu de inspiração a uma escritora e educadora brasileira: Nísia Floresta Brasileira Augusta que, em 1832, publicou *Direito das mulheres e injustiças dos homens*, misto de tradução e adaptação da obra da escritora inglesa.¹

No século XIX, as delegadas que participavam da Convenção Mundial contra a Escravidão, em Londres, ocorrida em 1840, foram impedidas de falar. Percebendo que sua situação era muito pior que a dos escravos, entenderam ser necessário, de alguma maneira, defender suas posições. Assim, entre 19 e 20 de junho de 1848, realizou-se 1ª Convenção para o Direito das Mulheres, na localidade de Seneca Falls, estado de Nova Iorque. Esse evento passou à História como o início do feminismo no Ocidente. (GONÇALVES, 2006).

Já no século XX, inscrevem-se, como baluartes do feminismo, duas eminentes intelectuais, Virginia Woolf e Simone de Beauvoir cujas obras *Um teto todo seu* (*A room of one's own*), publicada em 1928, e *O segundo sexo* (*Le deuxième sexe*), publicada em 1949, tornaram-se marcos das posições feministas. A obra de Woolf evidencia problemas que envolvem a produção intelectual das

¹ Essa obra de Nísia Floresta, editada primeiramente em 1832, foi resgatada pela pesquisadora Profa. Dra. Constância Lima Duarte e editada novamente em 1989. A pesquisadora fez a introdução, as notas e o posfácio.

mulheres, devido, primeiramente, à precariedade de suas condições materiais, posteriormente, à sujeição intelectual da mulher, o que dificulta uma expressão própria. Uma vez que não deve reproduzir a experiência masculina, que a levaria a não cultivar uma dicção própria, resta-lhe, então, a alternativa de buscar elementos fora dessa experiência; para tanto, precisa ter privacidade, portanto, um quarto com chave na porta, e uma renda que lhe garantisse a subsistência. Woolf defende que os textos escritos por mulheres devem traduzir a experiência feminina, uma vez que ocupam uma posição social diferenciada, e não estão atrelados à produção masculina, instituindo uma tradição específica. (WOOLF, 1985).

Enquanto Woolf aponta para uma alternativa – espaço e renda –, Simone de Beauvoir vê a mulher por um prisma negativo, como o outro, na polaridade indissociável masculino e feminino, ou como o inessencial que jamais retorna ao essencial. Discutindo a situação da mulher a partir da filosofia existencialista, defende a igualdade de todos os seres humanos, posição que seria refutada, mais adiante, com a questão da diferença. Na verdade, a construção da identidade feminina deve-se a múltiplas interações que formam o conjunto dos sistemas de interpretação das diferentes áreas, ou seja, é uma construção social.

As guerras tiveram um papel relevante, na medida em que direcionaram as mulheres para as linhas de produção industrial, desconstruindo conceitos básicos e naturalizados, referentes à divisão do trabalho, uma vez que elas assumiram tarefas masculinas tradicionais. No entanto, o que poderia ter-se tornado um avanço não passou de mero ensaio, uma vez que, findo o conflito, as mulheres retornaram para o lar. Mesmo as que decidiram permanecer em seus empregos, foram realocadas, precisando abandonar os cargos de liderança, agora preenchidos por homens, para ocupar posições inferiores. Esse movimento ocorreu naturalmente, legitimando uma modalidade de ordenação do trabalho: à mulher cabem as lides domésticas e o cuidado dos filhos; enquanto ao homem são reservadas as atividades produtivas, instituindo o domínio privado – inferior – como feminino e o domínio público – superior – como masculino. Dessa maneira, estabelecem-se pares dicotômicos em que as mulheres são sensivelmente prejudicadas: Razão, Sujeito e Produção constituem realizações masculinas, em oposição à Emoção, a Objeto e à Reprodução, prerrogativas femininas.

Embora tenha havido alguns esboços e ensaios, desde o século XVIII e, mais adiante, com a luta das sufragistas, é na década de 60 do século XX que o feminismo se estrutura, assumindo o caráter de força política e social. Considerando a evolução do feminismo, tornou-se relevante aprofundar a discussão teórica, a partir de uma conceituação de gênero. Schmidt (1994, p. 31-32) refere-se a gênero como um sistema “social, cultural, psicológico e literário construído a partir de idéias, comportamentos, valores e atitudes associados ao sexo, através do qual se inscreve o homem na categoria do masculino e a mulher na do feminino”.

O sujeito constituído no gênero feminino ou o sujeito feminista é instituído na diferença, *différance* na acepção de Derrida (2002), que provê formas de subversão do patriarcalismo e da submissão feminina.² O feminismo confere às mulheres uma identidade política capaz de identificar práticas discursivas e sociais mantenedoras do *status quo* e a possibilidade de subvertê-las, facultando a intervenção não apenas no universo acadêmico, como também na sociedade em geral. A diferença, enquanto perspectiva epistemológica, representa uma das bases da teoria crítica feminista.

Historicamente, o movimento feminista foi subdividido em “ondas”. A Primeira Onda Feminista corresponde às primeiras manifestações até o movimento das sufragistas, nas primeiras décadas do século XX. Foi o período da luta pela igualdade de direitos à: educação, propriedade, cidadania. Nessa Onda, encontram-se os trabalhos de Virginia Woolf e de Simone de Beauvoir. A Segunda Onda, iniciada com os movimentos reivindicatórios dos anos 60, do século XX, possuía uma extensa agenda, pregando a subjetivação plena da mulher, abrangendo muitas questões como “violência doméstica e a impunidade masculina, a luta pela saúde e pelos direitos reprodutivos, a descriminalização do aborto, a ampliação do quadro de mulheres eleitas em todos os níveis políticos, a luta por cargos e salários iguais”. (BONNICI, 2007, p. 239). Nesse período, de acordo com Selden, Widdowson e Brooker (2005), a sexualidade feminina, entendida como diferença, é abordada em cinco aspectos: biologia, experiência, discurso, inconsciente e condições socioeconômicas. Assim, tanto a fisiologia

² Derrida criou o termo *différance*, a partir de *différence*, para evidenciar que o signo não é uma totalidade, mas encontra-se dividido. Assim, pode significar diferenciar-se, num contexto espacial (sistema de diferenças); ou diferir (adiamento), num contexto temporal. (BONNICI, 2007).

feminina quanto a experiência são entendidas como atributos positivos que valorizam a mulher. O discurso é um aspecto discutível, uma vez que a linguagem carrega em si marcas da dominação masculina. Os psicanalistas afinados com o pensamento dessa Onda são Kristeva (introduz a categoria do Semiótico contrapondo-se ao Simbólico lacaniano) e Lacan (propõe uma releitura de Freud; estabelece a primazia da linguagem). As questões socioeconômicas são estudadas pelas feministas de filiação teórico-marxista.

Muito embora a agenda da Segunda Onda não tenha sido esgotada, considera-se a emergência de uma Terceira Onda que incorporaria as mulheres que não participaram do processo, pois nasceram após o movimento que culminou na Segunda Onda. A Terceira Onda é bastante questionada pelas próprias feministas, pois, de acordo com Bonnici (2007, p. 252), parece ser “produto da ‘estagnação’ e do conservadorismo do pós-feminismo”. O mesmo autor focaliza, como itens da agenda da Terceira Onda, “a teoria *queer*, a conscientização da negra, o pós-colonialismo, [...] a interpretação pós-estruturalista de gênero e sexualidade”. (BONNICI, 2007, p. 253). As militantes da Terceira Onda também são acusadas de pouco cooperativas e insensíveis aos problemas das mulheres.

Na literatura, o feminismo, como elemento integrante dos Estudos de Gênero, focaliza, precipuamente, a discussão de questões relacionadas à opressão patriarcal, construção de identidade, representação da mulher na literatura, escrita feminina, experiência da leitura, entre outras. A teoria crítica feminista desenvolveu-se a partir de pressupostos divergentes; assim, a crítica francesa está ancorada na psicanálise, enquanto a crítica anglo-americana preocupa-se com a textualidade. Na crítica francesa, além de Simone de Beauvoir, destacam-se: Hélène Cixous, com a obra *Le rire de la méduse*, publicada em 1975, na qual enfatiza a questão da *écriture féminine*, discutindo as relações entre mulher, feminismo e escrita; Luce Irigaray, cuja obra *Spéculum de l'autre femme*, de 1985, sua tese de doutoramento, rendeu-lhe a expulsão da universidade. A obra apresenta uma leitura do conceito de feminilidade de Freud, bem como de textos filosóficos desde Platão até Hegel. Julia Kristeva escreveu *La femme: ce n'est jamais ça*, em 1974. Na obra define a feminilidade como marginalização da ordem simbólica patriarcal. A autora fundamenta seu estudo em Lacan, por isso, defende que o Semiótico apresenta a dimensão subversiva da linguagem capaz de solapar o Simbólico.

A teoria crítica de língua inglesa, após o trabalho precursor de Virginia Woolf, inicia com Kate Millet, cuja obra *Sex politics*, publicada em 1970, questiona a perspectiva do autor, privilegiando o direito do leitor de apresentar seu ponto de vista. Elaine Showalter publicou, em 1977, uma obra emblemática: *A literature of their own*, na qual procura mapear a tradição feminina, estudando as escritoras inglesas: Jane Austen, as irmãs Brontë, George Eliot e Virginia Woolf. Nessa obra, apresenta as modalidades de escrita da mulher: escrita feminina, feminista e fêmea. Em 1979, as pesquisadoras Sandra Gilbert e Susan Gubar publicam *The madwoman in the attic*, na qual discutem a criatividade e a natureza da tradição literária feminina do século XIX. Uma das grandes contribuições dessa obra é tratar a escrita feminina como um palimpsesto: há que considerar uma camada dominante e outra silenciada, ou seja, é possível ler a ficção feminina como um discurso de duas vozes. (GILBERT; GUBAR, 2000). Contemporaneamente, destacam-se Elaine Showalter, que publicou, em 1981, o ensaio *Feminist criticism in wilderness*, no qual apresenta um conceito muito produtivo para a crítica feminista: a ginocrítica que analisa a escrita feminina a partir de quatro modelos: biológico, linguístico, psicanalítico e cultural. A autora considera o modelo cultural como o mais produtivo. (SHOWALTER, 1994). Em 1987, Teresa de Lauretis publica *A tecnologia de gênero*, no qual defende que o gênero é produto de diferentes tecnologias sociais e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como de práticas da vida cotidiana. Defende suas posições em quatro asserções: o gênero é uma representação; a representação do gênero é sua construção; o gênero está em permanente construção; a construção do gênero opera por meio de sua desconstrução. (LAURETIS, 1994, p. 209).

Nesse contexto, a crítica feminista preocupa-se com a representação da mulher no texto literário escrito por autores. Também investiga a autoria feminina tanto em obras contemporâneas quanto em obras publicadas em tempos passados. Muitas dessas obras, simplesmente, desapareceram, tendo sido relegadas a um ostracismo somente explicável pela condição de a autoria ser feminina. Esse fato originou uma pesquisa de cunho arqueológico, que revelou uma quantidade imensa de escritoras, muitas delas de grande qualidade literária. Problemas importantes como educação, divórcio, opressão feminina, além de muitos outros, foram apresentados em textos ficcionais, ainda no século XIX, o que, certamente,

deve-se ao acesso à educação. De outro lado, compromete a tese de Woolf, pois as mulheres produziam literatura mesmo sem espaço (o espaço de produção feminino era a mesa da cozinha, após o término das tarefas) e sem renda.

Considerações finais

Os estudos culturais de gênero constituem-se numa modalidade de abordagem muito significativa, num período de ruptura de paradigmas tradicionais da sociedade, abrindo a possibilidade para a discussão de aspectos significativos, como identidade, subjetividade e sexualidade. A construção da identidade de gênero vai propiciar a identificação do sujeito, inscrevendo-o em uma categoria: masculino ou feminino. A educação possibilitou o questionamento da posição de sujeito feminina não tendo mais o masculino como referência, mas pela construção de uma representação própria, que permite sua autodefinição.

Muito se tem discutido sobre a existência ou não de uma escrita feminina, Cixous defende a *écriture féminine*. É indiscutível que a experiência de mundo de homens e mulheres é diferente, conseqüentemente, a maneira de expressar essa experiência também não pode ser a mesma. Por muito tempo, homens construíram representações de mulheres a partir de seu ponto de vista, que não é coincidente com o ponto de vista feminino. Considerando a questão representacional, também merece reparo o modo de ler feminino, que também apresenta peculiaridades. Um exemplo muito significativo é fornecido por Culler (1997), quando afirma que a descrição de uma personagem ou a fala do narrador adequadas ao imaginário masculino podem ser agressivas se lidas por uma mulher. Para o autor, “a experiência como mulher é uma fonte de autoridade para suas respostas como leitora” e acrescenta que esse fato “encorajou críticas feministas a reavaliar obras celebradas e negligenciadas”. (CULLER, 1997, p. 56).

Dessa maneira, um dos mais significativos proveitos dos estudos culturais foi lançar um olhar para o segmento menor, ou segundo, da sociedade: as mulheres, que embora constituam um contingente numericamente superior, sempre foram encaradas como uma das minorias, reconhecendo o seu valor. Nesse sentido, a incursão feminina no campo literário, como em qualquer outra dimensão da sociedade, tem-se mostrado muito relevante, justificando-se tanto o resgate de obras que caíram no esquecimento, quanto o estudo da produção

contemporânea, para que não se repita a necessidade de recuperar obras futuramente.

Referências

- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Trad. de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2. v.
- BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007.
- BORDINI, Maria da Glória. Estudos culturais e estudos literários. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 11-22, set. 2006.
- CEVASCO, Maria Elisa. Literatura e estudos culturais. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009. p. 319-325.
- CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Trad. de Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Trad. de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos culturais. Disponível em: <www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias>. Acesso em: 25 maio 2015.
- FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. 4. ed. atual. Com introdução, notas e posfácio de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.
- GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. *The madwoman in the attic: the woman writer and the nineteenth century literary imagination*. 2. ed. New Haven; London: Yale University Press, 2000.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5. ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.
- SCHMIDT, Rita T. Da ginolatria à genologia: sobre a função teórica e a prática feminista. In: FUNCK, Suzana Bornéo (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. p. 23-32.
- SELDEN, Raman; WIDDOWSON, Peter; BROOKER, Peter. *A reader's guide to contemporary literary theory*. 5. ed. London, UK: Person Longman, 2005.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. Trad. de Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

O cotidiano: uma crônica sobre a sutileza da opressão do feminino

Daísa Rizzotto Rossetto
Caroline Ferri

Esclarecimentos

Os gêneros literários representam, em certa medida, grupos textuais reunidos por compartilhamento de certas categorias. O conto, enquanto narrativa, tem a estruturação de uma história, em geral em prosa. Cortázar se refere a ele como um “gênero de difícil definição, tão esquivo nos seus múltiplos e antagônicos aspectos”.¹

Nesse sentido, o presente conto tem por objetivo não somente o contar de uma história mas, essencialmente, provocar uma reflexão sobre as possíveis sutilezas da opressão do feminino pelo masculino. A constatação de pequenas instâncias de opressão não se restringe a relações entre homens e mulheres, mas se estende a todas aquelas que pertencem, de alguma maneira, ao chamado “universo do feminino”.

Há que se dizer que essa reflexão não traz conclusões nem alternativas finais para os problemas apontados. Seu objetivo é a realização de provocações acerca do ato de tornar inferior aquilo que se diz pertencer ao feminino, que também está na banalidade do cotidiano, no não reconhecimento da opressão nos atos mais simples e considerados insignificantes, tanto da mulher quanto das tantas outras espécies que também sofrem pela sua condição de serem fêmeas.

O conto

Era um dia comum, o céu estava lindo e claro e pouco quente, ótimo para sair e desfrutar daquela cidadezinha calma e tranquila. Saí de casa, levando alguns livros e o jornal local.

Num pequeno restaurante a poucas quadras de casa, sentei-me numa mesa redonda, para duas pessoas, num canto onde batia claridade. Algumas mesas, do restaurante, já estavam ocupadas. Havia ali o burburinho de conversas e de

¹ CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: CORTÁZAR, Julio. *Valise de cronópio*. Trad. de Davi Arrigucci Júnior. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 147.

crianças brincando próximas às suas mães que, entre uma garfada e outra, as observavam.

Pedi uma xícara de café, tirei da bolsa um grosso e pesado livro da francesa Simone, a grande feminista que agora era fonte de inspiração para as reflexões que eu ansiava fazer. Eu também estava me tornando...

O pequeno restaurante, daquela pacata cidade turística, era famoso pelo seu visionário *chef* capaz de degolar um animal e prepará-lo como ninguém. Segundo as inúmeras entrevistas concedidas a guias e revistas gastronômicas, o requisitado *chef* havia aprendido a cozinhar com a avó, que preparava fartos pratos, cheios de aroma e sabor para toda a família. Para ele, a avó, conhecendo o paladar do avô, nunca havia deixado de preparar carne ao marido, nem mesmo em tempos de recessão.

Mas sua avó, com mãos ágeis e dons culinários, não se tornou uma grande *chef*. Inspirou apenas o seu neto mais velho que agora possuía o seu próprio restaurante e conquistara a fama e o prestígio nacional, e era motivo de orgulho para a família.

O garçom havia acabado de aproximar-se com uma pequena xícara de café quando notei um jovem casal, que investigava o cardápio com atenção.

Um homem jovem, de aspecto robusto, bem vestido, acenou para o garçom, que se aproximou. Para ela, uma delicada salada de folhas verdes, com pequenos tomates cerejas e suaves aspargos. Para ele, um grande bife malpassado e bem suculento.

Enquanto esperam pelos pratos, o homem começou a tagarelar com sua jovem namorada sobre uma amiga do casal, uma garota de espírito livre que não almejava ser mãe o que para ele era uma aberração. “Quem vai querer casar com ela? Ela dá pra todo mundo! Não é mulher pra casar. Vai ficar solteirona.” A companheira, com o queixo escorado na mão, limitou-se a concordar com ele, acenando com a cabeça. Enquanto no seu íntimo pensava que, talvez, se sua família, e principalmente seu pai, não achasse que uma mulher é vadia quando quer ser livre e independente de homem, ela também viveria como a amiga. Pensou em como a lógica social dominante a aprisionava: estava ali de frente a um machista, na tentativa de se livrar da dependência do pai, também machista; estava ali, dependendo do aval de um homem para definir o que fazer da sua vida, que de fato não lhe pertencia.

Voltei à leitura do meu livro, mas minha atenção foi fisgada uma segunda vez, quando um casal, de idade já avançada, recebia seus pratos quentes e cheirosos que aguçavam as papilas daqueles que ainda esperavam seus pedidos. A senhora de cabelos brancos, pequena e magra, agradeceu pelo prato de macarrão que o garçom colocou à sua frente. Ela bebericou um gole de vinho enquanto seu marido vislumbrava as grandes costelas de cordeiro, que o garçom havia lhe trazido.

Já desperta da leitura, olhei para a grande janela que deixava a luz passar. Os cães da rua também haviam sido atraídos pelo cheiro da comida, mas logo um dos garçons foi instruído a expulsá-los dali. Os clientes não queriam ser incomodados por vira-latas famintos, mesmo quando havia uma área disponível para clientes que desejassem trazer seus animais de estimação, em sua maioria com *pedigree* ou se não o fossem com *status* de.

Resolvi abrir o jornal de poucas páginas e logo me deparei com títulos de matérias em letras garrafais, que anunciavam dois casos de estupro, coisa um tanto rara na região. Segundo as autoridades, na primeira situação o estuprador continuava solto por falta de provas. Na segunda, o estuprador fora considerado inocente, pois foi concluído que a vítima haveria consentido com o ato e que o ocorrido fora justificado pelo excesso de consumo de bebida alcoólica.

Em ambos os casos, o tom no depoimento das vítimas (descrito no jornal) era de profunda tristeza, consternação e desesperança diante da discriminação, de descaso e desinteresse das autoridades, não bastasse os efeitos psicológicos e físicos decorrentes da agressão sexual sofrida, da vergonha de ir até a delegacia realizar a denúncia. Como afirmou uma das mulheres: “Parece até que eu quis, desejei, provoquei, busquei ser violentada. Mais um pouco vão dizer que gostei.” A outra mulher expõe: “Sinto-me como um pedaço de carne, sem autonomia, nem vontade própria fui violentada sexual e psicologicamente, não saio de casa com medo de que aconteça de novo”; em outro trecho aparece: “Quando percebi o que estava prestes a acontecer, senti como se estivesse indo para um matadouro, eu seria obrigada a fazer algo que não queria de maneira nenhuma eu seria morta como um animal e parte de mim, de fato, morreu naquele dia.”

Notei que, na contracapa, estava estampada uma propaganda em que uma mulher de corpo esbelto e bem-delineado, seminua, exibia uma garrafa de cerveja com sensualidade. Propagandas com mulheres voltaram a aparecer no jornal:

sabão em pó e esponja de aço, que facilitam o “trabalho doméstico”; lasanhas e carnes congeladas, que auxiliam “suas tarefas” no lar; calcinhas e camisolas para melhor agradar “seus homens”.

Tive uma pontada de medo, medo de ser mulher e de ser vista como algo à disposição do outro e não como alguém, assim como acontecem com todas aquelas fêmeas usadas todos os dias em nome da prevalência da força masculina. Divaguei sem rumo pensando nas mulheres, essas coisas, esses pedaços de carne em pratos masculinos, alimentando tanta força e virilidade, tanta masculinidade.

Virei mais uma página do jornal. No caderno de negócio grandes fotos de aviários, com galinhas abarrotadas num ambiente artificial e sendo alimentadas com hormônios para acelerar o crescimento. Ao mesmo tempo, na matéria, o orgulho do aumento da produção de frangos. Em outro trecho do texto curto, o assunto era a inseminação artificial de galinhas e perus, que cresciam tanto que haviam se tornado incapazes de procriar de forma natural. O processo, agora, era feito pela mão de um veterinário ou veterinária.

Com as vacas não era diferente, esticava-se o braço pelo anus do animal e em poucos dias poderia se constatar que ainda era um animal fértil, capaz de procriar. Os problemas causados pelo úbere excessivamente cheio seria algo a ser pensado depois, o sofrimento físico e psíquico pelos quais os animais passavam não eram relevantes nem levados em consideração. E o fato de seu bezerro não ser amamentado daquele leite produzido pela mãe para o seu crescimento e desenvolvimento, não importava. O leite seria destinado ao consumo humano, sua carne, ainda prematura, iria para pratos caros em restaurantes de *chefs* renomados. E quando, por fim, os pratos fossem servidos, cheirosos e bem temperados, sua vida estaria completamente desvinculada do pedaço de carne sem formato que era servido para humanos famintos e cheios de vontade. Não passaria de uma carne, uma coisa. De um gado sem rosto e sem nome, sem identidade ou significado. Muito além de serem vistos, seriam ignorados na sua capacidade de ver.

Virei uma vez mais a página. Lá estava uma foto colorida de lindos filhotes de cachorro, era o anúncio de um *pet* que vendia filhotes de raça. Não havia fotos da cachorra que havia gestado todos aqueles pequenos cães mas, no texto, a garantia de que ela era bem-cuidada e de que não passava pelo processo de inseminação, em que é presa a uma armação de madeira e, imóvel é obrigada a cruzar com um cachorro macho que o dono escolher. Em linhas, mais abaixo, os

criadores de cães de raça, garantiam *pedigree* e anunciavam que, em poucos meses, a cachorra voltaria a dar crias.

Fechei o jornal... Dei o último gole no café que já estava frio, dei mais uma olhada pela janela onde mais cedo podia-se ver alguns cães magrelas. Paguei a conta com algum dinheiro amado, peguei meus livros e jornal e sai.

Meu telefone tocou, era uma amiga que não via há muito tempo. Ela estava na cidade, o irmão mais velho também. Convidou-me para ir à casa de seus pais para conversarmos, e, quiçá, jantar juntas.

Fui. Encontrei-a no quarto, esperando com um abraço quente e sincero. Quando olhei para seu rosto, deparei-me com um semblante que me pareceu frágil e tristonho. Depois de muitas voltas na conversa, ela contou sobre o clima familiar.

Seu pai, dono de uma grande fazenda da região – com um numeroso rebanho, que crescia cada vez mais rápido, graças às novas técnicas artificiais de inseminação de vacas, que estavam sempre prenhas, com ubres cada vez mais cheios de leite – havia agredido verbalmente sua mãe e chegou a levantar a mão, que acabou segurando no ar, pois, no jantar da noite anterior, ela não havia servido carne, mas, apenas “comida de mulherzinha e de maricas”, e ele precisava de carne para manter-se forte.

A mãe, como “boa esposa” e dona de casa, retirou-se rapidamente para a cozinha e conjuntamente com a cozinheira descongelou um pedaço de carne no menor tempo possível. Esforço vão: o pai já havia saído, atrás de comida de verdade, “feita por uma mulher de verdade”, “que sabe os gostos e as necessidades do marido”.

Minha amiga comentou que não eram raras as vezes em que ouvia a mãe chorar, depois de todos já terem ido dormir. Mantinha-se naquela situação por medo de alguma forma mais grave de violência, por medo dele afastá-la dos filhos, por medo do que os outros poderiam pensar. Por medo... A alegação era o de que era uma simples esposa e dona de casa e, afinal, a vida das mulheres era assim, não havia o que fazer, além disso, seria uma vergonha se separar. Os argumentos contrários da filha, que não aceitava a brutalidade do pai, não tinha eco. A mãe encerrava a discussão, declarando ao lado das demais justificações que o pai estava certo, que ela é que não vinha cumprindo a contento suas atribuições: “Não discuta com seu pai, ele é homem, sabe o que faz...”

Lembrou, ainda, em como havia sido desencorajada pelo pai a estudar Engenharia, como sempre quis e como seu irmão era motivo de orgulho para o pai por ter escolhido tal profissão. Carreira de homem, de macho.

Na universidade em que estudava, disse ela, a figura do homem também impera sobre nós mulheres. Nas festas do curso, espalham convites e cartazes usando a figura da mulher para chamar a atenção do público masculino.

Contou que, nesses lugares, em que acontecem as festas, você não diz não, sua vontade nunca é ouvida e as apalpadeiras correm sem o seu consentimento e que é normal alguma droga ser colocada nas bebidas das meninas que, inconscientes, ficam completamente à mercê dos gostos e gozos do público masculino.

As meninas, corriqueiramente, eram: vistas e usadas como objetos; vítimas de olhares maldosos e indiscretos e comentários mais maldosos ainda. Sentiam-se mal, inferiores, pois eram cotidianamente violadas, não eram ouvidas ou respeitadas: “Não passamos de um pedaço de carne” ou “de um objeto de agradar e fazer as tarefas para o outro”, falou ela em tom conclusivo.

Contou que uma colega, abusada sexualmente em uma das festas, levou o caso até a reitoria que o abafou. Diante disso, o caso foi desconstituído, os envolvidos ameaçam processá-la por calúnia e, nos corredores, ela é exposta ao ridículo: passou a ser chamada de “vagabunda”; foi acusada de querer se aproveitar dos garotos porque eram ricos, só pra chamar a atenção. O abuso que sofreu tornou-se motivo de piada.

“Coitada” verbalizou minha amiga. Nessa palavra ela expos todo o seu medo e a raiva diante da indiferença da violência com que as mulheres convivem cotidianamente. Certamente, a colega nunca mais poderia se olhar no espelho da mesma forma, nunca mais tocaria a si mesma sem que o medo e um certo sentimento de nojo fizessem sua pele arrepiar. Minha amiga ansiou para que nunca passasse por nada parecido.

Entre uma frase e outra, minha amiga deixava escorrer algumas lágrimas. Confessou com tristeza a semelhança entre o pai e o irmão que, por sua vez, concordava com o comportamento paterno. Falou com pesar do medo que sentia em andar sozinha, o medo que a fazia ficar em silêncio diante dos abusos que elas, alunas, mulheres de todas as raças, crenças e religiões sofriam, na universidade, no trabalho, em casa, na rua. Observou em como aquelas que lutavam por causas

feministas eram ridicularizadas e estereotipadas como: “sapatão” ou “mal-amadas”, por defenderem as mulheres e seus direitos plenos, suas vontades e sua autonomia.

Divagou um pouco refletindo acerca das questões do mundo do trabalho, lembrando-se de Marx. Pensou que, mesmo que fosse exterminada a diferença gritante entre proletariado e burguesia, isso poderia não limitar a opressão feminina.

Quando a convidei para comermos algo na rua, ela admitiu que não teria coragem de sair. Sua mãe estava sozinha e seu pai poderia voltar a qualquer momento. Preferia ficar e ajudar a mãe nos afazeres da cozinha, enquanto o irmão assistia ao jogo de futebol na televisão.

Despedi-me dela sem saber ao certo o que deveria dizer/fazer. Apenas disse adeus e que me ligasse novamente, para tomarmos um café, em algum lugar, qualquer hora dessas.

Fui para casa pensando em quão seguro seria, ou não, andar na rua.

Eu estava abrindo o portão de casa quando lembrei: “A vizinha, claro! Eu quase esqueci!” Ela, uma leitora compulsiva, havia separado alguns pares de livros para mim. Fiz a ação inversa com a chave do portão, voltei a fechá-lo, dei meia volta e fui rumo a sua casa.

Embora ela fosse uma mulher, discursivamente falando, bastante à frente do seu tempo e detentora de ideais modernas, na casa onde morava ainda prevalecia o patriarcado.

Quando cheguei, ela estava confortavelmente sentada numa grande poltrona, na varanda da casa, eu a cumprimentei e sentei-me numa cadeira por ali, perto dela. Falamos sobre o tempo, as últimas notícias do telejornal, em como o jardim de sua casa estava bonito e sobre livros.

Nossa conversa foi interrompida quando seu marido chegou; ela, prontamente, se levantou dando a ele o lugar. Com certeza, aquela cadeira, a mais aconchegante e macia daquele espaço, instalada no lugar de melhor ventilação e plena visualização do jardim “era dele”: “a cadeira do papai”, que somente pode ser utilizada por outrem na ausência do “homem da casa”.

Em seguida chegou seu neto, um jovem adulto, alto e de boa aparência, que sentou-se próximo ao avô, que estava espalhado aconchegadamente na poltrona. Ela contou que ele estava aproveitando uns dias de férias para visitá-los, o que era

motivo de muita alegria para eles. Naquela noite, ele iria cozinhar e eu estava convidada para o jantar. Aceitei.

Ela levantou de sua cadeira colocando a mão nas costas, em sinal de dor. Sei e, com certeza, seus familiares também sabem, que tem problemas de coluna, o que significa que a melhor bancada era a ocupada pelo marido. Mas... Fez-me um sinal para que eu a acompanhasse. Pedi licença e fui atrás dela, entrando em sua biblioteca abarrotada de livros até o teto.

Em meio ao confessionário de seus livros, buscou justificar o comportamento do marido (ou será que era o seu?): já estava velho, trabalhava muito e tinha muitas dores nas costas e nas pernas, então não podia fazer objeções às manias de ele querer o que era melhor para si. Tentou convencer a si mesma de que a vida funciona deste jeito, afinal “as mulheres são, por natureza, mais compreensivas e solidárias. Para que brigar por pouco”. E ela, perguntei? E suas dores e manias? Respondeu que lhe bastava o prazer dos livros e da família. Ela não o contrariava, não batia de frente, para que tudo estivesse em harmonia, para que nenhum mal-estar pudesse atrapalhar a convivência familiar.

Há anos cozinava para ele: almoço, jantar e preparava seu café da manhã. Ele não elogiava. Ela nunca tinha recebido um simples “gostei da comida” ou um “obrigado”. O marido não demonstrava notar também a limpeza da casa, a roupa lavada e passada, a troca dos móveis de lugar. Nenhum comentário, nenhum elogio. “Mas ele é bom. Não reclama de nada. Faço do meu jeito. Ele não se mete. Só não sabe elogiar. É dos homens.”

A conversa foi desviada, seus olhos foram ao encontro de uma pilha de livros, afirmou estar arrependida do que havia me falado, de expressar seus sentimentos. Não queria que eu pensasse que era ingrata e estava reclamando do marido. Talvez fosse uma forma de luxúria desejar ter reconhecido os seus esforços como companheira e mulher.

Quanto aos livros, tratavam-se das obras que ela havia separado para mim. Falou sobre cada uma delas, sobre cada personagem, cada heroína. Mulheres fortes que fizeram loucuras em tempos difíceis, todas inspiradoras. “Ah a Literatura! Ela é capaz de nos salvar, pelo menos por frações do tempo. Meu marido não lê esse tipo de livro, diz que é coisa de mulher”, contou ela.

Ficamos conversando sobre literatura e sobre grandes obras, até que seu neto abriu a porta, anunciando que o jantar estava pronto. Minha vizinha me

entregou os livros colocados numa sacola e fomos para a cozinha. Antes eu deixei-os em cima do sofá da sala, para que eu não esquecesse quando fosse embora.

Na cozinha, uma grande mesa retangular, com belos pratos de porcelana, copos requintados e talheres pesados. A mesa era farta: saladas, um risoto cremoso e uma grande bandeja com grossos bifés. A comida estava cheirosa e eu começa a salivar de fome.

Já na primeira garfada o marido e avô externalizou comentários a respeito da comida maravilhosa que o neto tinha preparado, “que comida boa”, “que delícia”, “no ponto”, “digno de um *chef* da TV”, “nunca comi nada tão bom!”, “quando você vai participar de um daqueles programas da TV, filho?” Os elogios do avô perduraram por todo o jantar, foram cessados quando a refeição terminou e ele foi para a sala assistir ao telejornal, enquanto sua mulher começava a recolher os pratos, levando-os para a pia. O neto deu os restos de bifés deixados no prato para o cachorro, que esperava sentado e balançando o rabo. Depois juntou-se ao avô, na sala.

Ajudei a recolher o que ainda faltava da mesa. Comecei a secar os grandes pratos que minha vizinha lavava com rapidez. Foi quando ela começou a contar sobre sua neta mais nova. Uma menina de seis anos, muito esperta e que se recusava a comer carne, dizendo que eram animais e não comida, que ela não se alimentaria de um ser com olhos, capaz de nos ver. “Eles choram vó, não podemos comer um ser que chora!” Relatou ainda que o irmão mais velho da menina achava uma grande besteira o vegetarianismo precoce da irmã, assim como o avô.

A avó, por sua vez, via a neta como uma idealista, uma visionária. Contou que, quando a neta vinha até sua casa, queria sentar no lugar do avô, e dizia “agora, quem manda aqui sou eu!”, todos riam da garota.

Senti, de forma silenciosa, uma ponta de esperança no peito, desejei que aquela menina pudesse mandar em tudo aquilo que pertencia à sua própria vontade, aos seus sonhos, à sua liberdade, que não houvesse no futuro nenhuma forma de opressão que lhe colocasse medo pelo seu gênero. Desejei que o contexto da vida cotidiana, opressora e desigual em relação as mulheres, não fosse capaz de cortar suas asas.

Quando terminei de secar a louça já era bastante tarde, precisava ir embora. Disse adeus ao neto e ao avô com um aperto de mão. A vizinha me acompanhou até a varanda da entrada de sua casa, agradeceu pela companhia e instruiu-me para me cuidar, “nunca se sabe quem está na rua essa hora”, o que me fez lembrar da minha amiga e seu medo (não imaginário, mas real) de andar tarde da noite pelo campus da universidade.

Caminei entre ruas arborizadas e bem-iluminadas (o que não significou total tranquilidade. Nós mulheres temos medo concreto e real. Somos mais vulneráveis socialmente à violência, principalmente as de cunho sexual) e revi da memória, aquele dia e “meu encontro” como tantas mulheres: a jovem namorada, a idosa, as vítimas de estupro, a amiga e sua mãe, a vizinha e a neta, as galinhas, as vacas, as cachorras... Tantas constatações, tantas nuances da mesma realidade: as várias facetas que configuram arbitrariedade, exploração, dominação, coação, injustiça, tirania, domínio... a que são submetidas as fêmeas.

Busquei imaginar o sentimento de cada uma delas, violadas pelo seu sexo, consideradas inferiores, o que resulta ignorar sua autonomia, sua vontade, seus desejos, simplesmente por terem nascido mulheres, por serem fêmeas.

Chegando em casa, fechei a porta e conferi se estava trancada, tirei os sapatos pesados, joguei os livros em um canto qualquer, coloquei o jornal na caixa para ser usado de banheiro para os gatos.

Joguei-me no sofá e peguei o controle, pensei duas vezes antes de apertar o botão “ligar”, mas o fiz. Estava passando uma propaganda cor-de-rosa de produtos de limpeza, mudei de canal, outra, agora da “Bombril, o produto de limpeza que evoluiu com as mulheres”, passei uma vez mais, anúncio de cerveja: praia, lindas mulheres de biquíni com corpos esculturais que faziam piada com uma mulher obesa de maiô. Na próxima tentativa de achar algo bom para ver na TV, uma limpa e clara publicidade de um frigorífico, que deu lugar a de presunto, com um peru que interagiu e sorria muito feliz. Ignorando sua morte precoce e precificada. Pensei que tudo devia estar errado. Desliguei a TV, apaguei a luz, fechei os olhos sem conseguir dormir.

Eu sabia que tudo aquilo, envolvendo contexto social e ações, observadas durante o dia, faziam conexão entre si... A mulher, a vaca, a cadela, todas fêmeas, todas elas... todas subjugadas, exploradas, abusadas, todas usadas como objetos, todas violentadas e oprimidas.

Parte 2

***A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA
DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE VIOLÊNCIAS
CONTRA MULHERES***

A paixão como atenuante: crimes passionais em Caxias do Sul nos anos 30 (século XX)¹

Fabício Romani Gomes
Luiza Horn Iotti

Resumo: O texto faz parte da pesquisa em andamento intitulada: “História e poder: discursos e práticas de gênero no Judiciário de Caxias do Sul, 1900/1950”, tendo como problemática de pesquisa investigar quais as representações o Judiciário de Caxias do Sul elaborou, no contexto em questão, sobre as mulheres que se envolveram em processos-crime na posição de vítimas e/ou transgressoras, bem como na construção das relações de gênero. A documentação pesquisada faz parte do acervo do Centro de Memória Regional do Judiciário, sob a custódia do Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul, CMRJU/IMHC/UCS. Dentre os objetivos deste trabalho, está o de buscar o entendimento das relações individuais e sociais que envolvem os casos de crimes passionais, a partir da análise de alguns casos de violências, nos quais as vítimas são mulheres de Caxias do Sul, durante a década de 30 (séc. XX).

Palavras-chave: Crime passionais. Relações de gênero. Poder Judiciário.

Introdução

Jéssicas, Carlas, Anas, Verônicas e tantas outras mulheres já foram, ou podem ser, vítimas de violência no Brasil. Essa violência pode ocorrer sob as mais diversas formas e motivações. Em 1943, por exemplo, a “preta” Cecília que “saiu de sua residência, a fim de trabalhar na limpeza de uma casa”, foi recebida, após doze horas de trabalho, aos “socos e ponta-pés” pelo marido. Cecília foi agredida, porque não teve “oportunidade de preparar a refeição do meio-dia”.² Dentre os objetivos deste trabalho, está buscar o entendimento das relações individuais e sociais que envolvem os casos de crimes passionais, pois, segundo Fausto, “a criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais”. (1984, p. 17). Para isso, foram analisados alguns casos de violência nos quais as vítimas são mulheres de Caxias do Sul, durante a década de 30 (séc. XX). Optou-se pela década de 30 por ela representar um período de urbanização da cidade de Caxias do Sul e, como diz Besse (1989, p. 186), “o surgimento de uma sociedade urbano-industrial tend[e] a enfraquecer os laços familiares”, pois, passa “a

¹ Artigo resultado da pesquisa “História e poder: discursos e práticas de gênero no Judiciário de Caxias do Sul, 1900-1950”. Este artigo foi publicado inicialmente na revista *Métis: História & Cultura*, em 2012. A versão apresentada aqui foi revista e ampliada.

² Relatório – Lesão Corporal, 1943. Acervo: Arquivo da Polícia Civil/Caxias do Sul, RS.

propiciar novas aspirações e opções às mulheres e, por conseguinte, intensificar o conflito entre os sexos”.

Outro objetivo foi o de conhecer e avaliar os resultados obtidos através da campanha realizada pelo Conselho Brasileiro de Higiene Social (CBHS), que, a partir de 1925, passou a questionar a tolerância do Poder Judiciário com os assassinos de mulheres. A campanha surgiu para tentar combater e punir essas violências, às vezes cotidianas, buscando a diminuição desses atos, bem como a sua denúncia e a solicitação de punição para os agressores.

Dessa forma, o texto foi dividido em três partes: primeiramente são analisados os fatores que colaboram para o crescimento urbano da cidade; depois, caracteriza-se o crime passional, destacando sua trajetória no campo do Direito e, também, faz-se uma análise de como o crime estava sendo julgado no período; por último, são apresentados os casos levantados na pesquisa, buscando compreender as razões que levaram aos crimes.

Caxias do Sul na década de 30

Caxias do Sul, hoje uma das maiores cidades do Rio Grande do Sul, com cerca de 450 mil habitantes, está localizada na região nordeste do estado e tem suas origens na política de imigração adotada pelo governo imperial brasileiro no final do século XIX. Sobre os objetivos dessa política, Iotti (2010, p. 14) ressalta que, entre outros, “a vinda de imigrantes italianos relacionou-se ao processo de substituição da mão-de-obra escrava e à política de imigração e colonização”. Ambas variaram no decorrer do tempo, conforme o grupo social que estivesse no poder. Ora se dava mais ênfase à importação de trabalhadores livres para a lavoura, ou seja, a imigração. Ora para o ingresso de estrangeiros, com o objetivo de desenvolver a agricultura por meio de homens livres, com base na pequena propriedade.

Na região onde hoje está localizada a cidade, o governo imperial optou pela política de colonização, que teve início, oficialmente, em 1875, majoritariamente por imigrantes oriundos da Península Itálica. Para Machado (1988, p. 34), esses primeiros imigrantes tiveram uma realidade bem-adversa. Segundo a historiadora, “as condições geográficas da região, de difícil acesso pela floresta, solo pedregoso e muito acidentado, condicionaram a nova colônia a um quase isolamento durante

os primeiros anos, o que favoreceu o surgimento das primeiras atividades rentáveis aos colonos”.

Devido a esse isolamento inicial, houve na Colônia a necessidade de uma produção diversificada, pois os colonos teriam que produzir todo o necessário para a sua subsistência. Não poderiam depender de produtos primários vindos de outras regiões, devido às dificuldades de transporte impostas pela geografia da região. A princípio, esta produção era consumida somente dentro da Colônia, mas com a produção de excedente, existe o fortalecimento das atividades comerciais. A falta de estradas dificultava, mas não impedia as relações comerciais.

A situação de “isolamento” vai sendo paulatinamente resolvida com a abertura de estradas, mas o comércio com outras cidades ainda era problemático, principalmente com os maiores núcleos populacionais, localizados mais próximos da capital, Porto Alegre. A solução surge em 1910, depois de vinte anos da emancipação política com a inauguração da Estrada de Ferro, que faz a ligação Caxias-Capital. Além da construção da ferrovia, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a instalação da energia elétrica em 1913, aceleraram e consolidaram o desenvolvimento da cidade “acabando com o isolamento natural em que se encontra[va] a região”. (GIRON, 1977, p. 76). Assim, “no período de 1913 a 1920, há um crescimento acelerado das indústrias caxienses, surgem as indústrias metalúrgicas, fábrica de produtos químicos, de erva-mate, de velas, de cola, de tecidos e uma charqueada”. (GIRON, 1977, p. 76).

A Primeira Guerra Mundial acabou incentivando a industrialização, não só nacionalmente, mas também regional e localmente. Com o envolvimento na guerra das grandes potências industriais e econômicas do período, outras economias no mundo puderam se desenvolver, produzindo para os mercados em guerra e para aqueles que deixaram de ser atendidos pelas potências envolvidas no conflito. Assim,

durante o período da Primeira Guerra Mundial, as indústrias tiveram um desenvolvimento importante para a região e seu número se elevou para mais de quarenta empresas diversas, com um capital de 4.789:000\$000, nas quais trabalhavam aproximadamente mil a mil e duzentos operários entre homens e mulheres. (MACHADO, 2001, p. 207).

Herédia também aponta para o desenvolvimento industrial da cidade durante o período da Primeira Guerra Mundial, lembrando que,

em 1920, segundo o Álbum Rio Grande, a indústria fazia de Caxias um dos principais centros produtores do Estado, com uma riqueza pública calculada em CR\$ 80.000,00 [...]. É interessante observar os frutos decorrentes da Primeira Guerra Mundial que desencadeou uma nova fase para a cidade que soube aproveitar os instantes favoráveis e os impulsos do conflito mundial para instalar e solidificar uma série de indústrias. (HERÉDIA, 1997, p. 69).

Nesse período, o vinho gaúcho vinha perdendo mercado, tanto interno quanto externo. Isso se devia às adulterações que o vinho gaúcho sofria “especialmente nos mercados do Rio [de Janeiro] e São Paulo”. (MACHADO, 2001, p. 202). Para combater o problema, o intendente Penna de Moraes buscou alternativas para melhorar a produção e diminuir as fraudes. A intervenção do intendente neste assunto beneficiou os produtores da região e, em especial, os caxienses. Por sua interferência, “foi criada em 1921 a Estação Experimental de Caxias, [que operou] como um laboratório químico e uma adega experimental”. (MACHADO, 2001, p. 207).

A melhoria do modo de produção do vinho e a expansão do setor trouxeram para a região uma significativa melhoria na economia, especialmente de Caxias do Sul, onde se achavam as maiores empresas vinícolas. A cidade sentiu seus reflexos através do crescimento não só da zona urbana, como também das áreas da zona suburbana, onde se encontravam os trabalhadores (MACHADO, 2001, p. 208).

O desenvolvimento econômico proporcionou a urbanização da cidade. Em 1920 a população caxiense total chegava a 33.773 habitantes, aproximadamente 7.500 destes estariam na zona urbana. O aumento da população urbana fez com que os administradores da cidade investissem mais na sua infraestrutura. Assim, serviços como de energia elétrica e abastecimento de água foram privilegiados nas administrações. Houve também uma preocupação com a educação, “através da ampliação do número de escolas e do corpo de professores que também tiveram os seus salários melhorados”. (MACHADO, 2001, p. 213).³

Com o final da guerra, e a conseqüente reestruturação das economias antes envolvidas no conflito, o mercado para os produtos gaúchos começa a reduzir

³ A instalação da Escola Complementar de Caxias, no início dos anos 30, demonstra “o interesse do governo em diminuir o analfabetismo” e auxilia para o aperfeiçoamento “moral e intelectual da mocidade caxiense”. (BERGOZZA; LUCHESE, 2010, p. 123-125).

com a concorrência dos produtos estadunidenses e europeus, devido à recuperação destes últimos. Com isso, a economia gaúcha sofre com um período de recessão, sentido, inclusive, na cidade de Caxias. Além disso, o Rio Grande do Sul, no início da década de 20, sofre com a crise política, que vai chegar ao seu ápice na Revolução de 1923.

No pós-guerra, a recessão econômica, a rearticulação da economia europeia e recuo da demanda mundial repercutiram negativamente sobre a economia rio-grandense. Em especial, o início da década de [19]20 representou para o estado um momento de crise, externa e interna. (PESAVENTO, 2002, p. 83).

Os conflitos de 1923 foram motivados, principalmente, pela política *borgista*, que buscava desenvolver a economia do estado de forma ampla, global. Essa política ia contra os interesses pecuaristas da época. Além disso, as fraudes eleitorais ocorridas nos processos políticos colaboraram para a eclosão da revolta, principalmente depois da quinta vitória eleitoral de Borges de Medeiros, em 1922. A revolta iniciou no norte do estado, região de Passo Fundo, mas logo se espalhou, agravando a situação econômica do Rio Grande do Sul; “o comércio e a indústria locais estavam enfrentando uma fase de crise financeira e de instabilidade”. (MACHADO, 2001, p. 217). As eleições de 1922 mostraram que o *borgismo* estava desgastado no estado, e em Caxias “o resultado das eleições para os republicanos foi desastroso. [...] Caxias foi o município onde a oposição obteve a maior diferença de votos. A zona colonial, com Caxias à frente, contribuiu para que fossem eleitos no primeiro distrito três deputados da oposição [...]”. (MONTEIRO, 2003, p. 168).

Essa oposição registrada em Caxias, em parte, foi encabeçada pela Igreja católica. Muitos dos católicos apoiaram Assis Brasil. Como em todo o restante do estado, em Caxias houve também fraudes no processo eleitoral. Em um dos casos, colonos italianos não receberam os títulos de eleitor e não puderam votar. Mas,

as eleições finalizam com a vitória de Borges de Medeiros para o governo do estado, porém a religião católica ficou marcada, na região colonial, pela propaganda durante a campanha, na qual assistas acusavam os borgistas de serem inimigos da religião católica, isto é, inimigos pelo fato de serem positivistas, portanto, incompatíveis. (RELA, 2004, p. 46).

A incompatibilidade está no fato de o positivismo possuir sua própria religião. Assim, o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), de ideologia positivista, possuía sua própria religião, o que alimentava as discórdias entre as correntes.

Depois da demonstração do descontentamento com o governo de Borges de Medeiros em Caxias do Sul, o PRR começou a pensar nas próximas eleições. Essas eleições seriam locais, ou seja, a administração municipal seria renovada. E como “na 'Pérola das Colônias' o grupo de colonos italianos fazia-se presente no cenário político gaúcho como uma ameaça à hegemonia do PRR local” (MONTEIRO, 2003, p. 168), foi necessário buscar um nome de consenso.

O nome para a eleição municipal recaiu em Celeste Gobbato, que para alguns seria “capaz de atenuar as tensões políticas em Caxias” (MONTEIRO, 2003, p. 171), pois, “embora ele não fosse radicado no município, o fato de ser um italiano com estreitos vínculos com a atividade agrícola, tornou a sua indicação necessária para atender os interesses da Igreja local, dos italianos católicos e do PRR estadual”. (RELA, 2004, p. 47). Eleito, Celeste Gobbato “identificou-se com a elite local, junto à qual passou a exercer uma liderança muito significativa” (MACHADO, 2001, p. 210), iniciando seu governo em 1924.

No início de 1930, Caxias possui uma população total de 32.622. Esse número apresenta uma diminuição da população total, mas, quando nos referimos à população urbana, há um aumento, se compararmos aos números referentes ao início dos anos 20. São 9.975 pessoas vivendo na área urbana caxiense.

No cenário nacional, acontece a tomada do Poder Político federal pelo gaúcho Getúlio Vargas. “Em Caxias, os empresários emprestaram todo o apoio às forças getulistas, inclusive através do fornecimento de gêneros alimentícios e de artigos de vestuário para os combatentes e suas famílias”. (MACHADO, 2001, p. 259). Esse apoio, porém, não altera a situação da economia gaúcha no período, mantendo-se a agropecuária voltada para o mercado interno. “Durante a República Nova (1930-1937), o Rio Grande do Sul manteve sua economia baseada na agropecuária. O governo federal via o estado como destinado a complementar a economia central como fornecedor de gêneros de subsistência para o mercado nacional”. (KUHN, 2002, p. 125).

Segundo Giron, “o desenvolvimento industrial se torna mais lento entre 1925 e 1939, voltando a se fazer presente com a Segunda Guerra Mundial”.

(GIRON, 1977, p. 76). Para a historiadora há uma estagnação no desenvolvimento industrial de Caxias no período entre as guerras. Para Herédia, ocorre uma diminuição no surto industrial da região, entendendo que

nas indústrias, o número de estabelecimentos era de 190 em 1930 e 280 em 1932, tendo crescido o número de empresas, mas não o seu capital. A produção industrial demonstra claramente a crise enfrentada no país nos anos trinta, pois há um decréscimo de produção de Rs.5.496, p.792\$500 que revela a diminuição do surto industrial na região e indiretamente no município. (HERÉDIA, 1997, p. 70).

Sendo assim, a autora aponta para um crescimento industrial em número de empresas, mas sem alteração do capital, concordando com a ideia de estagnação industrial. Além disso, Herédia fornece dados relativos ao comércio na região, durante o período, dizendo que:

em 1930, o Município de Caxias apresentava um total de 325 estabelecimentos comerciais com um capital de Rs.9.085:750\$000, tendo crescido conforme o Censo Municipal de 1932 para 450 estabelecimentos comerciais, com capital no valor de Rs.4.031:575\$000 além do citado anteriormente. (HERÉDIA, 1997, p. 69).

No comércio, Herédia destaca um crescimento de capital, ou seja, a prática comercial na região não se altera, podendo-se dizer que há um crescimento das práticas comerciais na região. Isso pode ser reflexo da política adotada por Getúlio Vargas, que buscava

apoiar as indústrias consideradas “naturais”, por beneficiarem matéria-prima local (no caso de Caxias, o vinho, a banha, conserva de frutas, os óleos vegetais, produtos têxteis e o trigo, entre outros), houve um crescimento na produção, incrementando as atividades industriais e comerciais [...] (MACHADO, 2001, p. 260).

O estágio de desenvolvimento econômico alcançado por Caxias, até a década de 30, fez aparecer novamente os problemas de infraestrutura, principalmente ligados ao fornecimento de energia elétrica e falta de estradas. Em relação às estradas, somente na década de 40 esse problema seria resolvido com a construção da BR 116, ligando a cidade aos principais centros consumidores do

País. Neste momento, Caxias experimenta um novo período de crescimento industrial, influenciado pela Segunda Guerra Mundial. Isso ocorre,

a partir do momento em que várias empresas foram declaradas de interesse militar e passaram a produzir para o exército nacional, utilizando toda a sua capacidade produtiva. Como consequência, houve um aumento no número de empregos e os salários reais, provocando aumento no consumo de bens e na circulação de riqueza. (MACHADO, 2001, p. 267).

Assim, Caxias encerra a década de 30 com uma população urbana chegando a 20.123 habitantes, demonstrando um crescimento populacional urbano de mais de 50%. Isso se deve, principalmente, ao desenvolvimento econômico da cidade, que necessita de mão de obra, e passa a atrair a população rural para o mercado de trabalho em expansão nas fábricas.

O crime passionai

Estamos acostumados a notícias sobre crimes passionais hoje em dia. O crime, quase sempre, é caracterizado pelos motivos que levaram ao assassinato, a “paixão”. Este crime, na maioria das vezes, envolve como personagens homens e mulheres, que, motivados pela “paixão”, acabam assassinando seus antigos parceiros, seus antigos ou atuais amores. Geralmente, isso acontece no final de uma relação amorosa, quando um dos envolvidos decide pôr fim ao relacionamento. No caso do assassinato de mulheres, ou femicídios,⁴ “muitas foram mortas porque quiseram se separar do companheiro ou marido, outras porque estavam na rua quando eles voltaram para casa, outras porque não aceitaram a proposta de fazer sexo ou resolveram procurar outro namorado/companheiro”. (TELES; MELO, 2002, p. 50).

Isso, de certa forma, significa dizer que um homem mata *a sua* mulher quando “considera que não há mais como controlar a mulher e seu todo, tanto corpo como seus desejos, pensamentos e sentimentos”. (TELES; MELO, 2002, p. 50). Já quando ocorre o contrário, quando a mulher mata *seu* companheiro,

⁴ O termo *femicídio* foi usado pela primeira vez por Diana Russel e Jill Radford, em seu livro *The politics os woman killing*, publicado em 1992, em New York. A expressão já havia sido empregada pelo Tribunal Internacional de Crimes Contra as Mulheres, em 1976. Entende-se por femicídio o assassinato de mulheres por razões associadas às relações de gênero. (TELES; MELO, 2002, p. 49).

considera-se que o assassinato aconteceu “porque as mulheres eram maltratadas e reagiram para defender seus filhos e a si próprias”. (TELES; MELO, 2002, p. 50).

O adultério, ou suposto adultério, foi um dos maiores motivadores de crimes passionais. Em algumas situações, basta o marido desconfiar que está sendo traído para que o destino de sua parceira seja a morte. E, segundo Corrêa, “no Brasil, a significação implícita da expressão crime passional, no campo das discussões jurídicas como no da sua publicação pela imprensa ou em sua utilização literária, era a de punição da esposa adúltera”. (CORRÊA, 1981, p. 18).

A punição do adultério com a morte já esteve escrita nos códigos de leis vigentes no Brasil. Nas Ordenações Filipinas, que vigoraram no Brasil durante o período colonial, a esposa adúltera deveria pagar com a vida pelo seu “crime”. As Ordenações dizem que “achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela como o adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero fidalgo, ou nosso Desembargador, ou pessoa de maior qualidade”. (CORRÊA, 1981, p. 15).

Esse rigor na punição do adultério é consequência do conceito de direitos e prerrogativas advindas do casamento. Devemos lembrar que o casamento prevê que o marido conceda à mulher uma certa “proteção”. Segundo Azevedo, “a proteção que este concede à mulher reclama, por sua vez, obediência, coabitação, fidelidade; ao marido cabem a eleição do domicílio e a escolha quanto ao modo de educar os filhos”. (AZEVEDO, 2001, p. 10). Assim, em troca de proteção, a mulher deve ser, entre outras coisas, fiel.

O adultério feminino é punido há muito tempo, vem desde o Direito romano, visando assegurar a legitimidade da reprodução dentro da família.

O adultério era portanto, uma força desagregadora e destruidora, mas revestido de uma importância diferente para homens e mulheres. O discurso jurídico considerava o adultério masculino um deslize aceitável, pois os filhos ilegítimos não traziam desonra ao pai. No que tange ao adultério feminino, as implicações seriam mais graves, pois a mulher adúltera introduzia a prole ilegítima no seio do casamento e trazia a desonra ao marido. (BORELLI, 2002, p. 136).

A noção de crime passional é mais recente e começou a ser discutida em meados do século XIX. Os juristas que discutem o crime passional “vão atribuir ao romantismo, com sua ênfase no amor e na paixão, a sua invenção [...]”.

(CORRÊA, 1981, p. 15). Este crime se beneficia da onda de amor romântico do período e também das teorias de um grupo de italianos, que sob a orientação de Lombroso, em meados do século XIX, dizem que o criminoso tem que ser analisado de forma individualizada. Sendo analisado desse modo, o assassinato da mulher passa a ser o único crime cometido por este homem. Aí, faz-se um histórico da vida deste homem, que, se estiver de acordo com os padrões da época, poderá inocentá-lo. Além disso,

dentro deste grupo, o criminalista Enrico Ferri teve uma atuação importante, tendo sido o primeiro a definir o criminoso passional como um criminoso social, isto é, alguém que comete um crime impulsionado por motivos úteis à sociedade [...] e sua importância no Brasil será sempre atribuída apenas ao aspecto de sua obra que permitia defender os assassinos de mulheres. (CORRÊA, 1981, p. 16).

Este crime seria útil à sociedade, pois retiraria do convívio social mulheres adúlteras, ou seja, mulheres que não desempenharam de forma exemplar seu papel social em determinada época. Mulheres que inclusive colocavam dentro da sua família a prole ilegítima. Sendo assim, eram consideradas maus exemplos para as outras mulheres.

Além desses fatores, que contribuem para a absolvição do réu ou para a diminuição de sua pena, aparecerá outro, no segundo Código Penal brasileiro, que já era republicano. Trata-se da questão da irresponsabilidade criminal, que abria “a possibilidade de isentar de culpa 'os que se acharem em estado de completa perturbação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime' [...]”. (CORRÊA, 1981, p. 21). Assim, “os advogados de defesa de maridos, noivos, namorados ou amantes, assassinos de suas companheiras, passaram a afirmar então que a *paixão* era uma espécie de loucura momentânea, tornando irresponsáveis na ocasião do crime os que estavam por ela possuídos”. (CORRÊA, 1981, p. 22).

O número de crimes passionais aumentava no início do século XX, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, e os jornais da época começaram a noticiar esses crimes. A quantidade e a maneira como aconteciam esses assassinatos acabaram influenciando as primeiras produções cinematográficas no Brasil. No período de 1908 e 1911, estes filmes acabaram reproduzindo os crimes passionais em seus roteiros. Segundo Gomes (1996, p. 11), “predominaram

inicialmente os filmes que reconstituíam os crimes, crapulosos ou passionais, que impressionavam a imaginação popular”. Outros meios de comunicação, porém, demonstravam preocupação com o aumento desse tipo de crime.

Os editores da famosa revista para mulheres, *Revista Feminina*, afirmavam que as mulheres estavam sendo assassinadas 'aos montes'. Eles afirmavam que o número de mulheres mortas por homens no Brasil crescera de uma a cada doze horas em 1919 para uma a cada meia hora em 1924! (BESSE, 1989, p. 183).

Essa quantidade de crimes passionais é questionada por Besse; para ela a publicação destes números sugere mais uma preocupação dos editores com a mobilização da opinião pública. Assim, a *Revista Feminina* e outras publicações da época contribuíram para o surgimento no Brasil de uma campanha “para acabar com a tolerância aos crimes da paixão”. (BESSE, 1989, p. 182). A campanha surge em 1925, tendo como organizador o CBHS. Para Besse,

o motivo pelo qual estes crimes começaram a ser considerados tão ameaçadores à sociedade era que eles simbolizavam a desagregação da família, e era exatamente a instituição da família que era encarada como o cimento necessário para proporcionar a estabilidade e a continuidade neste período de transformações perigosamente rápidas. (BESSE, 1989, p. 187).

Então neste período, final dos anos 20 e início dos anos 30, a sociedade brasileira entrega à família um papel importante na nova ordem nacional. Ou seja, neste momento de transição, quando Getúlio Vargas assume o Poder Político nacional, quando uma nova elite assume o poder, há uma preocupação maior com os crimes passionais. Pois, “se a família fosse ser o pilar da nova sociedade burguesa, as relações entre marido-mulher deveriam se 'modernizar', adquirindo ao menos uma aparência de igualdade e reciprocidade”. (BESSE, 1989, p. 188-189).

Enfim, a campanha liderada por promotores públicos, como Roberto Lyra, Carlos Sussekind de Mendonça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Lourenço de Mattos Borges, e organizada pela CBHS alcança sua vitória mais significativa em 1940, com o novo Código Penal. Nele, estava especificado “que a emoção e a paixão, enquanto circunstâncias atenuantes, não excluía a responsabilidade criminal”. (BESSE, 1989, p. 193). Além disso, Besse traz os

dados de um único estudo estatístico sobre o sucesso da campanha: “Em 1932, de 36 casos de crimes da paixão investigados nas cortes da cidade do Rio de Janeiro, 24 acusados foram condenados à pena máxima, 7 tiveram seus casos tornados públicos e foram punidos menos severamente e 5 foram absolvidos”. (BESSE, 1989, p. 182).

Alguns crimes passionais em Caxias – década de 30

Em abril de 2005, o jornal *Pioneiro* publicou uma matéria sobre crimes passionais na região. O jornal sugere a existência de uma preocupação devido à reincidência desse tipo de crime. Até a publicação aconteceram cinco crimes considerados passionais na região, o que representava 25% do total de homicídios no mesmo período. Porém aqui, vamos procurar evidências desses crimes na década de 30.

O primeiro caso que pode ser considerado como um crime passional, na cidade, foi encontrado no Centro de Memória Regional do Judiciário. Trata-se de um processo criminal em que o réu é acusado de matar sua esposa, logo após a mesma dar à luz, em 1932. Segundo o processo, o réu, passados alguns minutos do nascimento da criança, diz que não perdoaria a traição da esposa. Para ele, a criança, recém-nascida, não é sua e sim de um “negro”. Acreditando nisso, o réu mata a esposa e tenta o suicídio, não obtendo sucesso.

Depois de informados os fatos que levaram ao crime, o processo traz os depoimentos das testemunhas do caso. São realizados exames mentais no réu e, no final, o Dr. Leonardo Ferreira Silva, juiz da Comarca de Caxias, considera o réu culpado, dizendo que

em face, pois, das circunstancias mencionadas não ficou provado que o réu, no acto de cometer o crime, estivesse em estado de completa perturbação de sentidos e de intelligencia; ao contrario, o que se infere da prova existente, é que o réo achava-se calmo, chamando a parteira, interessando-se pelo bom sucesso do parto, assistindo a este e somente veio a manifestar estar nervoso após o nascimento da creança, vendo-a arroxçada. (PROCESSO 2, Caixa 88: CMRJ).⁵

⁵ Foi mantida a grafia original das fontes.

O réu apela da decisão mas é levado para julgamento, não sendo atendido o seu pedido. Os jurados, por sua vez, absolvem o réu. Consideram que, no momento do crime, “o réu agiu em estado de completa perturbação dos sentidos e da intelligencia no acto de commetter o crime”. (PROCESSO 2, Caixa 88: CMRJ). Segundo Fausto,

ainda que cada caso tenha notas específicas, a imagem de um frio marido homicida raras vezes se ajusta a realidade. O agressor é atravessado por intensos conflitos (muito mais complexos que a “paixão”), o que não significa tomar partido a favor de sua irresponsabilidade penal. Um indício disto reside na constatação de que, no período analisado, um número considerável de maridos homicidas em geral suicida-se ou tenta suicidar-se após a prática do crime (FAUSTO, 1984, p. 108).

Foram pesquisados casos publicados em jornais da cidade. No jornal *O Momento*, vinculado ao Partido Republicano Liberal (PRL), a primeira notícia que chamou a atenção durante a pesquisa estava publicada na “Seção Livre”, em dezoito de janeiro de 1933. Andralina Benatto publica uma carta dizendo o seguinte:

Injuriada, maltratada e até espancada pelo meu marido Fernando Benatto, fui forçada, por ele próprio, a abandonar o lar, acompanhada dos meus tres filhinhos menores, isso nos primeiros dias de julho do ano p. findo, vendo-me na contingencia de recorrer as serviços profissionais do Dr. Olmiro de Azevedo, constituindo-o meu advogado. (MOMENTO, 1933: AMJSA).⁶

Segundo Andralina, ela vinha sendo espancada pelo marido, além de sofrer outras violências psicológicas. Houve uma tentativa de reconciliação entre o casal e, segundo Andralina, “de inicio procurou o meu marido a aparentar cordialidade, para, logo depois, voltar a proceder como dantes, cumulando, agora, por ameaçar-me de morte!” (O MOMENTO, 1933: AMJSA). A tentativa de reconciliação, aparentemente, piorou o relacionamento do casal, chegando Fernando a ameaçá-la de morte. O jornal faz um acompanhamento do caso, dizendo, na publicação de quatro de setembro de 1933, que o casal havia se separado, que os filhos ficaram com o marido e Andralina, se quisesse vê-los, deveria provar ser uma mulher “honesta” e “trabalhadora”.

⁶ AMJSA: Arquivo Municipal João Spadari Adami.

O Momento, de 29 de junho de 1933, chamou a atenção de seus leitores com a seguinte manchete: “Tentativa de assassinato: discutiu com a esposa e apunhalou-a nas costas”. Acompanhando a manchete o jornal publica a versão do marido sobre os acontecimentos. Segundo ele,

[...] começaram a surgir entre o casal serias divergências em virtude, segundo alega, das conversações da vizinhança que continuamente levava a falar de sua esposa, pelo que a miúdo tinha com ela discussões violentas nas quais ele a insultava: Terça-Feira, quando regressava do serviço, sua esposa recebeu-o com uma série de impompérios, usando de termos bastante insultuosos, pelo que, ele, exasperando-se tirou da faca que trasia consigo ferindo-a. Que esse jesto atribui ao fáto de achar-se um pouco embriagado, pois devido ao intenso frio que tem feito, havia tomado uns tragos! [...]. (O MOMENTO, 1933: AMJSA).

Os vizinhos acabam causando um certo incômodo ao casal. As falações sobre sua mulher acabaram influenciando, na tentativa de assassinato. Essas deveriam ser relativas ao dia a dia de sua esposa, podendo colocar em questão, inclusive, a fidelidade da mesma. É importante perceber que o marido diz que estava embriagado e por isso agrediu a mulher. A embriagues pode também ter salvo a vida desta mulher. O estado em que se encontrava o marido pode ter dificultado sua ação e intenção de matá-la. A embriagues poderia ter dificultado também a sua defesa perante o júri. Como diz Fausto,

o acusado deve construir uma imagem que se ajuste ao modelo de sua identidade social, ao temor reverencial devido à justiça. Isso se traduz não só pelas palavras, mas pelo gesto, pelo modo de sentar-se, de responder às perguntas, de colocar-se diante do corpo de jurados. (FAUSTO, 1984, p. 25).

Dessa forma, o seu estado de embriagues pode ter sido um complicador para a elaboração de sua defesa.

Já no dia 4 de setembro de 1933, *O Momento* traz a seguinte notícia:

No dia 25, as 14 horas, realizou-se o julgamento de Antonio Petrin, pronunciado por crime de morte na pessoa de sua própria esposa. O conselho de sentença foi constituído pelos jurados Estacio Zambelli, Adelar Facioli, Emílio Fezzi, Artur Rech e Armando Rossi. A acusação foi desenvolvida pelo Dr. Paulo Rache [...]. Após os trabalhos da acusação e defesa, reuniram-se os jurados na sala secreta dali voltando para proferir seu veritutum pela absolvição de Antonio Petrin, por reconhecer em seu favor a derimente da perturbação dos sentidos e inteligencia no áto de cometer o crime. (O MOMENTO, 1933: AMJSA).

Aqui observa-se a utilização da irresponsabilidade criminal para aqueles que, no momento do crime, “se acharem em estado de completa perturbação de sentidos e de inteligência”. (CORRÊA, 1981, p. 21). Infelizmente, o jornal não acompanhou o ocorrido, não trazendo mais informações sobre o caso, que pudessem informar sobre os motivos que levaram Antonio Petrin ao estado de “perturbação” no momento do crime.

Já no final da década de 30, mais precisamente em 8 de fevereiro de 1937, ocorre outro assassinato, sendo uma mulher a vítima. O fato é apresentado aos leitores do jornal com o seguinte título: “Um soldado do exército mata uma decaída a tiros de revólver”, relatando, posteriormente, o ocorrido da seguinte forma:

Segunda-Feira, pela madrugada, Caxias presenciou um ato de profunda covardia e banditismo. Seriam pouco mais de meia noite quando o soldado Arlindo Cardoso do 9 BC dirigiu-se a uma casa de tolerância à rua Borges de Medeiros, onde residia sua amante Laudelina Silva, depois de ligeira troca de palavras com a amazia, prosta-a a tiros de revolver. (O MOMENTO, 1937: AMJSA).

Aqui se percebe a repulsa por parte dos redatores do jornal ao fato acontecido. Referem-se ao fato como uma “covardia”, condenando a ação do soldado. Isso pode indicar que, no final dos anos 30, estes crimes começaram a ser condenados de forma mais clara pelos redatores do jornal, o que deve estar de acordo com a opinião dos leitores do periódico.

Algumas considerações

Durante a década de 30, percebe-se um grande aumento na população urbana de Caxias. Este aumento deve-se, principalmente, à industrialização da cidade que, como foi demonstrado, necessita de mão de obra, pois gera empregos na indústria e em outros setores econômicos. Dessa forma, optou-se pela pesquisa neste espaço temporal, já que, como vimos, na opinião de alguns autores, o surgimento de uma sociedade urbano-industrial enfraquece os laços familiares, intensificando o conflito entre os sexos. Dessa forma, a violência contra a mulher, no período estudado, está relacionada à tentativa de independência feminina.

Em Caxias, percebe-se que o julgamento dos feminicídios segue a norma da época, ou seja, absolvem-se os acusados alegando que os mesmos agiram em um momento de perturbação dos sentidos, em estado de “loucura momentânea”. Mas, é importante retomar a postura do juiz Leonardo Ferreira Silva, que não acredita na suposta perturbação dos sentidos do acusado. Essa postura pode ser considerada uma demonstração de que a campanha da CBHS estava chegando até alguns dos aplicadores da justiça ou que, pelo menos, a campanha estava levando a uma reflexão maior sobre os casos. Como a decisão do juiz acaba sendo desconsiderada pelo júri, podemos imaginar que essa campanha pode ter chegado até alguns segmentos sociais, porém não a todos.

Por fim, com base no último caso relatado, os redatores do jornal *O Momento* condenam o assassinato de uma “decaída”. Essa postura parece, também, refletir os ideais da campanha da CBHS, que vinha travando um combate contra a absolvição daqueles que assassinavam as mulheres.

Referências

- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Estudo sobre a condição jurídica da mulher no direito luso-brasileiro desde os anos mil até o terceiro milênio*. São Paulo: Revista dos Tribunais; Osasco, SP: Centro Universitário FIEO -UNIFIEO, 2001.
- BERGOZZA, Roseli Maria; LUCHESE, Terciane Ângela. Escola Complementar: primeira escola pública para formação de professores primários na cidade de Caxias do Sul (1930-1961). *Conjectura*, v. 15, n. 3, p. 121-140, 2010.
- BESSE, Susan K. Crimes passionais: a campanha contra os assassinos de mulheres no Brasil – 1910/1940. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 181-197, 1989.
- BORELLI, Andréa. Adultério e a mulher: considerações sobre a condição feminina no direito de família. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 133-147, 2002.
- CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal; UCS, 1977.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização na zona colonial italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: Educs, 1997.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Caxias do Sul: Educs, 2010.

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul/1900-1950*. Caxias do Sul, RS: Maneco Livraria & Editora, 1998.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul 1875/1950*. Caxias do Sul, RS: Maneco Livraria & Editora, 2001.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Faces da presença e da participação de imigrantes italianos na história do Rio Grande do Sul: aspectos da trajetória de Celeste Gobbato (1912-1924). *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, Educs, p. 161-171, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

RELA, Eliana. *Nossa fé, nossa vitória: igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

UCS. Universidade de Caxias do Sul. *Revista Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul: Educs, 2012.

Sexismo, especismo e racismo: a produção de sentidos em discursos de campanhas de cerveja

Patrícia Lessa

Resumo: Esse artigo tem como objetivo analisar, a partir das teorias feministas animalistas e ecofeministas, a relação entre mulher, carne e cerveja produzida em campanhas publicitárias de cerveja no Brasil. Para tanto, selecionamos imagens de quatro campanhas que circularam de forma impressa e em redes sociais, no período de 2002 a 2012. A seleção das campanhas teve como critério o objetivo da análise e aquilo que nos interpela, pois, neste trabalho, marcamos uma posição de sujeito, um lugar de fala, que inclui na análise a perspectiva do olhar interpretador. Para a análise utilizamos procedimentos da Análise do Discurso. Nas campanhas analisadas, encontramos uma clara associação entre a cerveja e as mulheres a objetos de consumo para os homens e a carne como símbolo de dominação.

Palavras-chave: Sexismo. Especismo. Racismo. Feminismo. Publicidade.

Algumas palavras iniciais...

Para pensar a relação de humanos não humanos, partimos de um duplo local: os estudos feministas nas vertentes: ecofeminista e animalista e nos movimentos de libertação animal e feminista. Portanto, nosso local de fala está circunscrito na relação entre conhecimento acadêmico e militância social. Uma das mais importantes autoras que estuda a relação do sexismo e do especismo é a feminista *vegana* Carol J. Adams. Ela cunhou o termo *antropornografia*,¹ que significa mostrar animais como prostitutas, pedindo para serem comidas, como se as mulheres e os animais “pedissem” para serem dominados(as). As relações entre mulher e natureza têm raízes na filosofia humanista e recebe grande apoio das ciências modernas, principalmente da Psicanálise. Ecofeministas como Bila Sorb e Maria Mies² apontam que existe uma íntima ligação entre o paradigma humanista e a cultura patriarcal, discussão também presente na obra de várias feministas, dentre elas, Donna Haraway.³ Essa ligação manifesta-se na obsessão

¹ ADAMS, Carol J. *The sexual politics of meat: a feminist-vegetarian critical theory*. 20. ed. New York: London: Continuum, 2011.

² LESSA, Patrícia. Gênero, Ambiente e Educação: relações para pensar uma partilha de conhecimentos e ações. In: BELLINI, Marta (Org.) *Educação ambiental: elementos para o ensino e a pesquisa*. Maringá: Eduem, 2012. Cap. 8. (Formação de professores – EAD). No prelo.

³ HARAWAY, Donna. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun. 2011.

pela dominação e pelo controle tanto sobre as mulheres quanto sobre a natureza e todas as outras espécies.

Por especismo se entende a ideia de promover a espécie humana como superior a todas as outras e, além disso, capaz de deliberar sobre todas as outras, incluindo o direito sobre a vida e a liberdade. É a ideologia que justifica a exploração de uma espécie sobre as demais. Essa terminologia é assim expressa nos Cadernos Antiespecismo (*Les Cahiers Antispécistes: Rêflexion et action pour l'égalité animale*), criados na década de 90 na França:

O especismo é para a espécie o que o racismo e o sexismo são respectivamente para a raça e para o sexo: a vontade de não levar em conta (ou de levar menos em conta) os interesses de alguns para o benefício de outros, alegando diferenças reais ou imaginárias, mas sempre desprovidas de conexão lógica com aquilo que elas são consideradas. Na prática, o especismo é a ideologia que justifica e impõe a exploração e o uso dos animais pelos humanos com meios que não seriam aceitos se as vítimas fossem humanas.⁴

Um dos marcos das mudanças em relação ao tratamento dado aos animais foi a promulgação da Declaração Universal de Direitos dos Animais pela Unesco, em 15 de outubro de 1978, em Paris.⁵ Sua relação com o racismo e sexismo está presente nas reflexões dos Cadernos Antiespecismo.

Sexismo é o nome que se dá à ideia de promover um gênero sobre o outro, ou seja, a crença na superioridade masculina sobre a feminina. O sexismo promove, antes de tudo, a ideia de uma ordenação sexual, da subordinação do feminino ao masculino de forma hierárquica, como se houvesse uma ordem de importância social e, nessa ordem, o masculino seria o padrão e a referência central.

A tônica da discussão engloba temas fortemente presentes nos estudos feministas contemporâneos, nossas áreas mais próximas, no entanto são o sexismo e o especismo. Desse modo a discussão do racismo não será central, mas

⁴ Tradução livre: Le spécisme est à l'espèce ce que le racisme et le sexisme sont respectivement à la race et au sexe: la volonté de ne pas prendre en compte (ou de moins prendre en compte) les intérêts de certains au bénéfice d'autres, en prétextant des différences réelles ou imaginaires mais toujours dépourvues de lien logique avec ce qu'elles sont censées justifier. En pratique, le spécisme est l'idéologie qui justifie et impose l'exploitation et l'utilisation des animaux par les humains de manière qui ne seraient pas acceptées si les victimes étaient humaines. (REDAÇÃO, 2011, web).

⁵ KHEEL, Marti. V 181. In: ANDRADE, Silvana. *Visão abolicionista: ética e direitos animais*. São Paulo: LibraTrês, 2010.

indicamos os estudos sobre o racismo na publicidade disponíveis na página do Geledés.⁶

O patriarcado influenciou nossas ideias mais fundamentais sobre a natureza humana. Nessa relação as mulheres estariam mais próximas dos animais, por isso, são na nossa cultura associadas a nomes como vaca, galinha, égua, potranca, cachorra. Para Adams⁷ as pessoas que comem animais estão se beneficiando de um relacionamento dominante/subordinado. Nossa cultura encoraja a invisibilidade das estruturas físicas, permitindo assim uma completa negação da individualidade animal, até que isso não seja visto como subordinação. A carne é percebida como a razão ontológica para a existência dos animais, indica que eles existem para serem comidos. Para proposta ética de cuidado feminista, uma das coisas das quais precisamos é questionar a ordem da racionalidade ocidental norteada por desdobramentos filosóficos e científicos misóginos. Por isso é necessário problematizar o tema nos quadros de uma epistemologia feminista, como propõe a bióloga e feminista vegana. Não vamos quebrar paradigmas usando teorias que negam e invisibilizam as mulheres e os animais, por isso, trabalhamos com as teorias feministas contemporâneas. É preciso questionar a objetividade dos paradigmas dominantes que coisificam mulheres e animais.

As campanhas selecionadas reforçam a ideia que comer carne é algo viril, másculo e que as mulheres são objetos de consumo à disposição dos machos. Não é mera coincidência que a palavra vaca se refira tanto ao animal quanto às mulheres, ou que, sexualmente falando, homem come, mulher é comida.

Na epistemologia feminista contemporânea, a relação entre a dominação de mulheres e animais está presente, nas discussões de Adams,⁸ de Casas,⁹ de Haraway,¹⁰ de Lessa,¹¹ de Padilha,¹² de Bauab.¹³ Segundo Haraway,

⁶ Geledés Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/>>.

⁷ ADAMS, op. cit.

⁸ Idem.

⁹ CASAS, Helena Escoda. Sexismo, racismo y espejismo: causas y conexiones. 2008. Disponível em: <<http://www.mujePalabra.net/naturaleza/articulos/2008sexismoracismoespejismo.htm>>. Acesso em: mar. 2012.

¹⁰ HARAWAY, op. cit.

¹¹ LESSA, op. cit.

¹² PADILHA, Maria José Sales. *Crueldade com animais X violência doméstica contra mulheres: uma conexão real*. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2011.

¹³ BAUAB, Tamara. Ecofeminismo: veganismo, feminismo e libertação humana. ANDRADE, Silvana. *Visão abolicionista: ética e direitos animais*. São Paulo: LibraTrês, 2010. p. 195-201.

[...] Teóricas feministas observaram com atenção uma grande variedade de animais lisos, peludos, escamados, carnudos (e também outros organismos) e não apenas seres literários, filosóficos e linguísticos, embora também tivessem muito a dizer sobre estes últimos. Tenho intimidade com o trabalho dessas feministas, sou nutrida e instruída por ele, mesmo resistindo à tendência de condenar todas as relações de instrumentalidade entre os animais e as pessoas por envolverem necessariamente objetificação e opressão de tipo semelhante às objetificações e opressões do sexismo, do colonialismo e do racismo. Acho que, diante das terríveis semelhanças, foi dada demasiada ênfase à crítica sem um esforço suficiente para ver o que mais vem acontecendo na fabricação humano-animal de mundos instrumentais e o que mais é necessário.¹⁴

Os estudos sobre a relação entre humanos e animais não é recente. Nise da Silveira,¹⁵ que foi aluna de Carl Jung, nascida em 1905, foi uma das pioneiras na discussão da antipsiquiatria e no debate sobre os laços afetivos entre pessoas e animais, por ela nomeados animais não humanos. Coetzee¹⁶ nomeia os animais de pessoas não humanas em sua obra *A vida dos animais*. Enfim, tanto na literatura quanto nas ciências naturais, a relação de subordinação animal-homem é questionada.

Conforme Adams¹⁷ a *antropornografia* é um dos alicerces do patriarcado. Assim é que para essa autora comer carne exercita as representações de dominação/subordinação. A carne é a reinscrição do poder masculino em cada refeição. Se carne é um símbolo de dominância masculina, então a presença da carne proclama o desempoderamento das mulheres. Na capa do seu livro *As políticas sexuais da carne*, há uma ilustração que apareceu originalmente em uma toalha de praia em 1969, mostrando uma mulher dividida em cortes de “carne” como a imagem dos cortes da carne de vaca, onde se lia o subtítulo, “Qual é o seu corte?” Seu livro analisa imagens publicitárias nas quais os animais abatidos para o consumo humano são representados como “felizes” em sua condição de alimento para a espécie humana. Outras imagens de alimentos derivados de carne associam o corpo feminino como comida.

¹⁴ HARAWAY, op. cit., p. 31

¹⁵ Ela via na relação com os gatos uma possibilidade de diálogo com o inconsciente. Suas lutas não param por aí. Ela jamais aceitou como verdade as teorias dominantes. E ainda em 1936 foi presa, após ser denunciada pela leitura de textos marxistas. É uma das personagens de “Memórias do cárcere”, de Graciliano Ramos. Sobre os animais escreveu: *Gatos, a emoção de sentir* e *A farra do boi*.

¹⁶ COETZEE, J. M. *A vida dos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁷ ADAMS, op. cit.

Outra importante estudiosa na área é Harel,¹⁸ da Universidade de Israel. Segundo a autora, o mito de que os homens “necessitam” da proteína derivada da carne coloca-os à frente da problemática da exploração animal e das questões ambientais como a devastação das florestas para a criação de gado.

Adams¹⁹ concorda que a fonte desse mito reside numa progressão da importância dada ao papel do sexo masculino na produção de alimentos. Ambas concordam que, quanto mais uma sociedade dependia de recursos alimentares vegetarianos, mais efetiva era a importância do papel econômico das mulheres. Para ambas, a carne representa um poder simbólico. A caça sempre foi um problema comum entre os homens, tanto que ainda hoje é considerado um *hobby* para os homens endinheirados que pagam fortunas para os safáris de caça aos elefantes e outras espécies em vias de extinção. Por outro lado, a caça também representa a dominação dos homens sobre as mulheres.

Harel²⁰ argumenta que os homens falam, representam e tratam as mulheres como caça e assim realizam metaforicamente a dominação. A própria terminologia representa uma ordem hierarquizada, ordenada sequencialmente assim: homens, mulheres e, por último, animais. Nessa ordem os homens assumem um duplo significado, como os membros da espécie humana e como os membros do gênero masculino. Enquanto categoria ela é vista como oposta aos membros da espécie feminina e aos animais. Colocando-os em aproximação. Assim: “(1) homens ≠ mulheres, (2) homens ≠ animais, (3) mulheres = animais”.

Ele nos indica algumas metáforas, o sexo não raras vezes é denominado de prazeres da carne, luxúrias da carne, fome sexual. Quando um homem procura uma mulher para uma noite ele é visto como o caçador, sua arma é o falo, símbolo da masculinidade e da virilidade. Se a mulher se dá facilmente, então ela é a presa fácil. Por isso, muitos eventos, nos quais o corpo feminino é destaque, são nomeados de mercado de carnes, açougue.

Em seu estudo em Tel-Aviv, sobre as relações de gênero e consumo de carne, Harel obteve os seguintes resultados:

¹⁸ HAREL, Naama. Vegetarianism as feminin: meat as a symbol of male domination. Israel: Tel-Aviv. Disponível em: <<http://anonymous.org.il/art494.html>>. Acesso em: mar. 2012.

¹⁹ ADAMS, op. cit.

²⁰ HAREL, op. cit.

Oitenta e seis (86%) por cento dos estudantes do gênero masculino especificaram a carne como seu prato favorito, contra 33,3% das estudantes do gênero feminino. Em média, os homens comem carne 4,5 vezes por semana, enquanto as mulheres comem duas vezes por semana. Entre os amigos vegetarianos dos alunos (homens e mulheres), 37% são do gênero masculino e 63% são do gênero feminino. Isso significa que dentre os/as entrevistados/as tinham 70% mais mulheres do que homens vegetarianos/as entre as amizades. Parece, portanto, que a alegação de que os homens comem mais carne é verdadeira.²¹

Isso reforça a ideia da carne como metáfora da dominação masculina. As relações de gênero estampadas nos discursos filosóficos e científicos, ao longo da trajetória histórica do Ocidente, revelam, em um mesmo movimento, a interiorização das mulheres (associadas à natureza, à intuição, à emoção), enquanto a razão é tomada como novo termômetro social, cultural e histórico das ditas sociedades civilizadas. Nessa relação, as mulheres passaram de objeto de desejo para se tornarem objeto de consumo.

Outra questão bastante instigante é a das relações entre espécies nas narrativas literárias. Haraway²² nos provoca a pensar as narrativas que desestabilizam a ordem da racionalidade e as relações de dominação. Na literatura o tema é bastante instigante. Libanori, estudiosa da obra do escritor mexicano Juan Rulfo, diz:

O que Rulfo expõe na narrativa é um modo incomum de relação entre os seres humanos e animais. Em *Pedro Páramo*, seres humanos e animais estão integrados num destino comum e são companheiros no mundo pós-morte. Eles se comunicam de uma forma não compreensível à lógica da razão e, algumas vezes, os dois seres parecem ser um só.²³

A relação da comunicação entre espécies está além da lógica da racionalidade instrumental. Podemos ver essa aproximação entre mulheres e animais nas discussões dos movimentos ambientalistas, nos quais a representatividade das mulheres, em termos qualitativos e quantitativos, são a sua principal liderança. O patriarcado influenciou algumas das ideias mais fundamentais sobre a natureza humana e sobre nossa relação com o universo, a

²¹ HAREL, op. cit.

²² HARAWAY, op. cit.

²³ LIBANORI, Evely. A interação existencial entre seres humanos e animais no romance *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo. *Acta Scientiarum: Language and Culture*, Maringá: Eduem, v. 34, n. 2, p. 5, 2012. No prelo.

natureza do homem e a relação deste com o universo, na linguagem patriarcal. Trata-se do único sistema que, até pouco tempo, jamais fora contestado de maneira aberta, e cujas doutrinas são a tal ponto universalmente aceitas, que parecem leis da natureza. No romance analisado por Libanori²⁴ humanos e animais se comunicam seja na vida como após a morte, são seres que coexistem.

Outra obra que merece destaque na discussão das narrativas literárias é *A vida dos animais*. A obra aglutina duas palestras que Coetzee, que é professor de literatura na Cidade do Cabo, apresentou na Universidade de Princeton com as seguintes discussões: “Os filósofos e os animais” e “Os poetas e os animais”. As conferências vêm acompanhadas de uma introdução e de quatro reflexões acadêmicas realizadas por especialistas de diferentes áreas, que comentam os textos de Coetzee. Coetzee utiliza um recurso extraordinário para escapar das armadilhas acadêmicas personalistas, ele se recusa a se colocar diretamente no papel de conferencista, negando a própria “autoridade” para decidir a questão. Ele faz isso ficcionalizando a palestra; cria uma conferencista que é, também, uma feminista e professora de literatura aposentada, nomeada Elizabeth Costello.

Diz Haraway:

Elizabeth Costello, a conferencista (*Tanner Lecturer*) ficcional em *A vida dos animais* de Coetzee (2001), pratica o método de iluminação da história comparativa para consertar a horrenda igualdade da matança. Comer carne é como o holocausto; comer carne é o holocausto. O que Elizabeth Costello faria se estivesse no lugar de Bev Shaw, o cuidador de animais voluntário em *Desonra*, cuja tarefa de amor diária é levar grandes números de cães e gatos abandonados ao consolo da morte? Talvez não haja consolo para aqueles animais, a não ser morrer. O que Costello faria no lugar de Lucy Lurie de *Desonra*, cuja vida cara a cara com cães e vizinhos humanos na África do Sul pós-*apartheid* detém o poder categórico das palavras no meio de sua pronúncia? Ou mesmo de David Lurie, o desgraçado pai de Lucy, que finalmente acede a um discurso de desejo pelo menos tão audaz e autêntico quanto o discurso obliterador de distinções de Elizabeth Costello sobre o sofrimento universal? Como, no romance *Desonra*, o sofrimento e os dilemas morais que ocorrem inexoravelmente nas relações face a face, historicamente situados e para além da linguagem, interagem com as demandas morais cheias de generalizações e categorias abstratas de *A vida dos animais*? E quem vive e quem morre – animais e humanos – nas muitas diferentes maneiras de herdar as histórias de atrocidade que Coetzee propõe nas práticas de investigação moral desses romances?²⁵

²⁴ LIBANORI, op. cit.

²⁵ HARAWAY, op. cit., p. 38-39.

Nas relações sociais, vemos que a crueldade em animais e a desigualdade entre homens e mulheres têm uma relação histórica. A crueldade com os animais é algo percebível dentro das relações sociais. A base econômica de nossa sociedade é de exploração. A *antropornografia* indica que mulheres e animais estão na base da economia que é movida pela indústria do sexo.

Na próxima seção serão analisadas algumas peças publicitárias à luz das discussões sobre a violência cometida contra mulheres e animais e suas possíveis conexões.

Sexismo = especismo = racismo: narrativas da opressão

O livro de Padilha,²⁶ *Crueldade com animais x violência doméstica contra mulheres: uma conexão real* é resultado de uma pesquisa realizada em Pernambuco, em 2010, que examinou as conexões entre a crueldade praticada contra animais e a violência doméstica contra as mulheres. Pernambuco é um dos estados brasileiros com maior incidência de casos de violência, assim vemos na obra gráficos de duas delegacias onde a autora nos mostra que os boletins de ocorrência, de 2009 para 2010, aumentaram. O método de pesquisa incluiu a elaboração de um questionário dividido entre as Delegacias da Mulher de Jaboatão dos Guararapes e de Recife. Tais questionários continham nove perguntas sobre a agressão, incluindo a questão se a vítima possuía animais em casa e se houve agressões e quais os tipos de violência contra os animais.

Os percentuais mostraram que a maior parte das vítimas tem idade superior a trinta anos e um nível de escolaridade razoável, o que indica que, nesta idade e com certo estudo, as mulheres já têm mais consciência de seus direitos. A escolaridade do agressor, assim como a da vítima, nos mostra que não importa o grau de educação escolar, porque todos são passíveis de violência.

Concluindo a obra, em suas considerações finais, a autora nos diz que, em geral, as pessoas não enxergam que as agressões contra animais estão ligadas com as agressões contra humanos. Para Padilha, é necessária uma conscientização, com mais pesquisas e trabalhos na área educacional.

Para além desses dados quantitativos, a análise historiográfica de Navarro-Swain mostra os mecanismos de condensação discursiva e representacional da

²⁶ PADILHA, op. cit.

carne, em corpos sexuados mediante o estudo das mulheres nas “revistas femininas”. Diz ela:

Ouve-se dizer que o feminismo acabou. Que tudo já foi conseguido pelas mulheres, conquistas em todos os campos do social. Apesar da evidente modificação nas relações de gênero em alguns países do Ocidente, o que aqui se pretende analisar é a dimensão das representações sociais do feminino, constitutivas das configurações identitárias e corpóreas, já que presentes na apreensão do real. A mídia e as revistas femininas compõem um *lócus* especial de análise da ação do discurso e das imagens, modelando corpos e assujeitando-os a uma certa representação do feminino.²⁷

O assujeitamento dos corpos femininos nas representações midiáticas é mantido por mecanismos que perpetuam as relações de heterossexualidade compulsória. Esse conceito, caro aos escritos de Wittig,²⁸ no texto *O pensamento hetero*, demonstra que os olhares e as representações estampados em imagens estereotipadas de mulheres transformam mulheres em corpos sexuados. Isso é possível graças à importância dada ao sexo e ao aparelho genital como positividade de uma sociedade binária. O que Navarro-Swain demonstra são os mecanismos de construção da feminilidade, moldada por artefatos culturais que direcionam seus desejos na relação compulsória pela heterossexualidade, expressa em se fazer desejante para a categoria dos homens heterossexuais ou bissexuais.²⁹

A heterossexualidade compulsória é uma violência à medida que reproduz valores de dominação e subordinação. Na esteira da crítica feminista encontramos, diferentemente do público das revistas analisadas por Navarro-Swain,³⁰ uma campanha em prol da heterossexualidade compulsória. E nela vemos a estreita relação entre sexismo e especismo. Não é de estranhar que essa campanha tenha circulado em uma rede social no dia 9 de março de 2012, um dia após o Dia Internacional das Mulheres.

Recebemos a campanha abaixo com uma crítica à mesma, dizendo que ela é para quem tem alguma dúvida que sexismo, heterossexualidade compulsória, heterossexismo, homofobia são questões derivadas de uma mesma matriz

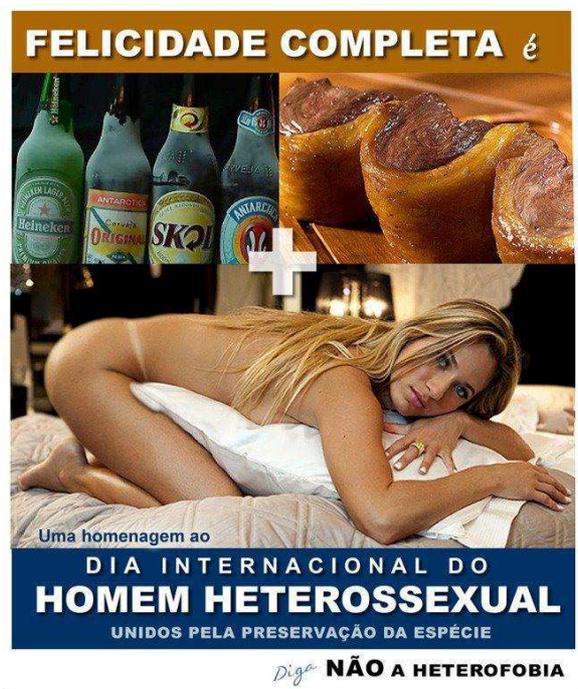
²⁷ NAVARRO-SWAIN, Tânia. Feminismos e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas *História questões & debates: Gênero e História*, Curitiba: EdUFPR, ano 18, n. 34, p. 11, jan./jun. 2001.

²⁸ WITTIG, Monique. *The straight mind: and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

²⁹ NAVARRO-SWAIN, op. cit., p. 11.

³⁰ Idem.

heteronormativa, e cujo enfrentamento requer que os consideremos como fenômenos intimamente imbricados, basta ver este cartaz:



Fonte: FACEBOOK (9/3/2012).

Felicidade completa é cerveja de qualquer marca, desde que bem gelada; carne gorda de animal, nomeada pelos/as antiespecistas como cortes cadavéricos de gado e, dentre os objetos comemorativos ao dia internacional do homem heterossexual está uma jovem mulher de quatro, com o olhar cristalizado e *fotoshopado* da modelo nua. Na campanha “unidos pela preservação da espécie”, podemos perceber os mecanismos de dominação, exploração e assujeitamento, dentre eles o sexismo que reduziu a mulher a um corpo sexuado à espera desejosa de seu macho heterossexual; a homofobia, pois, a frase “Diga não à heterofobia”, na linha final, branca no cartaz é a resposta homofóbica contra uma educação pela diversidade, pois essas campanhas surgiram em pleno debate nacional contra a homofobia, lesbofobia e transfobia. E, finalmente, a carne assada do animal, junto aos outros objetos comemorativos, expressa a objetificação do mesmo aos desejos carnais do macho alfa, procriador da espécie, que, por fim, pode ser traduzido da seguinte forma: ele é completamente feliz quando bebe cerveja e come animais assados e jovens mulheres, lindas e submissas.

A espécie humana procria descontroladamente e nada quer falar sobre a grande máquina de abortos clandestinos, na qual jovens morrem para esconder o “fruto proibido”. Os homens e a prostituição infantojuvenil são e continuam sendo tematizados em diferentes pesquisas feministas. Na base da violência, está a economia capitalista que promove a ideia de mercadoria para os corpos, sejam das mulheres, das negras, dos animais, das crianças, das homossexuais, das transexuais e dissidentes de toda espécie.

A jovem loira na cama e os sinais da submissão expressam a docilidade do corpo que é feito via recursos tecnológicos para satisfazer os desejos masculinos, ela está em uma posição de quatro apoios, como a cachorra, a metáfora é da mulher no cio preparada para a satisfação carnal do macho heterossexual. O sexo está em toda parte, ele vende produtos, coisas e pessoas através do tráfico de corpos humanos e não humanos; esta é uma das grandes máquinas do capitalismo contemporâneo: a produção de corpos sexuados distribuídos em escala internacional para ressemantizar a subordinação e dominação. O que as Teorias Feministas Contemporâneas problematizam são os mecanismos repressivos e violentos que aprisionam os corpos em produção de carne e de sexo, como faz a crítica de Adams.³¹

Casas³² também estudou as conexões entre as violências cometidas contra mulheres e animais. Para ela as relações entre mulher e animais têm raízes na filosofia humanista e receberam apoio das ciências modernas, tais como Psicanálise e o Positivismo. Existe uma íntima ligação entre o paradigma humanista e a cultura patriarcal. Essa ligação manifesta-se na obsessão pela dominação e pelo controle tanto sobre as mulheres quanto sobre as outras espécies.

Vejamos que as estudiosas feministas refutam as teorias e representações que remetem a hierarquia de gênero nos moldes humanos usados para todas as outras espécies. Roughgarden,³³ em *Rainbow's evolution*, apresenta-nos uma teoria influenciada pela categoria de gênero. Em linhas gerais, o texto tem a intenção de refutar a teoria da seleção sexual de Darwin. Para tanto, a autora

³¹ ADAMS, op. cit.

³² CASAS, op. cit.

³³ Joan ROUGHGARDEN, 2005 apud LESSA, Patrícia. O papel das mulheres na ciência brasileira. In: SEMANA DE CIÊNCIAS, 23., 2011, Paranavaí. *Anais...* Paranavaí: Fafipa, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, 7 nov. 2011a. p. 4.

apresenta uma série de dados extraídos de pesquisas em comportamento animal e propõe aquilo que denomina de teoria da interação social. Do ponto de vista científico, Roughgarden³⁴ (2005) estrutura suas ideias e monta uma teoria que não expressa a metáfora de guerra: uma luta de machos, na qual, aquele mais bem dotado geneticamente ganha a escolha da fêmea e reproduz-se, gerando os descendentes da espécie. Ao contrário, a metáfora é a da família/comunidade, sobretudo se pensarmos nos arranjos familiares, nas últimas décadas do século XX. Neste caso, as fêmeas escolhem os machos cujas interações sociais garantem melhores condições de criação de seus descendentes para, somente então, reproduzirem-se.

Mínguez³⁵ nomeia de famílias interespecie as novas famílias constituídas de pessoas humanas e não humanas. Essa convivência é estudada por arqueólogas e primatólogas feministas que veem nas mulheres as responsáveis pelos cuidados com crianças e animais. Essas relações expressam necessidades que estão além da dominação e exploração e dos códigos psicanalíticos da doença mental e codependência.

Os sentidos produzidos pela campanha acima são expressos na promessa capitalista e patriarcal de felicidade e de dominação. Totalmente avessa às propostas feministas e de educação para a diversidade, a campanha de certa forma incita a violência heterossexista. Fala sobre a exploração feminina associada à exploração da carne. Sobre o assunto Bauab diz:

Esse cenário de estupro e violência contra o corpo não se restringe à exploração animal. A violência física e psicológica encontra-se também presente no nosso cotidiano; para todo lugar que olhamos vemos o corpo feminino ser distorcido e subjugado à categoria de produto, muitas vezes comparados ao corpo de animais e a pedaços de carne, pela mídia prostituinte que estupra a imagem do corpo da mulher, coisificando-o para o consumo.³⁶

A naturalização do sexo deve ser questionada, tendo como fundamento uma teoria que combata a divisão binária do social, bem como a construção dos corpos

³⁴ ROUGHGARDEN, op. cit., p. 4.

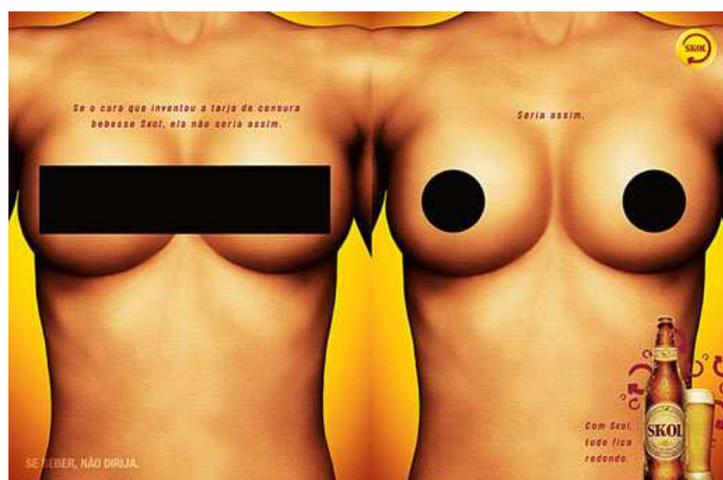
³⁵ MÍNGUEZ, Sofía Álamo. “Famílias Inter-especies”. Disponível em: <<http://www.mujeupalabra.net/creadoras/sofiaalamominguez/familiasinterespecies.htm>>. Acesso em: mar. 2012.

³⁶ BAUAB, Tamara. Ecofeminismo: veganismo, feminismo e libertação humana. In: ANDRADE, Silvana. *Visão abolicionista: ética e direitos animais*. São Paulo: LibraTrês, 2010. p. 199.

sexuados e a fixidez e permanência dessas representações; é nos estudos feministas que encontramos esse perfil da teoria.

Os corpos marcados pelo sexo e pela sexualidade mostram a historicidade incontornável do humano, a construção e reprodução de modelos hegemônicos. Os feminismos surgem justamente para sacudir as evidências dessas representações; questionar a divisão sexual da sociedade, opor-se à hierarquização dos gêneros. Por isso, suas teorias não podem ser dissociadas de suas ações políticas, pois ambas atravessam diferentes áreas do conhecimento. Por isso, em nosso trabalho anterior sobre as imagens de mulheres em *outdoors*, verificamos uma produção massificada do corpo feminino em pedaços, retratado em mulheres brancas, jovens e magras. A isso denominamos de “bundalização da mídia”.³⁷

A *bundalização* não é meramente uma ênfase na bunda das mulheres, apesar de todos os signos que as perseguem: do biotipo da “mulher brasileira”, como se houvesse um padrão de corpo, uma fôrma, da fascinação masculina que a persegue em seus vários sentidos. A *bundalização* sinaliza aqui uma fragmentação dos corpos em partes, pedaços do corpo em destaque: são peitos, coxas, rostos transformados em “mercadoria em vias de aprimoramento”. Corpos em vias de aprimoramento, como os seios erguidos com silicone, como os quadris diminuídos com lipoaspiração, corpos fabricados para a orgia do ver. O corpo em mutação, o corpo fabricado é confrontado com a ideia de “natureza” feminina, observada nas fotos publicitárias. Como podemos ver na campanha da Skol, abaixo:



Fonte: OBVIOUS (2007).

³⁷ LESSA, Patrícia. *Mulheres à venda*. Londrina: Eduel, 2005.

A frase em cima dos seios *fotoshopados* diz: “Se o cara que inventou a tarja de censura bebesse Skol, ela não seria assim.” O “assim” se refere à tarja preta retangular que cobre parcialmente os seios de um pedaço de corpo feminino construído e recortado para ficar liso, *clean*, longe da materialidade corpórea. A imagem da campanha é produtora de um corpo tecnológico voltado para a manutenção do heterossexismo e da venda de corpos femininos no mercado de carnes e coisas. Esse mercado de coisas e de pessoas supõe que quem criou a tarja de censura seja um homem, pois as mulheres não possuem a capacidade de criar, só “os caras”. “O cara” que criou a tarja, se bebesse Skol, teria criado uma tarja dupla, redonda, cobrindo somente o bico do seio e diminuindo a distância entre o olhar desejanste dos machos e das mulheres-coisas, cortadas em pedaços para satisfazer seus olhares masturbatórios. A campanha é feita por homens para outros homens, assim também a cerveja é uma bebida associada ao masculino.

A terceira imagem nos remete a outra discussão: racismo, sexismo e especismo estão próximos. Nessa campanha, que foi usada em cartazes para pendurar na parede dos bares, a cerveja e a mulher são coisas a serviço do homem heterossexual, branco e machão. A mulher negra, vista como um produto nacional é coisificada na propaganda da Devassa, recebeu vaias dos grupos de mulheres negras e feministas.



Fonte: GELEDÉS (2012).

As negras, as latinas e as lesbianas são algumas das personagens do feminismo que materializam a impossibilidade de um sujeito universal. A campanha da Devassa devolve as mulheres para a vala comum das mulheres

violentadas e estupidadas pela produção patriarcal. O chamado da Devassa é claro: “É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra” e abaixo compara a mulher da imagem com a bebida alcoólica: Devassa negra encorpada.

A *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres* e o *Conselho de Autorregulamentação Publicitária* abriram processos éticos contra a campanha de lançamento da cerveja Devassa.³⁸ O código de ética condena o apelo erótico em propagandas de bebidas alcoólicas e, também, o tratamento de modelos como objeto sexual. Mulheres e bichos são transformados em objetos em algumas campanhas.

O ecofeminismo, desde sua vertente clássica, denuncia a naturalização da mulher como um dos mecanismos de legitimação do patriarcado. A obsessão dos homens pelo poder tem levado o mundo a guerras suicidas, ao envenenamento e à destruição do planeta, à devastação das florestas para alimentar gado que engorda os bolsos e corpos dos homens ditos carnívoros. Nomeados pelos antiespecistas de carniceiros, pois a carne não foi caçada, foi comprada já em processo de deteriorização e putrefação. O ecofeminismo, em suas diferentes vertentes, defende que a relação profunda da maioria das mulheres com a natureza não está associada a características próprias do gênero feminino, mas é originária de suas responsabilidades na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade e da responsabilidade de cuidar de outras pessoas: crianças, idosos e bichos. Para tanto, defendem que é necessário assumir novas práticas de relação de gênero e com a natureza.

As mulheres negras e pobres da América Latina, que vivem em uma economia de subsistência, são as maiores vítimas da crise ambiental em seus países, pois são as primeiras a sentirem o reflexo da diminuição da qualidade de vida causada pela poluição ou escassez dos recursos naturais, pela proliferação de imagens que as coisificam, pelo tráfico de corpos da prostituição adulta e infantil, os quais são explorados indiscriminadamente para satisfazer as “necessidades” das ditas economias do Primeiro Mundo. A lógica do capitalismo tem se demonstrado incompatível com as exigências ecológicas para a sustentabilidade da vida no planeta. Não é possível acabar com a dominação e exploração das mulheres, sobretudo pobres, latinas e negras, sem superar as estruturas capitalistas

³⁸ GELEDÉS, op. cit.

patriarcais que a mantém. Deste modo, tanto a solução da crise ambiental quanto a da opressão das mulheres não devem ser tratadas como problemas isolados. A salvação da vida no planeta, assim como a emancipação não só das mulheres como de todos os seres humanos, depende de uma mudança estrutural e organizacional da sociedade. E para isto, é imprescindível a ação conjunta dos movimentos sociais contra seu opressor comum: o capitalismo patriarcal. A lógica da marca como aliada e amiga do consumidor coloca mulheres e bichos no rol de coisas a seu serviço. A imagem abaixo recupera a imagem do bicho como coisa feita para diversão dos homens. Essa é uma campanha que circulou no Facebook:



Fonte: FACEBOOK (05/11/2011).

A vaca e a cerveja são uma coisa só, como na imagem acima o corpo é marcado, é violado e vigiado, é *fotoshopado* para agradar os olhares dos machos predadores. O compartilhar que é usado nessa rede social demonstra a ideia de que grande parte dos usuários conjuga o gosto de beber cerveja com exploração, seja de mulheres ou bichos. A exploração da carne, das mulheres, vacas, dos porcos ou de outras espécies é paradigmática.

Considerações finais

Adams³⁹ pergunta-nos se nós somos ou não predadores. Ela diz que, na tentativa de nos ver como seres naturais, algumas pessoas argumentam que os seres humanos são simplesmente predadores como alguns outros animais.

³⁹ ADAMS, op. cit., p. 102.

Simplifica e coisifica o corpo dos animais como o patriarcado fez e continua fazendo com a fabricação dos corpos femininos sexuados. Assim, para a autora o veganismo é então visto como não natural, enquanto o carnivorismo dos outros animais é transformado em paradigmático. Os animais se tornam coisas a serviço dos prazeres carnis, ditos naturais, pelos machos humanos, ditos predadores. Assim, os direitos animais são criticados e as desanalogias mais profundas com animais carnívoros permanecem intocadas, porque a noção de seres humanos como predadores é consoante com a ideia de que precisamos comer carne. Diz a autora que, de fato, o carnivorismo é verdadeiro para apenas 20% dos animais não humanos segundo a biologia atual.

Em *As políticas sexuais da carne*, ela nomeou este processo conceitual no qual o animal desaparece de estrutura do referencial ausente. Animais em nome e corpo são feitos ausentes como animais para que a carne exista. Se animais estão vivos, eles não podem ser carne. Logo, um cadáver substitui o animal vivo e animais se tornam referenciais ausentes. Os animais são feitos ausentes através da linguagem, que renomeia cadáveres antes que consumidores e consumidoras participem em comê-los. O referencial ausente nos permite esquecer o animal como uma entidade independente. O assado no prato é desencorporado do porco, o qual ela ou ele um dia foi. O referencial ausente resulta de e reforça o cativo ideológico: a ideologia patriarcal estabelece o padrão cultural de ser humano e de animal.

A ontologia recapitula a ideologia. Em outras palavras, a ideologia cria o que parece ser ontológico: se mulheres são ontologizadas como seres sexuais estupráveis, os animais são ontologizados como transportadores de carne. Ao ontologizar mulheres e animais como objetos, a linguagem escrita e visual simultaneamente elimina o fato de que outra pessoa está agindo como sujeito/agente/perpetrador de violência.

Podemos perceber a dor e a repressão a que estão submetidos a natureza e seus elementos nesse processo de desenvolvimento social, político e econômico, dentro do mesmo modelo que oprime mulheres, negras, pobres, homoafetivas e animais não humanos pelo capital material e imagético.

Sendo assim, é necessário haver uma luta contínua que busque transformar qualquer forma de exploração e submissão, seja das mulheres, dos homossexuais, das negras, dos animais, da natureza, enfim. Uma luta antissexista, antirracista e

antiespecista pode trazer maior mudança de paradigma. Para isso, os paradigmas dominantes devem ser questionados; não adianta dizer-se antissexista, antiespecista ou antirracista e usar as teorias que fundaram as sociedades capitalistas, exploratórias e patriarcalistas.

Referências

ADAMS, Carol J. *The sexual politics of meat: a feminist-vegetarian critical theory*. 20. ed. New York: London: Continuum, 2011.

BAUAB, Tamara. Ecofeminismo: veganismo, feminismo e libertação humana. In: ANDRADE, Silvana. *Visão abolicionista: ética e direitos animais*. São Paulo: LibraTrês, 2010. p. 195-201.

CASAS, Helena Escoda. Sexismo, racismo y espejismo: causas y conexiones. 2008. Disponível em: <<http://www.mujerpalabra.net/naturaleza/articulos/2008sexismoracismoespecismo.htm>>. Acesso em: mar. 2012.

COETZEE, J. M. *A vida dos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GELEDÉS. Anúncio da Devassa é considerado racista e sexista pelo Conar. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/racismo-preconceito/racismo-no-brasil/13254-anuncio-da-devassa-e-considerado-racista-e-sexista-pelo-conar>>. Acesso em: mar. 2012.

HARAWAY, Donna. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun. 2011.

HAREL, Naama. Vegetarianism as feminim: meat as a symbol of male domination. Israel: Tel-Aviv. Disponível em: <<http://anonymous.org.il/art494.html>>. Acesso em: mar. 2012.

KHEEL, Marti. V 181. In: ANDRADE, Silvana. *Visão abolicionista: ética e direitos animais*. São Paulo: LibraTrês, 2010.

LIBANORI, Evely. A interação existencial entre seres humanos e animais no romance *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo. *Acta Scientiarum: Language and Culture*, Maringá: Eduem, v. 34, n. 2, 2012. No prelo.

LESSA, Patrícia. *Mulheres à venda*. Londrina: Eduel, 2005.

LESSA, Patrícia. Gênero, ambiente e educação: relações para pensar uma partilha de conhecimentos e ações. In: BELLINI, Marta (Org.) *Educação ambiental: elementos para o ensino e a pesquisa*. Maringá: Eduem, 2012. Cap. 8. (Formação de professores – EAD). No prelo.

LESSA, Patrícia. O papel das mulheres na ciência brasileira. In: SEMANA DE CIÊNCIAS, 23., 2011a. *Anais...* Paranavaí: Fafipa, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, 7 nov. 2011.

LESSA, Patrícia. “Mulheres testosteronadas: adictas, malditas, transgressoras, bombásticas?” *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v.19, p.288 – 291, 2011b.

MÍNGUEZ, Sofia Álamo. *Famílias Inter-especies*. Disponível em: <<http://www.mujeopalabra.net/creadoras/sofiaalamominguez/familiasinterespecies.htm>>. Acesso em: mar. 2012.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Feminismos e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas *História questões & debates: Gênero e História*, Curitiba: EdUFPR, ano 18, n. 34, p. 11-44, jan./jun. 2001.

OBVIOUS. F/Nazca e os anúncios da Skol: impressos. 2007. Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2007/11/fnazca_e_os_anu.html>. Acesso em: mar. 2012.

PADILHA, Maria José Sales. *Crueldade com animais X violência doméstica contra mulheres: uma conexão real*. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2011.

REDAÇÃO. Le spécisme. In: *Les Cahiers Antispécistes: Réflexion et action pour l'égalité animale*. Disponível em: <<http://www.cahiers-antispécistes.org>>. Acesso em: mar. 2012.

SMUTS, Barbara. Reflexões. In: COETZEE, J. M. *A vida dos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVEIRA, Nise. O animal como co-terapeuta. Disponível em: <<http://www.museuimagensdoinconsciente.org.br/paineis/paine19.html>>. Acesso em: mar. 2012.

WITTIG, Monique. *The straight mind: and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

Brasil em trabalho de parto: um estudo sobre a violência obstétrica¹

Luciele Mariel Franco
Isadora Vier Machado

Resumo: A violência obstétrica, fruto das diversas ressignificações e da intensa medicalização que o parto sofreu ao longo dos anos, afeta milhares de mulheres brasileiras em seus processos reprodutivos, podendo atingir proporções físicas, psicológicas, sexuais e até materiais. O cenário brasileiro, repleto de representações de gênero, tanto no campo médico-hospitalar quanto no campo jurídico, corrobora para as elevadas taxas desta modalidade de violência, de modo a ser necessário indicar soluções que se estendem para além do campo jurídico-legislativo. Assim, o presente texto tem por objetivo analisar brevemente a historicidade do fenômeno; definir a violência obstétrica, expondo suas diversas modalidades apresentando as condições do cenário atual, seus problemas e possíveis soluções. Para isso, será utilizado o método lógico-dedutivo, através de bibliografias do Direito, da Sociologia, das áreas da saúde e dos Estudos de Gênero, compondo um trabalho interdisciplinar.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Tecnologia de gênero. Medicalização/judicialização do parto. Parto humanizado.

Introdução

Com o aprofundamento das problematizações das questões de gênero pelos feminismos, passou-se a identificar, cada vez mais, as diferentes formas de opressão e violência a que são submetidas as mulheres no campo das relações sociais, que são desempenhadas de forma hierárquica. Logo, para entender a violência de gênero, é preciso considerar que, ao longo do tempo, foram fixados valores e níveis hierárquicos na montagem das relações entre os sexos, de modo a desenvolver representações e papéis de gênero na sociedade, ligados a ideias dominantes de masculino e feminino, constituindo, assim, um conjunto de relações assimétricas entre pessoas. Desta forma, firmou-se o papel de dominante ao masculino hegemônico, superior, e o de dominado a um modelo de feminino, inferior. Entretanto, o papel masculino não representa apenas a figura do homem, mas a de toda dominação que é exercida sobre o “papel feminino”, no qual quase sempre estão presentes as mulheres. Nesse contexto, este trabalho considera a violência de gênero como uma relação entre sujeitos socialmente construídos, na

¹ Artigo resultante da pesquisa “A implementação da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) sob a perspectiva de gênero e a visão dos tribunais pátrios (2014- 2017)”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

qual há sempre um(a) personagem que se considera superior e, por isso, busca a legitimação social para a sua violência.

Apesar dessas violências e opressões estarem presentes há muito em nossa sociedade, os processos de reconhecimento destas pelas mulheres vão acontecendo mediante a reivindicação dos direitos que lhes são intrínsecos, quando contrapostos à realidade na qual eles lhes são negados.

É dessa forma que, com a intensificação das reivindicações pelos direitos reprodutivos, a partir da década de 1970, a violência obstétrica vem sendo identificada e denunciada por membros da sociedade e, conseqüentemente, adquirindo alguns avanços jurídico-normativos. Diante disso, é importante ressaltar que as ressignificações que o parto sofreu ao longo do tempo, juntamente com seu processo de medicalização, que culminou em um quadro de intensa intervenção, juntamente a outros motivos, resultaram, por um lado, no desenvolvimento de práticas identificadas como violência obstétrica e, por outro, no questionamento e na mobilização de grupos que reivindicam um parto humanizado.

Vislumbrando as proporções e dimensões atingidas por essa violência no Brasil, e acreditando no papel do Direito, como dispositivo regulador e protetor da sociedade, bem como na sua necessidade de constante transformação perante as modificações sociais, é que este trabalho foi proposto e desenvolvido, buscando atingir seu objetivo inicial de pesquisar a violência obstétrica, a fim de conhecer sua historicidade e sua regulação no Brasil.

A presente produção está dividida em três partes, além desta Introdução: 2 Historicidade; 3 Violência Obstétrica, e, por fim, algumas Conclusões.

A primeira visa explicitar a historicidade tanto dos processos de nascimento e medicalização do parto, como dos fatos que sucessivamente influenciaram o estágio atual de reconhecimento e denúncia dessa violência, a exemplo das lutas feministas e do movimento de humanização do parto. Já a segunda analisa a violência obstétrica à luz dos estudos de gênero e busca descrever e apontar conceitos sobre a mesma, assim como de suas diversas modalidades, para se ter uma compreensão clara sobre esse fenômeno e de suas proporções. E, finalmente, a terceira parte busca relacionar a violência obstétrica com o campo jurídico, apresentando as dificuldades para o seu amplo reconhecimento, analisando o Direito enquanto tecnologia de gênero, expondo algumas questões acerca da

legislação brasileira e citando algumas possíveis soluções, em diversos níveis de ação.

Como resultado, chegou-se à conclusão de que os padrões de gênero existentes eximem os médicos enquanto agentes ativos da violência, tanto quanto dificultam o avanço no âmbito jurídico por parte dos profissionais de Direito. Portanto, mais relevante que se pensar em avanços normativos, é preciso analisar e propor soluções que busquem instruir as pessoas envolvidas, direta e indiretamente, nestas questões, sejam mulheres, médicos ou operadores do Direito, como se verá.

Historicidade

A medicalização do parto ocorreu simultaneamente a outros fatos históricos que contribuíram ou se opuseram à sua concretização, mas ambos de grande relevância para o entendimento de como a História procedeu a respeito. A princípio, desde a metade do século passado, o desenvolvimento das técnicas obstétricas de intervencionismo excessivo ocorreu simultaneamente ao progresso dos movimentos que idealizam um melhor atendimento à maternidade, preocupando-se com a autonomia da mulher e com a fisiologia natural do parto, conjugadamente com a utilização de tecnologias apropriadas.

Para entender como esses processos se relacionam e se desenvolveram, é preciso analisar outros fatores que influenciaram, direta ou indiretamente, o tratamento conferido às mulheres durante o ciclo reprodutivo e, também, em como ocorreu o reconhecimento das violências existentes.

Por conseguinte, é importante pontuar a importância das primeiras lutas feministas, de meados do século XIX e início do XX, em que se deu grande ênfase para a maternidade.

As primeiras lutas feministas e a ênfase à maternidade

Em meados do século XIX, houve uma luta protagonizada por parte das mulheres pelo reconhecimento da importância de seu papel na sociedade, que, naquele contexto, foi definido como a maternidade. Segundo Mott, “a grande

batalha era pelo fim da tirania a que eram submetidas pelos maridos, pais e irmãos e pelo reconhecimento de sua importância devido à maternidade”.²

Através desse reconhecimento, já consolidado no início do século XX, e utilizando o discurso das duas esferas,³ as mulheres defenderam a importância da educação feminina e acabaram por conquistar outros direitos. Entretanto, essas conquistas estavam ligadas a ideias essencialistas e sexistas, como o direito de exercer profissões consideradas compatíveis com as aptidões próprias do sexo feminino e o de exercer direitos políticos devido à sua moralidade específica.

Apesar das limitações que encontravam campo de ação destes grupos não estarem restritas a estas pautas, elas também lutavam pela emancipação jurídica, social, econômica e intelectual das mulheres e pelo estabelecimento de leis de proteção à infância e à maternidade.

Nas primeiras décadas do século, entidades filantrópicas e beneméritas passaram a pleitear mais intensamente a obtenção de leis favoráveis à gestante e à criança e a promoção de ações práticas. De modo que, em 1930, surgiu a Cruzada Pró-Infância,⁴ uma importante entidade criada por Maria Antonieta de Castro e Pérola Byington, com o objetivo de combater a mortalidade infantil, criando programas e serviços de proteção à infância e à maternidade e tornando-se um centro de produção de conhecimento. Dois anos depois, a entidade inaugurou a Casa Maternal, que apoiava mães e gestantes, independentemente do vínculo matrimonial, assistindo-as até se restabelecerem. Lá, as mulheres recebiam lições de puericultura e direito das mulheres, faziam alguns trabalhos e obtinham ajuda para conseguirem emprego, podendo deixar seus filhos sobre a proteção da Cruzada, até que pudessem se manter.

Apesar de sua expressa importância, no que diz respeito à luta por direitos, leis e pelo apoio às mães, a entidade também mantinha um discurso conservador, que encarregava às mulheres toda a responsabilidade e o dever sobre o cuidado dos filhos e da casa, contribuindo para perpetuar a subordinação de gênero. Além

² MOTT, M.L. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 16, p. 210, 2001.

³ A defesa constituía em demonstrar que marido e esposa possuíam funções igualmente importantes, embora diferentes e realizadas em esferas distintas, quais sejam: homens na esfera pública e mulheres na esfera privada.

⁴ MOTT, op. cit., p. 218.

disso, ajudou na promoção da medicalização e hegemonia dos médicos⁵ na assistência ao parto, ao considerá-lo um evento hospitalar, por acreditar ser este um ambiente mais seguro e com melhor qualidade.

O processo de medicalização do parto

A inversão da assistência ao parto a um contexto médico foi um processo iniciado no começo do século XIX e concretizado ao longo do século XX, após a medicina começar a ganhar poder no Brasil, com a chegada da Família Real portuguesa.

Antigamente, o parto era principalmente ligado à família, ao parentesco e à religiosidade, estando alocado dentro da esfera do mundo feminino, no qual participavam do nascimento as parturientes e pessoas de sua confiança, também mulheres, como as parteiras. O ofício dessas mulheres era aprendido tradicionalmente em família, de forma que, ao longo do tempo, as parteiras construíram um profundo conhecimento sobre o corpo feminino, diferentemente dos médicos até o século XIX, período no qual a medicina passa a reivindicar o monopólio sobre a maternidade.⁶

A ascensão da medicina como área de saber técnico-científico aconteceu no século XVIII, tendo domínio exclusivamente masculino naquela época e preocupando-se principalmente com o controle populacional, a disciplinarização da força de trabalho e a higienização dos espaços e das relações sociais.

Quando a medicina passou a estudar também a anatomia das mulheres, as especificidades do corpo feminino, em relação ao corpo masculino, foram traduzidas como negativas e inferiores. Além disso, os médicos passaram a produzir ideias e descrever uma “natureza feminina”, na qual sua sexualidade estava associada às funções de mãe e esposa, suas atividades ligadas à esfera

⁵ É necessário apontar que, ao longo do presente trabalho, as referências feitas obedecerão ao gênero predominante do grupo considerado, de modo que *médicos* será mantido no masculino, uma vez que diz respeito a uma categoria que ainda hoje é composta, majoritariamente, por homens.

⁶ TORNQUIST, Carmen S. *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. 2004. 412 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2004.

privada da família e sua normalidade era naturalmente patológica.⁷ Esse processo de naturalização tornou-se o alicerce para a medicalização do corpo feminino, um corpo passivo, que precisa de intervenção médica.

Ademais, tendo em vista o interesse médico em controlar as populações e o fato de a reprodução ser focada nas mulheres, a questão demográfica transformou-se em problema de natureza ginecológica e obstétrica, de modo a se permitir a apropriação médica do corpo feminino, como objeto de saber, ou seja, a medicalização do corpo feminino.⁸ O que faz pensar que, não por acaso, as mulheres procuram muito mais os médicos atualmente se comparado com os homens.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que as mulheres lutavam para ser reconhecidas através de seu papel social, a medicina usou o mesmo discurso para instituir uma forma de controle social baseada na reprodução e para atrair as mulheres até a maternidade, com o objetivo de estudar seu corpo.

No Brasil, todo esse processo aconteceu a partir da inauguração das primeiras escolas de medicina e cirurgia no País, que ocorreram, por ordem de Dom João VI, na Bahia e no Rio de Janeiro, logo na primeira década do século XIX. Contudo, a disciplina de obstetrícia só tem início, de fato, em 1818, apesar de incompleta e defeituosa.⁹

No decorrer do século, apesar da existência das faculdades de obstetrícia, o ensino prático permanecia precário, devido à falta de parturientes nos hospitais, pois havia certa resistência das mulheres às enfermarias por sua associação com a morte e, além disso, também não havia espaços adequados e suficientes para alojar essas mulheres. Por isso, tiveram a ideia de construir maternidades anexas às faculdades de medicina, de forma que a primeira maternidade do País foi inaugurada, na Bahia, em 1910.

Com o local físico, os médicos precisavam agora atrair as mulheres para esses lugares. Além da construção da imagem de um profissional que inspirasse confiança, como já estava sendo trabalhado há um tempo, a medicina utilizou o já mencionado discurso de que a subjetividade feminina era pautada em sua

⁷ COSTA, Tonia et al. Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. *Interface (Botucatu)* [online], v. 10, n. 20, p. 366, 2006.

⁸ *Ibidem*, p. 369-370.

⁹ BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. *Cadernos Saúde Pública* [online], v.7, n. 2, p. 135-149, 1991.

fragilidade e vocação materna. De maneira que, para Brenes, o ponto de apoio do discurso que (re)criou a mulher na sociedade foi a sexualidade feminina.

Sexualidade que foi descrita a fundo, com acurada precisão fazendo a mulher um ser frágil e inconstante, a quem somente os médicos poderiam orientar, por serem os únicos que a conheciam. Deste “jogo” surgiram “o mito do amor materno”, a “mãe dedicada”, “boa esposa”, “a rainha do lar”, as históricas, as mundanas e toda uma série de tipos femininos.¹⁰

Para corresponderem a essa nova subjetividade, as mulheres precisavam deixar que os médicos “cuidassem” de seu corpo. Como “retribuição”, eles apoiariam pautas como a necessidade da educação feminina. E, assim, começaram os trabalhos para conhecer e disciplinar o corpo feminino no Brasil.

Em relação ao parto, houve a sua profissionalização em moldes médicos, excluindo as antigas parteiras e intensificando os preconceitos de classe e étnicos, já que a maioria delas era pobre e negra, ao associá-las com sujeira, atraso e rusticidade.

As particularidades de uma sociedade colonial escravocrata, de ascendência portuguesa imprimiu nuances ao processo brasileiro, notadamente na sua vinculação com o racismo, que se articulou com preconceitos de classe. As concepções contemporâneas acerca da maternidade e da paternidade, bem como acerca da família e do evento do parto, não escaparam do peso desta tradição higienista, que está presente ainda hoje nas instituições médicas, nas representações sociais, na formação médica.¹¹

Quando os médicos adentraram em um campo historicamente ocupado por mulheres e passaram a investir em seu corpo, de cujas dinâmicas tinham pouco conhecimento, e após incorrer em muitos erros, que contribuíram para aumentar as taxas de mortalidade materna e infantil, passaram então a trazer as parteiras para dentro do hospital. Entretanto, foi imposta uma série de requisitos para que estas fossem aceitas nos programas de profissionalização, o que, mais uma vez, acabou por estigmatizar as pobres, camponesas e negras. E o que deveria ser um processo de aprendizado para elas acabou se tornando o inverso, pois eram os médicos que aprendiam com a experiência das parteiras.

As experiências de violência obstétrica são verificadas desde o início da hospitalização do parto; apesar disso, cada vez mais o parto medicalizado foi

¹⁰ Ibidem, p. 145.

¹¹ TORNQUIST, op. cit., p. 83-84.

associado à civilidade, ocasionando uma relação de causalidade, como constata Tornquist:

Os relatos de parteiras e parturientes de áreas rurais e grupos populares sobre os maus tratos recebidos no hospital, explicando os motivos pelos quais muitas parturientes, mesmo diante dos apelos das parteiras de boa vontade cultural, ou seja, aquelas que aderem em parte, ao discurso em prol da hospitalização, preferem os cuidados das parteiras, e relutam em sair de casa. [...] Como sugerem alguns estudos, até os anos 50 e 60, um grande número de partos era feito em domicílio: tal situação começa a mudar, drasticamente, na medida em que o país se moderniza, se urbaniza.¹²

Portanto, é a partir da segunda metade do século XX que o parto hospitalar se torna maioria entre as mulheres brasileiras urbanas, demonstrando tanto a profissionalização no campo da assistência, como a adesão das mulheres.

As lutas feministas e os direitos reprodutivos

Os movimentos que se seguiram tiveram um papel fundamental no questionamento dos processos de medicalização. Nesse contexto, além das propostas de humanização, é importante entender o desenvolvimento das lutas feministas da segunda metade do século XX e suas reivindicações pelos direitos reprodutivos.

O movimento de mulheres, que começou a despontar entre as décadas de 60 e 70, buscou a reapropriação do próprio corpo, contrapondo as ideias circundantes que o enquadrava em espaços específicos e funções determinadas. Para isso, foi necessário o reconhecimento dos direitos que possuíam, contrapondo com a realidade na qual eles lhes eram negados, para então iniciar a formulação de demandas, reivindicações e uma intensa luta para a conquista de tais direitos, dos quais os sexuais e reprodutivos fazem parte. Desse modo, a agenda e as discussões das mulheres brasileiras foram ampliadas, iniciando sua participação e contribuição nos eventos internacionais, que garantiram uma mudança de cenário, principalmente no que diz respeito às metas para a evolução dos direitos das mulheres e ao combate as violências por elas sofridas.¹³

¹² Ibidem, passim.

¹³ Alguns desses eventos foram: Conferência de Direitos Humanos de 1993 (Viena); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994 (Cairo); Convenção Interamericana

Em relação aos direitos reprodutivos, no início as reivindicações das mulheres eram pautadas principalmente pela descriminalização do aborto e pelo acesso à contracepção, de forma que, por vezes, as questões relativas à gravidez sofreram certo rechaço por parte das feministas, justamente pela crítica ao imaginário social de que a maternidade é destino e função das mulheres. Contudo, já nas décadas de 80 e 90, as questões da concepção e do exercício da maternidade foram incorporadas a sua agenda.

Até então, o Estado se encontrava praticamente omissos em relação às demandas das mulheres por saúde e, além disso, elas sofriam recorrentes abusos e desrespeito nos atendimentos ofertados, seja na rede pública ou privada. Essa situação era ainda mais grave quando examinada sobre um recorte de classe e raça. Haja vista a recente visibilidade dada pelo feminismo, na época, sobre o fato de as opressões atingirem as mulheres de modos diferentes, sendo o preconceito de raça, sexual e/ou de classe fatores de maior subordinação e discriminação.

A ideia da existência de uma sub-raça brasileira, decorrente da pobreza e de famílias numerosas e de seus malefícios para a segurança nacional e o desenvolvimento, resultou em projetos não oficiais, mas tacitamente consentidos pelo poder autoritário, que estimularam esterilizações em massa e desrespeito à condição humana.¹⁴

Em meio à luta pela redemocratização do País nos anos 80, os diversos movimentos de mulheres se organizaram para pressionar o governo por mudanças legislativas e pela criação de políticas públicas que as contemplassem, tendo como resultado o início da institucionalização da agenda feminista pelo Estado. De modo que, em um primeiro momento, o governo criou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher em 1984, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) em 1985 e, no mesmo ano, o Ministério da Saúde instituiu a Comissão de Estudos sobre Direitos da Reprodução Humana (CEDRH). Logo em seguida, após a elaboração e entrega da “Carta das mulheres aos Constituintes”, além da coleta de milhares de assinaturas nos espaços públicos, foram aprovadas mais de 80% das propostas das mulheres na nova Constituição brasileira. E, ainda, a

para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de 1994 (Brasil); e IV Conferência Mundial da Mulher de 1995 (Pequim).

¹⁴ VENTURA, Miriam. *Direitos Reprodutivos no Brasil*. 2. ed. UNFPA, 2004. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2014. p. 28.

Contornos de opressão: história passada e presente das mulheres

Ana Maria Paim Camardelo - Caroline Ferri - Mara de Oliveira (Organizadoras)

articulação feminista com os sanitaristas esteve presente no processo da Reforma Sanitária, que resultou na institucionalização do Sistema Único de Saúde.

As vanguardas obstétricas¹⁵ e os movimentos de humanização do parto

Em meados do século XX, ganham espaço as primeiras críticas internas ao campo biomédico, inclusive dentro da obstetrícia. A partir destas críticas, foram criadas propostas e métodos que objetivavam devolver o protagonismo do parto às mulheres e questionavam o papel da cultura na representação das dores do parto.

No Brasil, ao longo das décadas, foram implantadas diversas correntes e, apesar das diferenças, essas propostas apresentavam, como ponto em comum, a reeducação do corpo feminino para o parto, através de exercícios e atividades que fortaleçam a parturiente física e psicologicamente, além de todos eles considerarem a maternidade como uma escolha e não como destino.

Entre esses movimentos, o primeiro foi o *método psicofilático* ou *parto sem dor* (PSD), criado pelo francês Fernand Lamaze,¹⁶ tendo um notável desaparecimento do campo da assistência ao parto no final dos anos 60, porém reaparecendo através de vários de seus elementos nas propostas contemporâneas. Já entre os movimentos pós-PSD, alguns autores tiveram grande influência através de suas abordagens teóricas, como Fréderick Leboyer, que criou o método Leboyer;¹⁷ Michel Odent, ligado ao movimento do parto natural;¹⁸ Sheila Kitzinger, com sua abordagem psicosssexual do parto;¹⁹ Janet Balaskas, ativista do

¹⁵ A autora Tânia Salem considera o parto sem dor e seus desdobramentos posteriores, como vanguardas obstétricas, por terem inaugurado uma nova forma de vivenciar o parto, ao iniciar a construção de um ideário muito particular a seu respeito e rompendo com tradições religiosas. (SALEM, Tânia apud TORNQUIST, C. S.; SPINELLI, C. S. Um jeito soviético de dar à luz: o parto sem dor no sul da América do Sul. *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 129-156, 2009. Disponível em:

<[http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=167](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=167)>. Acesso em: 30 dez. 2014).

¹⁶ TORNQUIST, C. S.; SPINELLI, C. S. Um jeito soviético de dar à luz: o parto sem dor no sul da América do Sul. *História Oral*, v.12, n.1-2, p. 129-156, 2009. Disponível em: <[http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=167](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=167)>. Acesso em: 30 dez. 2014.

¹⁷ Parto Leboyer. *Fantástico*. 1979. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=AVxNIJPDys>>. Acesso em: 31 dez. 2014.

¹⁸ TORNQUIST, op. cit., passim.

¹⁹ *Ibidem*, passim.

parto ativo; e Moysés Paciornik, com a proposição do parto de cócoras.²⁰ Nestas correntes, o pai é frequentemente visto como um personagem de grande importância no cuidado e na criação de seus filhos, muitas vezes até propondo a mistura dos papéis de gênero.

Contudo, ressalta-se que os movimentos ocorridos a partir da década de 70, por terem sofrido influências das ideias neofeministas e das lutas pelos direitos reprodutivos, tiveram maior contribuição na construção dos movimentos atuais de humanização, que abrangem um rol de lutas que vai muito além da preparação para o parto.

Ressalvando o significado atribuído aos movimentos atuais, o termo *humanizar* já é usado, há muitas décadas, no contexto da assistência ao parto, porém em diferentes sentidos. A autora Diniz reuniu diversos desses sentidos dados ao longo dos anos, sendo eles muitas vezes complementares e outras vezes conflitantes. São eles: humanização como legitimidade científica da medicina, ao utilizar a medicina baseada em evidências; humanização como reivindicação e defesa dos direitos das mulheres na assistência ao nascimento; humanização referida ao resultado do uso da tecnologia adequada na saúde da população; humanização como redimensionamento dos papéis e poderes na cena do parto, incentivando a utilização de enfermeiras obstetras e das casas de parto; humanização como gerenciamento de recursos nos modelos de assistência, justificado pela possibilidade de maior alcance das ações com as mesmas verbas, por meio da economia em procedimentos desnecessários e com suas complicações; humanização como legitimidade da participação da parturiente nas decisões sobre a sua saúde, melhoria da relação profissional-paciente e inclusão da presença do pai e de doulas no parto; humanização como direito ao alívio da dor, com enfoque na utilização da anestesia peridural, baseado na ideia do médico como profissional que resgata a parturiente do desígnio divino. Por fim, Diniz aponta que “*Humanização é também um termo estratégico, menos acusatório, para dialogar com os profissionais de saúde sobre a violência institucional*”.²¹

Baseadas em algumas dessas ideias de humanização, começaram a aparecer críticas ao modelo tecnocrata de assistência, que por vezes trazia mais riscos do

²⁰ Ibidem, p. 131-138.

²¹ DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 3, p. 633-635, 2005.

que benefícios. Buscando mudar o atendimento hospitalar e englobando propostas de movimentos anteriores, aproximadamente na década de 80 iniciou-se um movimento que foi chamado de *humanização do parto*. Para Tornquist, o principal obstáculo enfrentado pelo parto humanizado são “as concepções médicas intervencionistas, pautadas por valores como rapidez, controle, planejamento, racionalização, que levam a formas de violência contra a mulher e contra o bebê”.²²

No mesmo período, grupos passaram a se organizar para sistematizar os estudos de eficácia e segurança das práticas médicas, questionando as contradições entre as evidências de efetividade e a organização das práticas, o que começou a delinear o movimento por uma medicina baseada em evidências. Como resultado desse movimento, a Organização Mundial da Saúde (OMS) promoveu, em 1985, a “Conferência Inter-regional sobre Tecnologia Apropriada ao Nascimento” na cidade de Fortaleza, que originou um documento que expunha uma série de recomendações condizentes com as ideias atuais de humanização do parto. Depois desse encontro, foram feitas várias revisões de procedimentos e estudos sobre o tema, classificando e atestando a eficácia e segurança das práticas de assistência perinatal, de maneira que, em 1996, a OMS publicou uma síntese que ficou conhecida como “Recomendações da OMS”.²³

No Brasil, em 1993, diversos profissionais de várias regiões do País, além de grupos feministas autônomos e entidades de saúde, fundaram em conjunto a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (Rehuna), apresentando em seu documento fundador uma reflexão sobre as circunstâncias de violência e constrangimento a que são submetidas mulheres e crianças nos atendimentos a parto em hospitais e as pretensões da rede frente a esses problemas.²⁴ Além disso, a Rehuna, desde o início, criticou a medicalização excessiva do corpo da mulher e da saúde, por transformar o parto em uma linha de montagem, fez críticas incisivas ao abuso das cesáreas e à falta de informações apresentadas à

²² SALEM; TORNQUIST, op. cit., p. 139.

²³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS. *Maternidade segura. Assistência ao parto normal: um Guia Prático*. Genebra: OMS, 1996.

²⁴ REHUNA. *Carta de Campinas*. 1993. Disponível em: <<http://www.ongamigasdoparto.com/2011/05/carta-de-campinas-ato-de-fundacao-da.html>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

parturiente, e denunciou todas essas circunstâncias como uma forma de violência realizada contra a mulher.

Há, ainda, outros grupos e redes que promovem ações que buscam os benefícios do parto humanizado, como a *Rede Parto do Princípio*, que busca promover o parto ativo, o protagonismo da mulher e luta contra a banalização da cesárea, através de várias frentes de ação. Uma delas é a formação de parcerias com os grupos presenciais para gestantes que compartilham os ideais da rede, formando os Grupos Apoiados pelo Parto do Princípio (GAPPs), presentes em diversas regiões do Brasil.

Toda essa mobilização por parte da sociedade gerou respostas do governo através de políticas públicas, como a instituição de pactos e programas, como o Pacto Nacional pela Redução das Taxas de Cesáreas em 2000, através da Portaria 466/2000, e o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal em 2004. Ainda, no ano de 2000, foi lançado o Programa de *Humanização* do Pré-Natal e Nascimento (PHPN), que utiliza o termo humanização no sentido de equidade e cidadania, tendo como foco principal a garantia de um padrão mínimo na assistência e em seu registro, de modo que, apesar de ser um avanço, não aprofundou as críticas dos movimentos de humanização.

Violência obstétrica

Em um primeiro momento, fez-se necessária a contextualização histórica dos fatos que contribuíram para a modificação dos processos de nascimento, igualmente ao reconhecimento da violência obstétrica, tendo em vista o papel desempenhado por médicos, mulheres e governo nas mudanças sociais e culturais que ocorreram e vêm ocorrendo. O conhecimento de tais fatos possibilita uma melhor compreensão do contexto atual e permite avançar sobre as questões da Violência Obstétrica (VO).²⁵

²⁵ Destaca-se que o presente trabalho se baseia em alguns dos significados de humanização descritos por Diniz, já mencionados acima, ou seja, a humanização que reivindica a defesa dos direitos das mulheres na assistência ao nascimento, a utilização da medicina baseada em evidências, o uso da tecnologia adequada na saúde da população e a legitimação da participação das parturientes nas decisões sobre a sua saúde, estimulando seu empoderamento, assim como o parto ativo, e buscando também uma melhora na relação profissional-paciente e a inclusão da presença do pai e de doulas no parto. (DINIZ, op. cit., p. 633-635).

Apesar de seu reconhecimento recente, a violência obstétrica é uma das mais evidentes formas de violências de gênero,²⁶ por ser utilizada uma condição específica das mulheres,²⁷ que é a reprodução feminina, para perpetuação de hierarquias e dominação através do uso de violências e/ou de descaso. Ademais, além da pressão constante exercida na sociedade sobre a sexualidade feminina (quando e como deve ser desenvolvida), após a concepção há uma série de violências a que as mulheres estão sujeitas, sendo tais atos ligados aos estereótipos e às características que foram associadas ao feminino, ao longo dos anos e, portanto, constituindo-se como violência de gênero.

É importante compreender que os sujeitos de uma sociedade se desenvolvem e são desenvolvidos em meio a uma cultura, que está carregada por discursos e por um contexto histórico, de modo que os seres não possuem uma essência ligada a uma natureza tida como sua, mas são construídos através de influências e vivências durante sua vida, que corroboram para a introjeção de modelos específicos de masculinidade e de feminilidade, de modo a construir características que são incorporadas como hábito pelas pessoas. Por exemplo, o modelo dominante de masculinidade impõe a existência de um ser ativo, dominante e por vezes violento, e o modelo dominante de feminilidade apresenta ideias como docilidade, inferioridade, recato e maternidade.

É preciso ter em mente que esse modelo de feminilidade está subordinado ao exercício de uma maternidade controlada pela sociedade, desde a sua gênese até o parto, de modo que há padrões de comportamentos esperados das mulheres, em especial das grávidas, bem como ideias e preconceitos que os permeiam. Somando-se esses fatores, é construída uma realidade em que essas mulheres se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade, sendo mais suscetíveis a situações de violência por parte de indivíduos/instituições que assumem uma postura de superioridade, ao encarregar-se de um papel ativo de tomada de

²⁶ Considera-se a violência de gênero como uma relação entre sujeitos socialmente construídos, em que há sempre um personagem que se considera superior e, por isso, busca a legitimação social para a sua violência.

²⁷ O presente trabalho priorizará as situações de violência obstétrica sofridas pelas mulheres cis, dando maior enfoque para as circunstâncias relacionadas diretamente ao atendimento ao parto e à gravidez. Contudo, não são excluídas outras possibilidades de agentes passivos ou, ainda, de situações relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

decisões, de controle do corpo, de criação de julgamentos, etc., negando a autonomia das verdadeiras protagonistas.

Em linhas gerais, todo ato, comissivo ou omissivo, que fere ou limita a autonomia da mulher, seus direitos e/ou sua integridade física ou psíquica, que estão diretamente relacionados a sua saúde sexual e reprodutiva, pode ser caracterizado como violência obstétrica. Na prática, para um correto enquadramento desses atos, é necessário considerar a autonomia da mulher sobre seu corpo e suas decisões, e o efetivo combate da VO deve ser pautado na comprovação dos benefícios e malefícios de cada procedimento, excluindo os evidentemente prejudiciais das práticas médicas, além de garantir o acesso à informação adequada a toda a população, para que sejam feitas escolhas conscientes.

Ademais, destaca-se que, muito embora os (as) profissionais de saúde sejam a principal fonte de agressão contra as mulheres em seus processos reprodutivos, outros (as) profissionais, ou não profissionais, também podem ser, e frequentemente são, agentes agressores. Da mesma forma, salienta-se que os processos corporais e reprodutivos das mulheres, bem como o exercício de sua saúde sexual e reprodutiva, que são lesados por atos violentos, estão ligados a uma gama de atividades e procedimentos que podem estar diretamente relacionados a uma gravidez ou não. Haja vista as frequentes situações de maus-tratos e violências encontradas em procedimentos relacionados a abortos ou, ainda, em processos que causam esterilizações indesejadas.

Observa-se que a VO é um fenômeno complexo e de difícil limitação, de modo que é preferível utilizar um conceito mais genérico para que, concretamente, os casos com suas especificidades possam ser melhor enquadrados.

As formas de violência obstétrica

Considerando que a vivência das mulheres em relação aos seus processos sexuais e reprodutivos abarcam uma série de possibilidades, a violência obstétrica compreende diversas formas de violência que afligem as mulheres nesses processos e, por vezes, em sua autonomia. Além do mais, da mesma forma que uma mulher pode sofrer diversas violências durante sua gestação, um único ato

pode ser característico de várias modalidades. Desse modo, é preciso ser avaliado como cada ação ou omissão atinge a vítima e qual a repercussão em sua vida, principalmente porque as situações de violência tendem a transformar-se em um trauma para além do físico.

Compreendemos pouco a pouco que, mais do que violência física, essas mulheres falam de violência emocional, das dificuldades de lidar com o trauma causado no parto, das dificuldades de perdoar aqueles que lhes violentaram: seus médicos e cada um dos membros das equipes hospitalares que, se não foram eles mesmos os autores de agressões, ao menos fecharam os olhos para aquelas que, naquele momento, se sentiam desamparadas.²⁸

Com o objetivo de proteger ao máximo os sujeitos de direito, a noção de violência vem sofrendo uma mudança em sua compreensão, resultado de um processo evolutivo impulsionado pelos movimentos feministas, de modo a incitar avanços no plano prático brasileiro.²⁹ Ao considerar a necessidade de avaliar as violências do ponto de vista das vítimas, em conformidade com essa extensão da noção de violência, é possível distinguir as situações desrespeitosas e degradantes em diversas modalidades, como as violências físicas, sexuais, institucionais, materiais ou patrimoniais, simbólicas ou midiáticas e psicológicas.

Inicialmente, é importante diferenciar a dor inerente ao parto, da dor provocada pela violência ou por procedimentos médicos invasivos. É claro que os procedimentos médicos não são sinônimos de violência; estes, por diversas vezes, são capazes de salvar a vida de mães e recém-nascidos; contudo, é preciso estar atento com a sua banalização ou a utilização daqueles que não possuem embasamento científico de sua eficácia e benefício. Além disso, as dores do parto, que são sentidas pelas mulheres de maneiras diferentes, podem ser “retrabalhadas” durante o pré-natal no imaginário da parturiente, buscando realizar novas associações, assim como vem sendo feito desde o *Parto sem dor* pelos movimentos de humanização.

²⁸ PULHEZ, Mariana Marques. Parem a violência obstétrica: a construção das noções de violência e vítima nas experiências de parto. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, p. 544-564, ago. 2013.

²⁹ MACHADO, Isadora Vier. Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha. 2013. 282 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2013. p. 65-75.

Destarte, passando a tratar das modalidades de VO, percebe-se que violência física talvez seja a forma cujo conceito esteja mais presente no imaginário social, visto que constantemente há uma “direta associação do significado de violência com o uso da força, imediatamente identificada com a violência física”.³⁰ Entretanto, nas situações de violência obstétrica, nem toda a violência física se enquadra pelo uso da força, mas por afetar e interferir na integridade corporal das mulheres sem o seu consentimento, sem necessidade ou sem fundamento científico, de modo que, ao passo que muitas condutas são evidentes, outras acabam por passar despercebidas, como ocorre com muitos procedimentos médicos (desnecessários e/ou obsoletos).

Alguns exemplos dessa modalidade vão desde tapas, empurrões, beliscões e amarrar a mulher na maca, até a privação de alimentos, interdição à movimentação da mulher (troca de posições), tricotomia (raspagem de pelos), manobra de Kristeller, uso rotineiro de ocitocina, cesariana eletiva sem indicação clínica e não utilização de analgesia quando tecnicamente indicada.

Já a violência sexual enquanto violência obstétrica está ligada ao controle da sexualidade da mulher, através do abuso da posição de poder e confiança, utilizando-se de assédio sexual, contatos físicos forçados, insinuações ou incitações sexuais e até mutilações genitais.

Segundo a “Rede Parto do Princípio”, possui caráter de violência sexual “toda ação imposta à mulher que viole sua intimidade ou pudor, incidindo sobre seu senso de integridade sexual e reprodutiva, podendo ter acesso ou não aos órgãos sexuais e partes íntimas do seu corpo”.³¹ De maneira que se tem como exemplos flertes, “cantadas”, episiotomia, “ponto do marido”, assédio, exames de toque invasivos e/ou desnecessários, constantes ou agressivos, lavagem intestinal, cesariana sem consentimento informado, ruptura ou descolamento de membranas, sem consentimento informado, imposição da posição supina para dar à luz, exames repetitivos dos mamilos sem esclarecimento e sem consentimento, laqueaduras (esterilização feminina) sem aviso prévio, sem esclarecimento e sem consentimento, entre outros.

³⁰ BENÍTEZ ORTÚZAR apud MACHADO, op. cit., p. 125.

³¹ PARTO DO PRINCÍPIO. *Dossiê da violência obstétrica: “Parirás com dor”*. 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2013. p. 60.

Como exposto anteriormente, o polo ativo da violência obstétrica pode ser exercido por qualquer pessoa; entretanto, profissionais que prestam ou deveriam prestar atendimento às mulheres e/ou esclarecimentos de seus direitos reprodutivos, constituem a grande parcela dos (as) agressores (as), estando eles (as) prestando serviços em entidades públicas ou privadas. Ao utilizar como critério de classificação o espaço relacional, e ao evidenciar que as agressões ocorrem em locais específicos de interação entre as pessoas, é possível distinguir outra modalidade de VO, a violência institucional.

Entre as formas em que ela pode ser identificada, o Ministério da Saúde cita a discriminação das mulheres em processo de abortamento; a aceleração do parto para liberar leitos; os preconceitos acerca dos papéis sexuais e em relação às mulheres soropositivas (HIV), quando estão grávidas ou desejam engravidar; as críticas ou agressões dirigidas a quem grita ou expressa dor e desespero; as proibições de acompanhantes ou visitas com horários rígidos e restritos; a violência física; a desqualificação do saber prático, da experiência de vida, diante do saber científico; a peregrinação por diversos serviços até receber atendimento; a falta de escuta e tempo para a clientela; a frieza, rispidez, falta de atenção e negligência, entre outras.³²

Outra forma dessa violência, que também constitui uma modalidade própria, é a violência material ou patrimonial, que se configura pela obtenção de vantagens financeiras indevidas por parte dos (as) profissionais e instituições, que se aproveitam de uma situação de vulnerabilidade, necessidade ou desconhecimento das leis por parte das mulheres, e cobram por serviços que são, na verdade, seus direitos constituídos.

Em outras palavras, violência material é composta por “ações e condutas ativas e passivas com o fim de obter recursos financeiros de mulheres em processos reprodutivos, violando seus direitos já garantidos por lei, em benefício de pessoa física ou jurídica”.³³ Por conseguinte, é possível citar como exemplo as cobranças indevidas por planos e profissionais de saúde e, ainda, a indução à contratação de plano de saúde na modalidade privativa, sob a argumentação de ser a única alternativa que viabilize o acompanhante.

³² MINISTÉRIO DA SAÚDE. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. *Cadernos de Atenção Básica*, Brasília, 2. ed. n. 8, p. 21, 2003.

³³ PARTO DO PRINCÍPIO, op. cit., p. 61.

Há, ainda, outra modalidade de violência, presente na sociedade de uma forma sutil e, até mesmo, invisível: a violência simbólica. Ela é expressa através da criação de significados por um poder dominante e pela sua imposição como legítimos, de modo a incorporá-los na cultura, transformando as relações de opressão em naturais e inevitáveis.

Nesse sentido, é preciso compreender que as narrativas fílmicas e da mídia em geral contribuem para a formação do imaginário social, de modo a reforçar mitos e estruturas de poder, incluindo os relativos à reprodução feminina. Destarte, pode-se dizer que as violências físicas, por exemplo, são validadas por sua forma simbólica, utilizando-se das instituições da sociedade para tal, como o Estado, a escola e a mídia.

Então, a violência simbólica e midiática é exercida não apenas pela reprodução dos atos violentos em si, como prática naturalizada, reforçando, por exemplo, a associação do parto normal com dores extremas e com a necessidade de intervenção, sem correlacionar aquelas a esta, mas também a divulgação e apologia a procedimentos cientificamente contraindicados, aliadas à ridicularização das práticas do parto humanizado. Pode-se citar como exemplos a apologia à cirurgia cesariana por motivos vulgarizados e sem indicação científica, o *merchandising* de fórmulas de substituição em detrimento ao aleitamento materno, a ridicularização de parturientes, que reivindicam seus direitos associando-as depreciativamente com as índias, representando também um preconceito étnico, entre outros.

E, por fim, a última modalidade abordada neste trabalho, propositadamente, será a violência psicológica, pois, ao considerar os efeitos provocados pelos atos de violência ligados à saúde sexual e reprodutiva da mulher, sejam eles físicos, sexuais e/ou materiais, constata-se que frequentemente também está presente uma dor psicológica, que perdura ao longo de muito tempo e que consolida o sentimento de ter sido violentada.

Por isso, além das violências de caráter propriamente psicológico, as outras formas de ofensa também produzem como resultado efeitos atribuídos a essa modalidade de violência. Com isso, o que vem a ser proposto não é a descaracterização das outras formas de violência, mas a atenção para os resultados psicológicos provenientes destas.

Quanto à definição, o caráter psicológico da VO pode ser representado por “toda ação verbal ou comportamental que cause na mulher sentimentos de inferioridade, vulnerabilidade, abandono, instabilidade emocional, medo, acuação, insegurança, dissuasão, ludibriamento, alienação, perda de integridade, dignidade e prestígio”. Exemplos que, por si só, representam essa violência são “ameaças, mentiras, chacotas, piadas, humilhações, grosserias, chantagens, ofensas, omissão de informações, informações prestadas em linguagem pouco acessível, desrespeito ou desconsideração de seus padrões culturais”.³⁴

Ademais, a violência é reconhecidamente prejudicial para a saúde mental das mulheres e considerada mundialmente como causa de seu adoecimento. Conseqüentemente, todas as formas e situações de violência, às quais as mulheres são submetidas, são passíveis de apresentar traumas de natureza psicológica e emocional. No caso da violência obstétrica, a importância de certos eventos para a vida das mulheres e a quebra de confiança nos (as) profissionais, que deveriam lhes prestar cuidado, agravam os relatos de sofrimento emocional, que muitas vezes perduram por anos.

Como exposto, diferentes modalidades de violência obstétrica podem ser realizadas, por exemplo, em um mesmo atendimento e, ainda, um mesmo procedimento médico pode ser característico de mais de um tipo de violência, evidenciando o poder prejudicial que a VO tem para a vida das mulheres, ao causar resultados de naturezas diversas sobre seu corpo e sua saúde, seja física ou mental. Ainda, é importante frisar que é frequente a prática de mais de um ato violento em um mesmo atendimento, visto que, por um lado, isso é consequência do alto nível de intervencionismo consolidado na assistência ao parto e, por outro, resulta de uma cultura de desrespeito às mulheres, tanto na fisiologia do corpo quanto às opiniões e ao protagonismo, de modo que os atos agressivos podem ser realizados tanto propositalmente, para assegurar uma relação de poder ou como meio de punição, por exemplo, quanto de maneira não intencional, em que muitos fatores devem ser considerados, como a perpetuação de um ensinamento antiquado, desgaste profissional, falta de recursos nas maternidades e hospitais, entre outros. Entretanto, esta última situação não pode se perpetuar como desculpa, devendo tais fatores serem revistos e corrigidos.

³⁴ *Ibidem*, p. 60.

Conclusões

Considera-se que, a cada novo tópico, foram sendo apresentadas informações que se complementam em busca da concretização dos objetivos do artigo, visto que a compreensão de como se deu o processo de reconhecimento das práticas agressivas no parto, como uma forma de violência, e o entendimento dos motivos intrínsecos, que retardaram e ainda retardam a efetivação desse reconhecimento, tanto no campo da saúde quanto no campo jurídico, possibilita concluir que, para haver mudanças significativas nesse cenário, é preciso reestruturar as relações que envolvem a sexualidade e a reprodução feminina.

Conhecer a historicidade desse fenômeno, através do estudo da medicalização do parto e do desenvolvimento dos direitos reprodutivos das mulheres e dos movimentos de humanização do parto, torna-se fundamental para compreender por que certos procedimentos intervencionistas são considerados hoje uma violação da integridade física, psíquica e sexual, permitindo ainda o aprofundamento das modalidades de violência que afetam o rol dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e, portanto, são considerados como violência obstétrica. Da mesma forma, esse conhecimento histórico permite entender melhor a natureza das ideias que são reproduzidas culturalmente e que afetam negativamente o avanço dos direitos das mulheres e o reconhecimento das violências que as afligem.

Diante dos enunciados e das análises aqui efetuados, conclui-se que a medicalização do parto, concretizada através da construção de representações negativas acerca do corpo feminino, somada às concepções preconceituosas já existentes, permitiu que o parto se transformasse em um evento mecânico, instrumentalizado e carregado por violências. Ainda, a dificuldade em se fazer compreender essa realidade vem justamente da construção dessas representações, que está presente no imaginário de profissionais da saúde, mulheres e profissionais da área jurídica, ou melhor, está presente na sociedade como um todo.

Essas representações constroem o que a sociedade entende hoje por gênero (ou pelo menos as teorias entendem), e são apresentadas e difundidas na sociedade através de tecnologias sociais, como é o caso do direito, por exemplo. Além disso, as representações majoritárias atuais de gênero, igualmente a

valoração existente nas relações entre profissionais e pacientes, que atribuem inferioridade a estas e a superioridade para aqueles (as), são motivos que dificultam a efetivação do reconhecimento da violência obstétrica pelos indivíduos da sociedade, incluindo a culpabilização dos responsáveis, quando se analisa a atuação do direito.

Dessa forma, para se obter avanços em relação a VO, melhorando o atendimento ao parto, sob uma perspectiva humanizada, e possibilitando que as mulheres os protagonizem, no sentido de permitir autonomia e escolha sobre seu corpo e parto(s), é necessário que se trabalhe na desconstrução dessas representações, que inferiorizam o feminino e, em um plano mais prático e pontual, necessita-se de ações que visem melhorar a qualidade das informações prestadas, dos atendimentos realizados e da proteção disponibilizada juridicamente.

Referências

ÁVILA, M.B; CORRÊA, S. O Movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil. In: GALVÃO, L.; DIÁZ, J. *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Population Council, 1999. p. 70-103.

BALOGH, Giovanna. Meu parto foi *roubado*, afirma mãe forçada a fazer cesárea no RS. *Folha de São Paulo*. 3 abr. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1435071-meu-parto-foi-roubado-afirma-mae-forcada-a-fazer-cesarea-no-rs.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. *Cadernos Saúde Pública* [online]. v. 7, n. 2, p. 135-149, 1991.

COSTA, Tonia et al. *Naturalização e medicalização do corpo feminino*: o controle social por meio da reprodução. *Interface (Botucatu)* [online]. v.10, n. 20, p. 366, 2006.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 3, p. 633-635, 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, 2010.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 228.

LEAL, Maria do Carmo et al. *Sumário executivo temático da pesquisa nascer no Brasil*. 2014. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/nascerweb.pdf>>. Acesso em: 1º set. 2014.

LEVATTI, Giovanna E. *Um breve olhar acerca do movimento feminista*. 2011. Disponível em: <http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/Um-Breve-Olhar-acerca-do-Movimento-Feminista_Giovanna-Levatti.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2015.

MACHADO, Isadora Vier. *Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha*. 2013. 282 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2013. p. 65-75.

MENDES, Valéria. Justiça retira mãe em trabalho de parto de casa para obrigá-la a fazer uma cesariana. *Saúde Plena*. 2 abr. 2014. Disponível em: <http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2014/04/02/noticia_saudeplena,148157/man-dado-judicial-retira-mae-em-trabalho-de-parto-de-casa-para-obriga.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Violência Intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. *Cadernos de Atenção Básica*, Brasília, n. 8, 2. ed., p. 21, 2003.

MOTT, M.L. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 16, p. 210, 2001.

NASCIMENTO, Samuel P. et al. Análise do caso Adelir Goés sob a perspectiva de Dworkin e Luhmann. *Arquivo Jurídico*, Teresina-PI, v. 1, n. 6, p. 121, jan./jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS. *Maternidade aegura: Assistência ao parto normal: um Guia Prático*. Genebra: OMS, 1996.

PARTO DO PRINCÍPIO. *Dossiê da violência obstétrica: “Parirás com dor”*. 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2013. p. 60.

PARTO LEBOYER. *Fantástico*. 1979. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AVxNIJPDys>>. Acesso em: 31 dez. 2014.

PULHEZ, Mariana Marques. Parem a violência obstétrica: a construção das noções de violência e vítima nas experiências de parto. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, p. 544-564, ago. 2013.

RAMOS, E. E. A.; RODRIGUES, T. S. Direito como tecnologia de gênero: uma análise de caso. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., Florianópolis, 2013. Anais eletrônicos.

REHUNA. *Carta de Campinas*. 1993. Disponível em: <<http://www.ongamigasdoparto.com/2011/05/carta-de-campinas-ato-de-fundacao-da.html>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

SALEM, Tânia apud TORNQUIST, C. S. *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. 2004. 412 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2004, p. 139.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2015.

TORNQUIST, Carmen S. *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. 2004. 412 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2004.

TORNQUIST, C. S.; SPINELLI, C. S. Um jeito soviético de dar à luz: o parto sem dor no sul da América do Sul. *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 129-156, 2009. Disponível em: <[http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=167](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=167)>. Acesso em: 30 dez. 2014.

VENTURA, Miriam. *Direitos Reprodutivos no Brasil*. 2. ed. UNFPA, 2004. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2014. p. 28.

Gênero, movimentos sociais e subjetividades na educação: mapeamento da institucionalização do nome social nas Universidades do Sul do Brasil¹

Crishna Mirella de Andrade Correa

A trajetória de minhas/meus sujeitos de pesquisa dentro da universidade com o nome social está integrada a um movimento nacional de lutas por direitos relacionados à transexualidade. Ao organizar o I Fórum Nacional LGBTT em Brasília, em 2009, as organizações trans pressionaram pela produção do documento que exigia alguma providência dos estados em relação ao uso do nome social nas escolas e universidades. É evidente que, naquele momento, algumas pessoas transexuais e travestis já circulavam pelos espaços educacionais, mas a entrada do nome social pela via institucional acontece nas universidades somente a partir do primeiro fórum, quando tem início a produção de resoluções para garantir esse direito. Nesse contexto, entendemos que os processos de luta pelo direito do nome social estão imbricados na experiência da transexualidade da pessoa que se encontra na universidade. Da mesma forma, os discursos teóricos que circulam nos movimentos nacionais trans e nos grupos de estudos de gênero brasileiros são incorporados tanto pelas resoluções, quanto pelas narrativas que esses sujeitos fazem de si.

Neste texto discutiremos a introdução do nome social como direito na educação brasileira, a partir da discussão sobre a importância do nome nas experiências de vida; da investigação da situação sobre a produção de resoluções nas universidades públicas brasileiras e do processo de institucionalização do nome social, verificado frente à recusa do nosso Congresso Nacional, em deliberar sobre o assunto.

¹ Texto desenvolvido no âmbito de tese de doutorado em andamento orientada pelas professoras Miriam Pillar Grossi e Mara C. de S. Lago.

À margem da educação e da Lei: omissões na discussão da transexualidade no Brasil

Os primeiros contatos que tive com o tema gênero e educação aconteceram no I Simpósio Internacional de Educação Sexual (Sies), organizado em 2009, na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Soube do grupo após uma sessão de terapia; passei a frequentar as reuniões e aderi à organização do evento. Os painéis e as mesas-redondas mostravam as discussões e me chamava a atenção, sobretudo, a precariedade dos documentos da área da educação e a ausência de política pública federal relacionada ao tema da inclusão, diversidade sexual e identidades de gênero. O interesse que me despertou essa discussão estava sobretudo relacionado às inquietações que emergiram já em meu trabalho de mestrado (CORREA, 2007), sobre a relação entre o direito e as subjetividades.² No mesmo sentido, me incomodou a quase completa ausência de formação, dentro dos cursos de Pedagogia e em outras licenciaturas no País, para tratar esse tema. De forma geral, tínhamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que trazem, entre outras pautas, a discussão de gênero como tema transversal e um diagnóstico em que é possível visualizar estatísticas (da época de sua escrita, 1997) sobre a evasão escolar e a proporção estabelecimentos X alunas(os).

A questão do nome social encontra-se relacionada à ideia do desafio de SER no espaço institucional, de estar inclusa(o), de resistir, apesar das configurações da “normalidade”, da padronização do ensino, das condições sociais desfavoráveis para estar ali, dos símbolos opressores de raça, gênero e sexualidade, das regras e dos rituais, elaborados para atender à maioria e marginalizar a minoria.

As orientações dos PCNs (1997) abrangem temas que são causas da taxa significativa de evasão escolar no Brasil. Porém, se observarmos dados de 2009, sobre o Ensino Médio (faixa que antecede à universitária), vemos que, pelo menos três milhões de jovens, entre 15 e 18 anos, estavam fora da escola. (BRASIL/INEP, 2009). Dentre as causas para essa exclusão, está o sofrimento causado pela discriminação às diversidades de raça, classe social, identidades de gênero ou orientação sexual. Essa ausência de uma parcela significativa de jovens na escola, mesmo após 12 anos de publicação dos PCN, não surpreende as(os) educadoras(es), principalmente as(os) que vivenciaram sua elaboração realizada sob os fundamentos da política neoliberal do País.

² Que na época (2007) era subjetividade, no singular.

Incluído na seara da discussão sobre educação e inclusão, o tema do nome social surge em minha trajetória na primeira reunião do Núcleo de Estudos em Sexualidade e Diversidade Sexual (NUDISEX/UEM em 2012, que coordeno atualmente com professora da Educação, Eliane Maio), em um momento em que revisitava trajetórias pessoais e questões ligadas à minha identidade de gênero e sexualidade. Uma moça de 20 anos sentou-se à minha frente e apresentou-se como Marcos.³ O descompasso entre a imagem feminina e o gênero masculino, provocado pela minha percepção binária, levou-me a conversar com a aluna ao final da reunião e deixá-la à vontade para utilizar seu nome social naquele espaço.

No mesmo ano, Luma Andrade escreve sua tese de doutorado (ANDRADE, 2012), a primeira de uma pessoa trans no Brasil, sobre as travestis e o assujeitamento em espaços normativos. Entre os dados, análises e trajetórias de vida que circulam no texto, a autora apresenta que 56,84% das(os) gestoras(es) e alunas(os), das três entidades investigadas, pensam que uma travesti deve ser chamada pelo seu nome de registro nas escolas e não pelo nome social, por ser esse um espaço institucional. No entanto, muitas(os) dessas(es) professoras(es) informaram que se referem às alunas travestis pelo nome social quando conversam no pátio, no intervalo, ou em outras situações informais. Percebo, nesse dado, a relação que o nome civil, por existir na lei, tem com o campo formal/institucional, enquanto o nome social, que é parte da construção do sujeito real, é deixado no campo marginal, demarcando o núcleo de minhas investigações atuais: a relação entre a instituição educacional e os processos de subjetivação da transexualidade.

O nome social não está necessariamente atrelado à mudança do nome civil, sobretudo para as pessoas que assumem uma identidade *queer*. Para as pessoas trans que assumem identidades binárias (homem ou mulher), a utilização do nome social surge, normalmente, muito antes dos processos judiciais e médicos de transformação do corpo e dos documentos civis. Conforme apontam as(os) participantes de minha pesquisa, é um dos primeiros elementos que aparecem em suas transições.

Influenciada por minhas aulas de Ciência Política na graduação da UEM, as primeiras reflexões me levam a indagar como a questão do nome aparece dentro

³ Nome fictício.

dos esquemas de organização da política e do direito brasileiro e sobre a nomeação e sua importância em nossa sociedade.

O nome é uma matéria do direito civil, que está regulada pelo Legislativo, através da Lei de Registros Públicos, a 6.015/1973, elaborada pelo Congresso Legislativo na década de 70, formado na época por deputados do MDB e Arena, e promulgada pelo presidente militar E. G. Médici. Como sabemos, uma composição, nos dois poderes, muito distante dos parâmetros de uma democracia constitucional. Nessa mesma lei, estão também regulamentados os registros de imóveis, títulos e pessoas jurídicas. Uma primeira leitura já deixa perceber que se trata de um amplo documento de proteção da propriedade privada.

A lei leva impressa a ideia de imutabilidade do prenome⁴ civil, que é recorrente na tradição jurídica brasileira. Do art. 50 ao 58, é possível observar que a possibilidade da mudança de nome é uma grande exceção, e restrita a poucas situações. Mesmo assim, o art. 58 passou por duas modificações, uma em 1998 e outra em 1999, para permitir a mudança do nome por “apelidos públicos notórios”, que é utilizada normalmente para inserir apelidos de pessoas famosas, como Xuxa, Pelé e Lula, e em casos de ameaça em processo-crime. A mudança do prenome civil, em casos de não identificação com o gênero atribuído, não consta no texto da Lei. Apesar disso, foi e ainda é matéria de Projetos de Lei que buscam modificar essa situação legal. Sobre o nome social, não existe lei federal e nenhum projeto em curso.

Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato. Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de qualquer emolumentos, à decisão do Juiz competente.

Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

⁴ A lei civil citada define o *prenome* como o nome que identifica a pessoa e o “nome” como apelidos que identificam a família. O nome inteiro seria formado, então, por prenome+nomes de família. No entanto, socialmente, o costume brasileiro é de designar o prenome como “nome” e os nomes de família como *sobrenomes*, por isso quando discuto o Código me refiro ao prenome, mas o direito em questão aqui utiliza a expressão *nome social*.

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandato e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei.

Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios. Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público. (LRP 6.015/73)

É evidente que o Legislativo brasileiro se esquivava de tratar questões de sexualidades e identidades de gênero. Vale analisar esse movimento de recusa, a partir da observação dos documentos que já existiram no Congresso Nacional sobre o assunto.

As análises sobre a nomeação me levam a rever os “compêndios” de direito civil dogmático, que me causavam e ainda causam tanta estranheza e com os quais me felicitava por não ter tido mais contato após a graduação. A dimensão interdisciplinar da pesquisa agora desloca esse estudo para dentro da etnografia que faço, ouvindo histórias de vida, participando de movimentos sociais, analisando documentos, colocando em evidência detalhes desses documentos que as análises exegéticas⁵ do curso de direito não permitiram. Para seguir com as reflexões, pontuo: o nome civil é aquele que foi atribuído, e que está escrito no registro de nascimento da pessoa⁶; o nome social, segundo a resolução de uso do nome social 018/2012 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é “o nome adotado pela pessoa, pelo qual se identifica e é identificada na comunidade”. (SANTA CATARINA, 2012).

A busca no *site* do Planalto⁷ permite verificar que o Projeto de Lei 72/2007, o mais antigo para permissão de mudança de nome de pessoas trans em nosso congresso, foi proposto pela bancada do partido dos trabalhadores na Câmara Federal, em 2006 para alterar a Lei 6.015, de 1973. Em 2007, foi para o Senado e

⁵ Exegese: método de análise originário da escola francesa de interpretação do Código Napoleônico de 1804, que influenciou e ainda influencia muito as faculdades de direito no Brasil. Chamada *escola da exegese*, por causa do método de interpretação restrito às análises semânticas, sintáticas e morfológicas de cada termo contido na lei, excluindo qualquer análise fora da legislação. Para a escola da exegese, a legislação é completa e o juiz é somente um reprodutor mecânico do texto da lei. (BOBBIO, 1995).

⁶ Esta é a definição mais recorrente entre as(os) comentadoras(es) das leis civis no Brasil. Ver: Diniz (2014) e Venosa (2013).

⁷ Link: www.planalto.gov.br

tramitou como projeto de Lei Complementar. O demonstrativo de tramitação (SENADO FEDERAL, 2015) deste Projeto de Lei Complementar (PCL) mostra que, em 7 anos, a análise nunca saiu da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que foi a segunda a analisar o projeto, sendo antecedida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em que o texto ficou por 3 anos (2007 a 2010). Em 2013, o senador Eduardo Suplicy, relator do projeto no Senado, começou a protocolar pedidos de urgência para a votação e finalmente o projeto foi enviado ao Plenário do Senado Federal para ser votado.

Quando o PCL 72 foi proposto, a estrutura e o poder de pressão dos movimentos voltados, especificamente, para a pauta da transexualidade, eram menos significativos que nos últimos cinco anos. Já existia, contudo, um número grande de ações individuais de pessoas trans pedindo a mudança de prenome no Judiciário. O cenário político em relação às causas LGBT não permitiu que a negociação dos termos do projeto fosse além da permissão formal, para que o Judiciário julgasse essas causas ainda condicionadas à apresentação de laudos médicos. Seria uma espécie de chancela formal para algo que o Judiciário já estava realizando. Palavras no parecer do relator:

Para atingir seus objetivos, a menção busca promover alterações no artigo 58, da Lei 6015/1973, Lei de Registros Públicos – LRP, de modo a permitir a substituição do prenome, mediante decisão judicial, também quando o interessado for reconhecido como transexual, “de acordo com o laudo de avaliação médica”, ainda que não tenha sido submetido à procedimento médico-cirúrgico destinado à adequação dos órgãos sexuais. Como consequência, estipula-se que a sentença que determinar a substituição do prenome, nessa nova hipótese, seja averbada no respectivo livro de Nascimento, “com a menção imperativa de ser a pessoa transexual”. (SENADO FEDERAL, 2013a).

O senador Suplicy cita trechos do Projeto (entre aspas na citação acima) para destacar a previsão de laudos médicos e a obrigatoriedade de averbação da condição de transexual na nova certidão, forjando um mecanismo de segurança médica para a decisão do juiz. O mesmo mecanismo de segurança, agora em relação ao restante da sociedade, havia aparecido na fala da relatora *ad hoc* do projeto na Comissão de Direitos Humanos, senadora Fátima Cleide, que ressaltou anteriormente no projeto que a averbação era importante para evitar que terceiro

fosse induzido a “erro” caso quisesse “convolar núpcias” (casar) com aquele que mudou o prenome por motivo de transexualidade. (SENADO FEDERAL, 2013b).

É interessante notar os cuidados da(os) relatoras(es) com a precisão da mudança de gênero, mas, apesar disso, a exigência da averbação para que a história de transexualização seja conhecida por todas(os). É necessário mencionar que, antes dos relatos citados, a exigência da publicidade já aparecia nas decisões judiciais e muitas mudanças de nome seguiram esse entendimento. A averbação marcava então um adendo à identidade feminina trans, dentro de um contexto de imaginário social que coloca as identidades em uma hierarquia de gênero. Além disso, o controle sobre o nome transexual está inserido no contexto de controle das sexualidades dissidentes, apontado por Foucault em seus estudos sobre a história das sexualidades (FOUCAULT, 1988) e produz um discurso de vigilância, tendo como base a heteronormatividade.

A naturalização do binarismo de gênero, denunciado por Butler (2003), como uma construção social, permeia o discurso legal, assim como esteve muito presente nos movimentos sociais, hoje muito mais próximos das teorias *queers*, principalmente de Butler (2000), Preciado (2000) e Haraway (2009). Os relatos presentes na construção da legislação para o público trans apresenta um tratamento binário e heteronormativo, no sentido de dar uma coerência e ordenação para a existência dessas subjetividades no meio social.

Ao refletir sobre o discurso da lei e do Judiciário, Geertz (1997) auxilia nesse “ir e vir hermenêutico” entre direito e antropologia, na busca pela construção de um método interdisciplinar de análise deste tema. No PLC 72, há algo que transita entre os acordos necessários para fechar as definições contidas nas regras, as aspirações dos movimentos sociais e as concessões mandatórias, que trazem à tona convenções que governam a construção desses processos e movimentos.

Não são poucas as situações negociadas no cotidiano do *processo transexualizador*.⁸ O discurso médico está presente no texto do projeto para mudança de nome trans que foi arquivado, e ainda se faz presente como base do tratamento recebido no SUS para mudança de sexo e hormonização. O

⁸ Expressão utilizada pelo Sistema Único de Saúde. Não utilizo essa designação no texto por entender que a expressão indica um processo de formatação do corpo trans aos diagnósticos do SUS e decisões judiciais.

aconselhamento dos relatores do projeto, para que as pessoas se submetam à cirurgia antes, ou após a mudança de nome, remete ao percurso da medicalização da transexualidade lembrado por Ávila e Grossi (2010), momento em que se buscava conceituar o que é uma(um) verdadeiro(a) transexual.

O discurso biomédico, a que o direito adere, teve e ainda hoje tem, em certa medida, o poder de conformar, por algum tempo, inclusive o imaginário trans em torno da aceitação dos padrões postos e a submissão aos tratamentos indicados. A expressão “convolar núpcias” é imposta a esse projeto de lei como um ato de urgência para lembrar que o respeito às regras heteronormativas ainda vale, apesar das concessões. Como lembra Geertz (1997, p. 254): “A explosão dos fatos, o temor aos fatos, e, em resposta a essas ocorrências, a esterilização dos fatos, confundem, cada vez mais, tanto a prática do direito quanto as reflexões que sobre ele se façam.” O temor sobre as incertezas que as identidades trans trazem para as(os) operadoras(es) do direito consolidaram por muito tempo nos tribunais e cartórios a prática de expor a transexualidade, justamente nos pontos em que se busca a invisibilidade. Atualmente, as(os) juízas(es) têm decidido sem a exigência de averbação.

A subjetividade tem um longo percurso dentro da filosofia política que mostra a criação do sujeito universal que veio constituir a base do direito e da política modernas. (CORREA, 2007). O sujeito racional kantiano (KANT, 2003) individual, autônomo e moral, traz para a filosofia um conceito de liberdade ligado à ideia de que ser livre é ter a possibilidade de seguir regras que eu me dou (moralidade) e regras que garantam a integridade pessoal e a propriedade privada (direito). Esse é o paradigma de sujeito que veio constituir a base do direito moderno e que se encontra falido diante da multiplicidade de sujeitos que batem à porta do Judiciário e do Legislativo. Ainda assim, é surpresa constatar que a filosofia do direito atual, às voltas com os problemas de legitimidade do direito, retoma o sujeito kantiano como fundamento de suas teorias e propõe a construção de uma moralidade política como base das decisões jurídicas.

À margem do sujeito hipotético unitário e universal, devido às pressões sociais e resistências cotidianas, vão surgindo no direito espectros dos sujeitos que são de fato reais. Enquanto uma identidade atribuída consta nos documentos, mas não existe na vida real, os verdadeiros sujeitos dependem do Judiciário para passar a existir civilmente. Para isso, essas subjetividades plurais passam por um

processo de análise e enquadramento em categorias, que o direito considera necessárias para a elaboração da lei, por meio de conformação às regras já existentes, ainda que para isso alguns juízes exijam a cirurgia de transgenitalização, mesmo àqueles que não querem se submeter a ela.⁹ Essa prática indica como o processo é conduzido sob uma lógica do padrão “normal/ideal”, que continua em vigência.

A confusão que se vê no cenário dos direitos trans se deve em parte à incapacidade do direito de lidar com as múltiplas subjetividades existentes, tendo como instrumento um direito uniformizado em cima de uma figura hipotética universal. (CORREA, 2007). Esse parâmetro estabelece as bases para os dispositivos da sexualidade, conceito trabalhado por Foucault em *História da Sexualidade I* (1988), que ainda estão presentes nos discursos institucionais e que também incidem sobre os direitos das transexualidades.

A partir da vivência que venho tendo dentro do movimento social trans, noto que os termos negociados entre os gabinetes e os movimentos naquele momento, em 2007, mostram as limitações impostas às reivindicações da época e o estágio do processo de amadurecimento dos entendimentos teórico-políticos em relação à transexualidade. Atualmente, as lutas centrais dos movimentos trans são pela despatologização,¹⁰ pelo direito de modificar o nome no próprio cartório civil, sem necessidade de recorrer ao Judiciário, e pela proibição de qualquer averbação na nova certidão de nascimento, quanto à identidade trans. Ao que tudo indica, a luta passou a ter mais força a partir do fortalecimento dos objetivos focados somente nos direitos das(os) transexuais, que são pautas diferentes daquelas dos movimentos de Gays e Lésbicas. (ÁVILA; GROSSI, 2010). Diante dessa explosão de resistências e reivindicações organizadas, o direito teve que se abrir, o que vem sendo realizado a partir de muitas confusões, no momento em que os juízes e projetos de lei tentam ordenar todo esse movimento de construção de novos sujeitos desafiadores da normalidade “aparente”. Como no caso de

⁹ No Brasil, desde 2008 não se exige mais a cirurgia. Na França, exige-se, além da cirurgia, a esterilização pela retirada dos órgãos internos reprodutores. (HÉRAULT, 2014)

¹⁰ Desde 2009, a Campanha *stop trans patologization* tem agregado grupos militantes trans e LGBT em torno da luta pela retirada dos termos *disforia de gênero* e *transtornos de identidade de gênero* dos catálogos médicos (DSM, da Associação Psiquiátrica Americana e CIE da Organização Mundial de Saúde).

Regreg, personagem do texto de Geertz, a transexualidade dentro da arena das lutas políticas também é permeada por

eventos, regulamentos, políticas, costumes, crenças, sentimentos, símbolos, procedimentos e conceitos metafísicos agrupados de uma maneira tão estranha e engenhosa que faz com que qualquer contraste menos sofisticado entre aquilo que “é” e aquilo que “deve ser” pareça – como diremos? – primitivo. (1997, p. 268).

A lentidão do projeto de 2007 fez com que o mesmo ficasse ultrapassado dentro do contexto da discussão política em diversos setores sociais. Por esse motivo, no encontro da Associação Brasileira de Homocultura (ABEH), de 2013, na cidade de Rio Grande (RS), vimos circulando pela platéia, que assistia às mesas-redondas, um documento articulado pelos movimentos sociais trans presentes, pedindo o arquivamento do Projeto de Lei Complementar PLC 72/2007. Esse levante dos movimentos trans e LGBT contra o projeto que havia sido incentivado por esses mesmos grupos anos atrás, não foi repentino e já vinha circulando há alguns meses nas redes sociais e *e-mails*, tendo sido impulsionado pela aceitação dos requerimentos do senador Eduardo Suplicy, que, aparentemente sem diálogo com os movimentos em 2013, pedira regime de urgência na votação. Portanto, o PLC havia finalmente sido enviado à votação no Plenário, mas os grupos LGBT atentaram para o fato de que o documento não mais atendia às reivindicações em favor dos direitos das(os) transexuais e se mobilizaram para pedir a não votação do texto. Na ocasião do encontro da ABEH, 28 grupos, núcleos de estudo, associações e ONGs ligadas às questões de gênero e sexualidades, a maior parte da Região Sul e de Goiás, assinaram o documento, que foi enviado ao Senado Federal logo após o evento. Inclusive, a nossa delegação de Florianópolis,¹¹ que estava presente no Encontro, incluiu o Núcleo de Estudos sobre Subjetividades e Identidades de Gênero (NIGS/UFSC) entre os assinantes da reivindicação. É interessante notar que o Instituto Brasileiro de Homens Trans (Ibrat), a segunda associação de homens trans do Brasil, já muito engajado nas lutas apesar da formação recente, foi quem encabeçou as assinaturas e teve participação na escrita do texto.

¹¹ Financiada pela Fapesc, a partir de projetos do Instituto de Estudos de Gênero (UFSC).

Na página de tramitação do projeto, não é possível saber se o documento que circulou na abeh foi recebido pelo Senado, porque são anexados somente os pareceres. O PLC foi arquivado, mas a indicação foi de arquivamento por causa do final da legislatura do parlamentar proponente (2010 a 2014).¹²

As páginas de aprovação dos pareceres mostram que partidos como PT e PSol votaram sempre a favor dos projetos, enquanto partidos como PSDB e DEM sempre se posicionaram contrários. Esse também é o cenário atual do Legislativo brasileiro, com a diferença de que os posicionamentos contrários foram assumidos pelos mesmos partidos, sob a alcunha de “bancada evangélica” e não mais por grupos católicos.

A atuação da Igreja contra os projetos que versam sobre a sexualidade e os direitos reprodutivos, já vem de longa data. Santín (2005) mostra como já nos anos 80 e início dos 90, o movimento católico articulava as pressões sobre os parlamentares a partir do Grupo Parlamentar Católico, Movimento Pró-vida e Setor Família da CNBB. Esses grupos atuavam cotidianamente no Congresso, tentando negociar votos contrários à descriminalização do aborto e a todas as reivindicações dos movimentos LGBT. O ponto forte da pressão exercida sobre as(os) deputadas(os) se constituía na prática de divulgar, na porta das paróquias, os nomes daquelas(es) que votavam a favor dos referidos projetos.

A estratégia das instituições religiosas garante, até hoje, que essas pautas não avancem no congresso brasileiro. O período que marca o trâmite dos projetos sobre as pautas trans, principalmente após 2010, coincide com o crescimento da bancada evangélica na Câmara, que é quem atualmente faz as vezes dos antigos grupos católicos apontados por Santín (2005).

A junção de parlamentares vindos de diversas denominações evangélicas e de vários partidos formam a Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, como se autodenomina a bancada evangélica, composta por 74 deputadas(os) (CÂMARA, 2015), número que perde somente para as bancadas dos dois maiores partidos da casa, PT (com 89 deputadas(os)) e PMDB (com 82 deputadas(os)). É curioso notar que, no *site* da Câmara, a bancada aparece com 162 deputadas(os) e 36 senadoras(es), entre elas(es), muitas pessoas que já morreram e outras que não

¹² A regra é de que os projetos propostos por parlamentar (deputada(o) ou senadora(r) seja votado no período de sua legislatura, do contrário, será arquivado. Pode ser desarquivado pela(o) parlamentar autor/a do projeto caso esta(e) seja reeleita(o). (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

estão mais em exercício. Paralelo à atuação na Câmara, as Igrejas católica e evangélicas empreenderam um trabalho de atualização dos planos municipais de educação, com vereadoras(es), no sentido de excluir as discussões de gênero das pautas escolares do Ensino Fundamental.

A preocupação do movimento cristão com a visibilidade ficou clara nas discussões dentro das câmaras municipais que acompanhei, em Maringá e Paranavaí/PR (cadernos de campo, 2015), momento em que as Igrejas mobilizaram os fiéis e produziram materiais de publicidade para dar força à sua campanha. O ambiente cristão nunca foi estranho ao cotidiano dos legislativos brasileiros. Em Paranavaí, mesmo nas sessões que presenciei durante o movimento grevista do Paraná, em abril deste ano, o primeiro ato de abertura dos trabalhos do dia era sempre a leitura de trechos da Bíblia.

As bancadas evangélicas passaram a se preocupar em se fazer visíveis em todos os níveis dos legislativos do País. Os cartazes “Gênero não”, “A favor da família” e os gritos de “Ei, ei, ei, Jesus é o nosso Rei”, entoados pelas(os) cristãs(os) encheram as sessões legislativas municipais e deixaram surpresa a militância feminista e de esquerda, que ainda tenta articular um modo de lidar com a presença massiva das(os) cristãs(os) que passaram a acompanhar as discussões políticas (cadernos de campo, 2015). Ao mesmo tempo, a contrariedade aos projetos de lei sobre sexualidades e identidades de gênero se manifesta em discursos vazios, com conceitos inventados e simplificados, que conseguem grande adesão das(os) moralistas, pois apresentam a discussão como se fosse uma cruzada das(os) *gays*, lésbicas e transexuais contra Jesus e a família.

O cenário legislativo nacional e nas casas municipais não poderia ser pior para as pautas trans, que permanecem trancadas, enquanto projetos conservadores, como o estatuto do nascituro e o estatuto da família, avançam nos trâmites legislativos.

É importante observarmos as regras de elaboração de leis no Brasil, para um melhor entendimento sobre os atrasos burocráticos nas votações desses projetos. Levamos em consideração que a demora, na votação de projetos de mudança de nome civil, aumenta a demanda por normativas em favor do uso do nome social, dentro das instituições ligadas à administração pública, como é caso das universidades.

O processo legislativo brasileiro segue os procedimentos descritos em nossa Constituição Federal, que prevê que leis ordinárias, como é o caso da Lei de Registros Públicos, devem passar por deliberação nas duas casas legislativas, Câmara e Senado Federal. Dentro dessas casas devem ser analisadas por uma Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e uma comissão específica para essa legislação (que nesse caso são as Comissões de Direitos Humanos (CDH), criadas para esse fim). Em cada casa legislativa existem essas comissões, portanto, existe uma CCJ e uma CDH na Câmara, formadas por deputados e mais uma de cada no Senado, formadas por senadores. Após a análise das comissões, o projeto vai para discussão e votação nos plenários.¹³ Assim, podemos observar que os projetos seguem o seguinte caminho no Congresso:

- 1) propositura: supondo que a câmara seja a casa onde o processo inicia, como é o caso do Projeto de Lei João Nery;
- 2) prazos: em nenhuma das fases há prazo determinado pela CF/88. O prazo é combinado pela própria casa legislativa e pode ser modificado, se houver necessidade;
- 3) trajetória:

Trajetória: CCJ da Câmara ~~CDH da Câmara~~ → Plenário da Câmara → envio para o Senado → CCJ do Senado → CDH do Senado → Plenário do Senado (observação 1: se houver emendas no Senado, volta para o início do trâmite da Câmara, para analisar as emendas) → se for aprovado sem emendas no Senado, vai para Sanção ou Veto do Presidente da República (observação 2: se o Senado fizer emendas, e a Câmara ao receber de volta fizer emendas às emendas do Senado, o projeto deve ser enviado ao Senado para revisão novamente e de lá é enviado ao Presidente da República).

A partir daqui:

Opção 1) → se sancionado, Promulgação e Publicação pela presidência da República.

Opção 2) → Se vetado pela presidente volta o veto para ser analisado no plenário da Casa Inicial.

Opção 3) → se o veto for cassado pela Câmara, vai para a promulgação e publicação pela presidência, que não pode mais analisar o projeto.

¹³ Plenário é a palavra técnica utilizada no texto da Constituição Federal para indicar que a matéria será apreciada por todas(os) as(os) integrantes daquela casa legislativa e não mais só por uma comissão.

Opção 4) —→ se o veto for aceito, o projeto pode ser arquivado (se for veto total) ou arrumado de acordo com as observações da Presidente (em caso de veto parcial) e daí é enviado para a Promulgação e Publicação.

Observando que o projeto de 2007 estava obsoleto, em 2013 o deputado federal Jean Willys (PSol) e a deputada Érika Kokay (PT), propuseram na Câmara outro projeto, 5002/2013, denominado Projeto de Lei João Nery,¹⁴ atualizando as discussões dos movimentos sociais. O projeto novo teve início em fevereiro de 2013, e está ainda no início de sua tramitação, mas já leva a lentidão do trâmite legislativo brasileiro em sua história, pois demorou 1 ano para ser distribuído à primeira comissão que irá analisá-lo, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, e mais um ano para que fosse designada uma relatora dentro da Comissão, o que foi feito somente no dia, 16/4/2015 (CÂMARA FEDERAL, 2013). Além disso, está ilhado em meio à pressão evangélica, exercida inclusive pelo próprio presidente da Câmara, que não poupa esforços para favorecer o andamento dos projetos que têm apoio da Igreja e agregar mais parceiros contra as pautas da transexualidade.

No entanto, apesar do trâmite lento proposto pela Constituição Federal, alguns projetos seguem adiante com mais celeridade. Não é o caso dos projetos relacionados às temáticas LGBT. No contexto das pressões exercidas sobre o Legislativo, estão as ações impetradas no Judiciário, que levaram a reiteradas interpretações extensivas do art. 58 da Lei de Registros Públicos, no sentido de incluir as pessoas trans. Isso somente é possível por causa dos movimentos teóricos na área do direito em torno das redefinições da hermenêutica jurídica. (FERRAZ JÚNIOR, 2013). Conforme a definição das competências na Constituição Federal de 1988, somente o legislativo pode modificar a LRP. No entanto, o texto da CF/88, amplamente sustentado pela ideia dos direitos humanos, tornou possível muitas interpretações no Judiciário, com o objetivo de garantir a dignidade da pessoa humana. Essas interpretações podem se dar inclusive contra leis inferiores, que estiverem em sentido contrário à Constituição. Nesse ensejo é que a

¹⁴ João Nery é o primeiro homem trans conhecido publicamente no Brasil. Seu livro *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois* (NERY, 2011) mostra uma trajetória de produção informal de novos documentos. João Nery criou outra identidade e perdeu todos os títulos que tinha, inclusive os de formação educacional e profissional.

transexualidade passou a ser requerida no âmbito do Judiciário, com o argumento de fazer cumprir a garantia de vida digna, prometida na Constituição Federal.

Parentesco e a recusa do nome civil: o novo sujeito e a negação dos papéis sociais atribuídos

Segundo minhas observações de campo, o nome social aparece na experiência transexual à medida que os modos de vestir e se comportar não estão mais alinhados com o gênero que se relaciona ao nome civil da pessoa.

O nome social acompanha a história da transexualidade e o seu uso institucional passou a ser requerido, sobretudo, após o fortalecimento dos movimentos trans na década passada. As reflexões que tentamos fazer se encontram dentro do movimento de institucionalização do nome, que antes era utilizado socialmente, mas estava fora dos documentos.

O que se origina desse movimento é uma outra categoria de reivindicações, que ocupa um espaço de transição entre a mudança total do nome no âmbito civil, e o nome social, que ganha espaço nas instituições ligadas à Administração Pública, como as universidades, por exemplo.

As mobilizações trans em torno do direito ao nome recolocam a questão da nomeação, agora sob a ótica da autoatribuição, autoconstrução do sujeito, rompendo fortemente com os costumes que, na formação das culturas ocidentais, sempre estiveram determinados por regras de organização em torno da família.

A nomeação possui símbolos e padrões culturais diferentes em cada sociedade. A antropologia apresenta estudos que indicam que a atribuição de nome é um dos processos que acontecem dentro dos diversos sistemas de parentesco, o qual aparece como uma das principais formas de organização social dentro dos sistemas socioculturais. (BATALHA, 1995).

Andrade (2010), ao contar sua trajetória dentro da educação, explica que seu nome atribuído na ocasião do nascimento era igual ao do pai, e fora dado dentro de um esquema de pressão para que ela repetisse a posição do pai dentro da família.

Meus pais determinaram meu prenome como João Filho, que além do sexo incorporou outros significados, pois João é o prenome de meu pai e Filho, que vem logo em seguida, afirmava o poder da criação e o poder do criador, fazendo uma espécie de laço simbólico

entre pai e filho, cujo último seria uma – cópia do primeiro e teria como objetivo principal dar continuidade à sua história. Comumente, encontramos pessoas com estes signos, mas em geral eles aparecem no final do nome, chegando às vezes a se manter para outras gerações, só que agora com o termo Neto. Muitas vezes, ao citar meu nome completo, algumas pessoas questionavam a existência do Filho no meio do nome, por que não no final? Por que em vez de João Filho Nogueira de Andrade não colocaram João Nogueira de Andrade Filho? Minha mãe dizia que isso indicava que eu era filho do João e assim ficou.

Dentro do parentesco, a ideia de *descendência* vem para pontuar que existe uma função do pai e da mãe na educação/criação das(os) filhas(os) e que características das(os) genitores perduram nas(os) descendentes, circunscrevendo, simbolicamente, a imortalidade da família.

O esquema de imortalidade da família, segundo explica Craig (1979), passa por diversas estratégias construídas ao longo do tempo dentro das sociedades, que agregam processos de nominação, hábitos que são impostos, tradições que devem ser guardadas. Anteriores a Craig (1979), outros autores da Antropologia já haviam apresentado análises dentro da área que perpassam, de um modo ou de outro, pela ideia do parentesco como um mecanismo estrutural, que participa da determinação do *status* e da relação de um indivíduo dentro de uma organização social. (LÉVI-STRAUSS, 2008 (1967)); (SCHEFFLER, 1973)).

O sistema de parentesco que determina a nomeação traz uma responsabilidade de continuidade e preservação dos laços que, em um contexto de transexualidade, se torna um grande peso para os sujeitos, a ponto de Andrade (2010) expressar que sempre “carregou” o nome do pai, dando-nos a dimensão, na linguagem, do fardo que se tornou para ela ter todos esses significados presentes no nome que a identificava. Além disso, lembra sua angústia pela cobrança velada, constante, para que seguisse os passos do patriarca, como se tivesse que ser uma réplica dele.

Na sociedade ocidental, romano-germânica, o papel da mãe e do pai é de co-responsabilidade e a filiação é marcada pelo critério biológico da mistura do sangue do pai e da mãe. As características da família se perpetuam nos genes, transmitidos aos descendentes. Nesse contexto, a lógica patriarcal predomina, de modo que mesmo que não se repita o nome do pai, ou de outros parentes, há sempre uma expectativa dentro do nome, que é um direito civil de escolha das(os) genitoras(es) e surge em um contexto permeado por signos que compõem

determinado complexo sociocultural e familiar. Signos que são comumente religiosos.

Dentro desse espectro, toda a transexualidade representa uma quebra com as expectativas parentais, que são definidas de acordo com regras que estabelecem mais ou menos como os laços serão constituídos e indicam o papel social de cada um na casa: papéis de gênero, de filha(o), etc. Recusar o nome dado pela família é como recusar o papel e as continuidades impostas.

Conforme Andrade (2010) aponta, a impossibilidade de convivência com o nome atribuído, em algum momento da vida se torna tão latente, que é necessário romper com a lógica do parentesco e assumir uma identidade, a partir de seu autorreconhecimento, mesmo sabendo que ainda acontecerão outros processos de subjetivação dentro das instituições que esses sujeitos irão frequentar.

Por esse motivo, o nome social e a mudança de nome civil tornaram-se reivindicações centrais para os movimentos trans. E também por esse motivo, a insistência pela chamada com o nome de registro civil, dentro do ambiente escolar, tem sido causa da evasão e ausência de um grande número de pessoas trans dos bancos escolares.

A ideia de que a transexualidade na escola/universidade precisa de regulação está inserida em um contexto de vida disciplinada e de criação da escola disciplinar moderna, que não foi projetada para abrigar uma pluralidade de sujeitos.

O nome social e a instituição educacional: reconhecimento de direitos e processos de subjetivação nas universidades brasileiras

O controle da vida trans se insere no contexto da captura das sexualidades pela política moderna, na medida em que produz saberes e poderes sobre o corpo. (FOUCAULT, 1988). Nesse espectro de regulação da vida, a medicina e a educação se colocam como áreas que absorveram por completo a ideia de saber e disciplinar o corpo dissidente. Ao analisar o nome social na universidade, notamos a produção de discursos sobre a transexualidade, que se expressam, entre outras vozes, nas próprias resoluções que regulam esse direito. O movimento de inserção do nome social nas instituições faz emergir as práticas discursivas e não discursivas, como aponta Foucault (1993), sobre as diversas sexualidades e os

impactos que causam na vivência das identidades de gênero das(os) travestis e transexuais nesse espaço. O dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988) está presente no cenário das regulamentações para normatizar a vida trans no espaço da educação superior, ao mesmo tempo que se insere no contexto de reivindicações que objetivam garantir a existência trans nesse lugar.

Nesse sentido, é importante verificar como as regulamentações de uso do nome social vão acontecendo dentro do âmbito escolar e nas universidades, a partir de fissuras provocadas na matriz heteronormativa, presente no esquema de controle do corpo, em um jogo de acordos entre as pessoas trans, movimentos sociais, instituição, mães, pais e alunas(os). A ideia de *acordo* já está presente no exercício da normatividade, de qualquer forma. No entanto, no que se refere ao nome social, não existe normativa federal, de modo que tudo tem que ser construído em unidades menores de deliberação, o que acaba levando a um empoderamento dos sujeitos trans que, não raro, participam da escrita do texto das resoluções, como é o caso das universidades. Há uma continuidade entre as esferas deliberativas do nome social: primeiro a resolução acontece nas Secretarias de Educação dos estados, direcionada ao Ensino Fundamental e Médio, depois começam a ser requeridas dentro das universidades.

O documento exigindo que as escolas reconheçam o direito, elaborado no fórum da I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em Brasília, em 2008, constitui-se em um marco para a entrada desse dispositivo nas instituições da educação. A I Conferência está inserida no percurso do governo Luís Inácio Lula da Silva quando presidente da República. Fernandes (2011) explica que, desde que entrou na administração, Lula foi autor de planos de ação voltados para a população LGBT, destacando-se dos demais presidentes, no que se refere às políticas para esse setor. As ações do governo estão expressas, principalmente, no Programa Brasil sem Homofobia (BSH) (FERNANDES, 2011) e no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3). (PLANALTO, 2015).

A articulação dos movimentos sociais com o governo federal, no que se refere à implementação de direitos da sexualidade se aprofunda somente em 2001, com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), vinculado ao Ministério da Justiça. Antes disso, desde a década de 80, as ações dos grupos ativistas estavam mais voltadas a dar suporte às vítimas de HIV/AIDS.

(MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012). Como reflexo desse estreitamento entre militância e governo, os movimentos conseguiram incluir no segundo PNDH ações voltadas à liberdade de orientação sexual e outras 10 ações relativas às pautas de igualdade de direitos.

Em 2005 e 2006, como consequência do Programa Brasil Sem Homofobia, foram implantados 45 Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH), com o objetivo de prestar assistência jurídica, psicológica e social à população LGBT. Ainda em 2006, essa ação foi estendida a oito universidades, com o objetivo de criar Núcleos de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (NRDHCH). É característica do Programa Brasil sem homofobia trabalhar no patamar homocêntrico das políticas LGBT, englobando as ações para travestis e transexuais nas “políticas da homossexualidade”. (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012). Na ocasião da I Conferência, em 2008 e no PNDH – 3, esse direcionamento já não existe, provavelmente por causa da atuação efetiva dos movimentos trans nesse momento.

No entanto, como explicam Mello, Avelar e Maroja (2012), os direcionamentos incluídos na carta, que resulta da Conferência de 2008, nunca se transformaram em portarias ou resoluções. Ficaram até agora limitados a um plano de gestão ligado a uma das secretarias da presidência da República. As(os) autoras(es) ressaltam ainda que o PNDH – 3 mostra uma clara desistência do governo federal em relação ao apoio do Legislativo para seu plano, uma vez que, das cinco ações do plano anterior, que dependiam de aprovação do Congresso, restou apenas uma, a união civil de pessoas do mesmo sexo. Por esse motivo, os planos do governo federal se limitaram às intenções de garantir o nome social, sem previsões de ações em relação às mudanças no registro civil, que ficaram delegadas aos processos judiciais. As pautas que ficaram para trás foram: 1) proibição de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero; 2) a regulamentação da mudança de nome e sexo nos documentos civis de transexuais e travestis; 3) a punição da homofobia, a exclusão do termo *pederastia* do Código Penal Militar e a adoção de crianças por casais de pessoas do mesmo sexo. (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012). Todavia, é importante marcar outras ações específicas para transexuais, que aparecem no PNDH – 3: duas na área de

segurança, duas na área de saúde e uma de ordem mais geral (“desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais”).

Com a desistência do governo federal das pautas que dependiam do Legislativo, os movimentos sociais perdem o que poderia ser um grande aliado na luta pelas regulamentações dos direitos trans.

No âmbito da educação, as estratégias têm sido desenvolvidas de modo transversal e aleatório. Além da criação dos núcleos nas universidades, resultantes das metas do PNDH – 3, os grupos de gênero das Instituições de Ensino Superior têm se engajado nos cursos de Gênero e Educação a Distância (GDE), que se mostram como uma alternativa para inserir a discussão nas escolas. O GDE, por estar ligado a uma das secretarias da presidência, acaba se beneficiando do montante de recursos que o governo federal vem investindo na Educação a Distância.

Notamos que, apesar dos esforços verificados no governo Lula, as pautas LGBT nunca deixaram de ocupar um campo marginal dentro da distribuição de recursos para os planos federais. Segundo depoimentos veiculados por Mello, Avelar e Maroja (2012), muitos gestores de associações LGBT reclamam da ausência de recursos para as metas definidas na Conferência de 2008.

Como explicam Barroso e Araújo Junior (2006), as políticas públicas devem impactar diversos setores de ação do Estado, como econômicos, sociais, educacionais, da saúde. Para isso, é necessário discutir teoricamente os conceitos que serão utilizados nas políticas públicas e estudar o lugar que ocupam entre as prioridades do Estado, já que necessitarão do investimento de recursos financeiros. A política se concretiza entre o que a agenda inicial prevê e o que realmente é concretizado, com necessidade de reavaliação periódica das ações. Nesse sentido, não é possível afirmar que o PNDH – 3 se constitui em uma política pública. Para tanto, deveria de início ter sido expresso em uma normativa – não necessariamente produzida pelo Legislativo – e articulada com um cronograma de financiamento das ações previstas, pelo menos. A ausência de legislação respaldando o plano dificulta também que o Judiciário possa exigir aplicação do mesmo.

O governo Dilma Rousseff é marcado pelas pressões religiosas contra as ações LGBT, que já aconteciam nos governos anteriores em menor escala. Após a tentativa frustrada do “Kit Anti-Homofobia”, em meados de seu primeiro

mandato, em 2012, a presidente se mantém omissa em relação a esse setor, apesar de vir atuando, melhor que os governos anteriores, no que se refere às políticas para mulheres.

Apesar da falta de efetivação do PNDH – 3, os movimentos sociais passaram a pressionar localmente as secretarias de estado para elaborarem as regulamentações de uso do nome social nas escolas. No Paraná, o Parecer 01/09, do Conselho Estadual de Educação (CEE), regulamentou a questão nas escolas de Ensino Médio e Fundamental, e logo em seguida elaborou uma instrução de matrícula para orientar as escolas na questão.¹⁵

Nas universidades, as regulamentações acontecem a partir de 2010, quando pelo menos cinco secretarias estaduais já haviam elaborado portarias para a educação, incluindo Paraná e Santa Catarina. Em 2010, há um número considerável de resoluções nas universidades, que pode ser lido ainda como reflexo do documento realizado, a partir da I Conferência de 2008, e como consequência dos trabalhos nas secretarias estaduais.

Segundo dados que colhi em cada uma das universidades públicas, para a elaboração de minha tese, ainda em andamento, a evolução das resoluções dentro das universidades, mostra que houve um impulso das resoluções em 2010, que foi retomado com força em 2014.

Gráfico 1 – Relação de número de resoluções por ano no Brasil



Fonte: CORREA. Arquivos pessoais (a partir de tabela atualizada em 20/4/2015).

¹⁵ A tese de Dayana Brunetto Carlin Santos (2010) discute especificamente a transexualidade nas escolas de Ensino Médio e Fundamental.

Esse movimento parece acontecer junto com o fortalecimento dos movimentos trans, que, nos últimos cinco anos, se desdobraram em diversas associações, institutos e ONGs de apoio à reivindicação dos direitos. Além disso, notamos o crescimento do número de grupos de pesquisa em temas sobre transexualidades e teorias *queer*.

O aumento de resoluções em 2014, que provavelmente teve um número ainda maior em 2015, deve ser analisado, tendo como referência o que acontece dentro de cada instituição; no entanto, é possível verificar, de modo geral, que isso se deve em boa parte aos grupos de pesquisa dentro desses espaços, que começaram a privilegiar a questão trans em seus debates, promovendo discussões nas universidades e incentivando a elaboração das resoluções. A centralidade que este tema ganha, na discussão dos fóruns e eventos sobre a temática LGBT, também está muito relacionada à entrada das teorias *queers* no Brasil, que têm ganhado cada vez mais espaço na academia. A Plataforma Lattes mostra 202 linhas de pesquisa vinculadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que abordam os temas da sexualidade conjugados com gênero, travestilidades, transexualidade, educação e diversidade, direitos, teorias *queer* e mídia. Mais de 50% desses grupos foram criados após 2009.¹⁶ (CNPq, 2105). Nos depoimentos das pessoas trans que acompanho dentro da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), esses grupos ocupam um lugar de suporte às identidades trans e figuram como um espaço de liberdade de fala e de construção de narrativas interligadas às teorias de gênero. Para algumas(uns), constituem-se em um dos motivos da permanência dessas pessoas no espaço universitário.

As resoluções nas universidades acontecem, então, em um movimento integrado, que articula as normativas estaduais já existentes, os movimentos sociais, grupos de estudos e gestoras(es) dessas instituições. As portarias de ensino médio, apesar de também terem sido fruto da militância dos movimentos

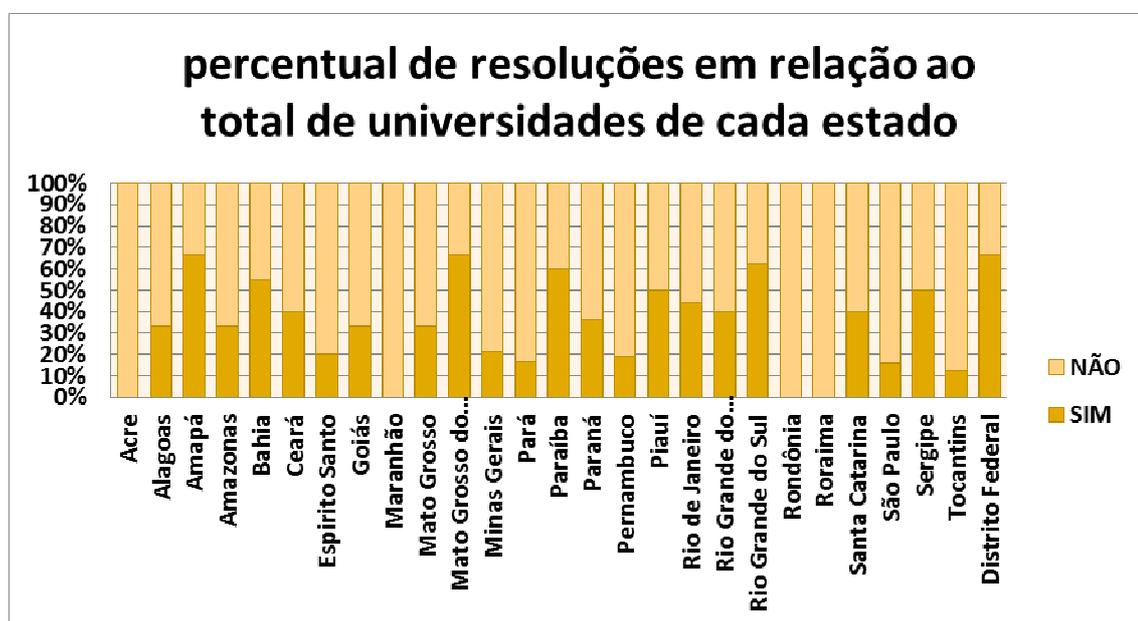
¹⁶ Ao buscar linhas de pesquisa, a expressão *Gênero e sexualidade*, o site mostra 477 resultados, mas muitos deles versam sobre DSTs, saúde da mulher, sexo e envelhecimento, sexo e saúde. Considerei somente as linhas que trabalham a sexualidade, a partir dos marcadores “identidades de gênero”, diversidade e sexualidade.

sociais, sempre são realizadas por funcionárias(os) das Secretarias de Educação e impostas às escolas, em um contexto bem mais hierarquizado.

Em um total de 201 Universidades Públicas,¹⁷ 63 atualmente elaboraram resolução regulamentando o nome social, o que significa que, praticamente, 32% das universidades públicas do Brasil já regulamentaram a questão.¹⁸

Observando a média de resoluções por número de universidades, vemos que Paraná e Santa Catarina encontram-se um pouco cima da média nacional.

Gráfico 2 – Relação resoluções por estados



Fonte: CORREA. Arquivos pessoais (a partir de tabela atualizada em 20/4/2015).

Os Gráficos 1 e 2 mostram que, a partir de 2010 até 2015, quase todos os estados brasileiros passaram a possuir pelo menos uma universidade pública que reconhece, por meio de resolução, o uso do nome social. No gráfico 2, é preciso considerar que a porcentagem da Região Sudeste cai por causa do maior número total de universidades que possui, mas em números, é a segunda região que mais

¹⁷ Houve uma grande dificuldade em definir quantas universidades públicas existem no Brasil, pois o MEC não disponibiliza essa lista. Assim, utilizei a lista mais completa que encontrei na internet, disponível em: <http://www.altillo.com/pt/universidades/universidades_brasil.asp>.

¹⁸ Mantenho uma lista atualizada das universidades com resolução no *site*: <<http://crishnamirella.wix.com/guiadonomesocial>>.

possui universidades com resoluções (17), atrás somente da região nordeste que possui 21 resoluções das 63 instituições públicas encontradas. O acesso às pessoas trans remonta ainda à própria falta de acesso ao Ensino Superior no Brasil, pois existem estados que possuem somente três universidades públicas, como é o caso de Amapá, Amazonas e Alagoas e, mesmo em São Paulo, o acesso é ruim, pois existem 31 universidades públicas para uma população de 44,04 milhões de pessoas.¹⁹ (IBGE, 2010).

Dentro da Região Sul, o Paraná é o estado que tem proporção mais baixa de resoluções por número de universidades (gráfico 2), com 38%; Santa Catarina apresenta 40%; e o Rio Grande do Sul tem 63% das universidades já com regulamentação, superando inclusive a média da região. Dentro do País, a Região Sul encontra-se acima da média, com quase metade das universidades possuindo regulamentação.

Gráfico 3 – Proporção universidades do sul *versus* resoluções

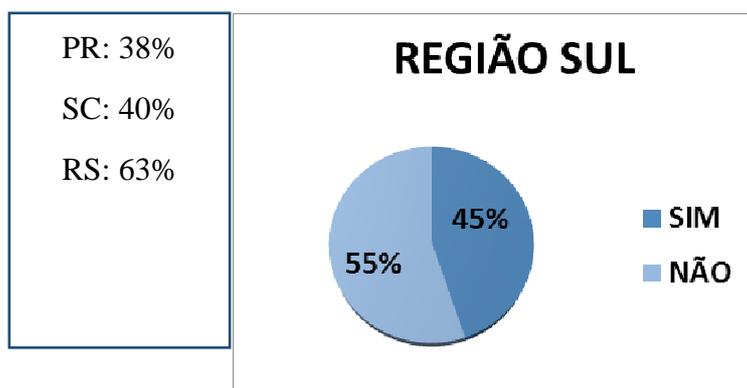


Gráfico 4 – Proporção universidades do Brasil *versus* resoluções

¹⁹ Não encontrei dados sobre o número de pessoas em idade de cursar a universidade.



Fonte: CORREA. Arquivos pessoais (a partir de tabela atualizada em 20/4/2015).

A invisibilidade é uma constante no processo de reconhecimento do direito ao uso do nome social. As buscas nos *sites* das 201 universidades públicas do País mostraram que esses espaços estão estruturados para receber um determinado padrão de aluna(o). Por esse motivo, na página do aluno quase nunca aparecem informações para alunas(os) transexuais.

A metodologia de procura que estabeleci está em função da ideia de acessibilidade da informação, com o menor grau de constrangimento possível, considerando que saber que a resolução existe em determinada universidade pode levar a pessoa a escolher aquele lugar para estudar.

Assim, estabeleci quatro passos de busca. Se o primeiro passo não me mostra a informação, vou para o segundo e assim por diante:

- 1) entrar no *site* oficial de cada universidade e digitar no campo *busca* a expressão *nome social*;
- 2) dentro da própria página da universidade, procurar o campo dos Conselhos Superiores e procurar a resolução, no meio das outras resoluções, de 2010 em diante;
- 3) ir para a página de pesquisa do Google e digitar “o nome da universidade + nome social” e verificar as notícias que aparecerem;
- 4) se os três passos acima não funcionarem, escrever para o *e-mail* institucional indicado como auxílio às(ao)s estudantes e pedir a informação com o texto

Carxs, podem me informar se é possível utilizar o nome social em sua universidade? Vocês já possuem regulamentação para isso? A informação é para minha tese de doutorado, que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC). Obrigada pela atenção, Crishna Correa.

O método foi estabelecido somente após o início da pesquisa quando verifiquei, após as primeiras buscas, que os *sites* não traziam as informações que eu procurava.

Após pontuar o passo 2, vejo que este é um recurso que utilizo, a partir de minha formação em direito e experiência como aluna e docente na universidade, o que me informa que os Conselhos Superiores são os locais apropriados para a aprovação desse tipo de norma. Dificilmente, alguém que ainda não cursou a graduação acrescentaria essa possibilidade.

Durante as buscas, notei que a ferramenta que mais funcionou foi a pesquisa no Google. Mais da metade das resoluções foram encontradas no passo 3, pois algum jornal ou *blog* noticiava a regulamentação e dava o número da resolução, ou até mesmo o *link* para visualizá-la.

Poucas resoluções foram encontradas nos *sites* oficiais das universidades, 11 ao todo, e somente duas instituições, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuem essa informação juntamente com as demais orientações destinadas às(aos) estudantes.

Em algumas buscas ficava claro que a universidade não possuía resolução, mas, em outras, aparecia alguma notícia relacionada que deixava dúvida. Nesses casos, eu escrevia para o *e-mail* de auxílio às(aos) estudantes, conforme estabeleci no passo 4 de meu método de busca. Ao todo escrevi para 38 universidades e 10 me responderam, sendo que uma delas, em Pernambuco, solicitou que meu programa de pós-graduação enviasse para a sua reitoria um ofício requerendo que eu obtivesse esse dado, e só então me dariam a informação requerida. Eu não fiz o procedimento e considerei como resolução inexistente.

Vivenciei uma frustração cotidiana de abrir os campos de “informações ao estudante” e verificar que não havia nenhuma informação às(aos) estudante trans, apesar de haver, em uma ou outra instituição, informações direcionadas a estudantes negros e de baixa renda. No geral, também não encontrei informações sobre acessibilidades. As páginas de apresentação mostravam quase sempre imagens de estudantes brancos, felizes, limpos, vestidos ordenadamente, conversando felizes com cadernos na mão, mostrando, desde a entrada, qual é o tipo de alunas(os) que querem atrair e com as(os) quais querem se identificar.

A informação sobre o nome social encontra-se marginalizada nos veículos de informações das universidades, assim como os processos de subjetivação trans,

a partir das intervenções no corpo e da mudança do nome civil, encontram-se à margem nos sistemas de saúde e de justiça.

As buscas reforçaram a ideia de que os processos trans acontecem como exceções dentro de uma heteronormatividade ainda vigente, em que as resoluções são parte de um esquema em que as subjetividades necessitam ser reguladas e permitidas.

Verifiquei que as regulamentações apresentam um conceito de nome social, que geralmente é dado como “o nome pelo qual a pessoa se identifica ou é identificado no meio social” e depois passam a dizer quais são os direitos relacionados ao uso desse nome.

As permissões estão circunscritas ao campo dos documentos internos, que não possuem validade externa ao campus universitário. O diploma sai no nome civil. Nesse contexto, o direito ao nome social apresenta uma precariedade inerente, que cria uma cidadania circunscrita aos muros da universidade.

Referências

ANDRADE, Luma. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. *Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora Queer*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DA HOMOCULTURA (ABEH), 5., 2010, Natal. *Anais...* Natal, 2010.

BATALHA, Luís. *Breve análise do parentesco como forma de organização social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1995.

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de Filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995.

BRASIL. Inep. MEC. *Sinopse estatística da educação básica 2009*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Gallimard, 2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA FEDERAL, Projeto de Lei 5002/2013 (Lei João W. Nery). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

- CÂMARA FEDERAL, 2015. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>. Acesso em: 5 mar. 2015.
- CÂMARA FEDERAL, 2015. Disponível em:
<www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/394.asp>. Acesso em: 5 mar. 2015.
- CLIFFORD, Geertz. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparada. In: _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópoles: Vozes, 1997.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Brasília: Ministério da Justiça, 1988.
- CORREA ROSA, Crishna Mirella de Andrade. *O sujeito e o campo: reflexões sobre o direito e a crise da subjetividade moderna*. 2006. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2006.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FERNANDES, Felipe. *A Agenda Anti-Homofobia na educação brasileira (2003-2010)*. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- HARAWAY, Donna. “Manifesto Cyborg”. In: THOMAZ, Tadeu (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Mimeografado.
- HÉRAULT, Laurence. La parenté transgenre, Aix-Marseille, Université de Provence, coll. “Penser le genre”, 2014.
- HINE, Christine. *Etnografia Virtual*. Cataluña: UOCedu.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. de Paulo Quintela. Lisboa: Autêntica, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MELLO, Luiz. Avelar; REZENDE Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, maio/ago. 2012.
- NERY, João W. *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. São Paulo. LeYaBrasil, 2011.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contra-sexual*. Barcelona: Opera Prima, 2000.

SAMPAIO, Juliana; ARAÚJO JÚNIOR, José Luis. Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, Recife, v. 6, n. 3, p. 335-346, jul./set. 2006.

SANTIN, Miryan Aldana Vargas. *Sexualidade e reprodução. Da natureza aos Direitos: a incidência da Igreja católica na tramitação do Projeto de Lei 20/91 – Do aborto legal e Projeto de Lei 1.151/2005 – União civil entre pessoas do mesmo sexo*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. *Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2010.

SCHEFFLER, Harold. Kinship, Descent and Alliance: Handbook of social and cultural anthropology. *J. Honigman*, Chicago: Hand MacNally, 1973.

SENADO FEDERAL, *Projeto de Lei Complementar 72/2007*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=82449>. Acesso em: 5 mar. 2015.

SENADOR FEDERAL. *Parecer 1.320 de 2013(a)* (Senador Eduardo M. Suplicy).

SENADO FEDERAL. *Parecer 1.319, de 2013 (b)* (Senadora Fátima Cleide).

SILVA, Márcio. Linguagem e parentesco. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n. 1-2, 1999.

VENOSA, Sílvio Salvo. *Direito civil: parte geral*. São Paulo: Atlas, 2013.

Mulheres catadoras: a reprodução das tarefas domésticas na efetivação do trabalho remunerado

Laís Duarte Corrêa
Ana Maria Paim Camardelo
Mara de Oliveira
Nilva Lúcia Rech Stedile

Resumo: Este artigo objetiva demonstrar formas de desigualdade que permeiam o cotidiano do trabalho das catadoras de resíduos sólidos de Caxias do Sul, especificando uma das características básicas da opressão e exploração das mulheres: a divisão sexual do trabalho. Para isso, inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura, constituidora de um marco teórico conceitual, que permite entender a construção social-histórica edificadora destas desigualdades, bem como dos avanços que se teve em relação a elas. A partir dessa compreensão, realizou-se uma análise de dados nacionais, municipais e específicos das catadoras de Caxias do Sul, na qual se visualizou que a inserção da mulher no mercado de trabalho não significou divisão de responsabilidades com os homens, na execução das tarefas domésticas, sendo estas, inclusive, reproduzidas na atividade que exercem na catação. Também, que o acesso à educação não representa melhores condições de trabalho e salários em igualdade com os homens, e que, no que diz respeito às catadoras, são os homens quem acessam os níveis mais elevados de educação.

Palavras-chave: Catadoras. Divisão sexual do trabalho. Desigualdade de gênero.

Introdução

“Viver é representar(se), mas também transgredir as representações. [...] Pensar é representar, mas superar as representações”. (LEFEBVRE, 2006, p. 109, tradução nossa).

As mulheres, conforme pesquisas nacionais¹ e municipais ocupam um lugar desigual em relação aos homens na sociedade. Isso se encontra confirmado na pesquisa “Atividades laborais de catadores e recicladores de resíduos sólidos: impactos na vida e na qualidade ambiental”,² realizada no período de 2013-2015.

¹ Ver Ipea: Mulher e trabalho: avanços e continuidades; IBGE: Censo demográfico estatísticas de gênero, 2010; IBGE: Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010, dispostos nas referências deste artigo.

² Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi realizada na cidade de Caxias do Sul, pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de Caxias do Sul. Teve como objetivo identificar e analisar a relação entre a satisfação da saúde física, a autonomia e o desenvolvimento laboral dos catadores, com vistas à proposição de alternativas adequadas para o manejo de resíduos sólidos provenientes de Caxias do Sul – RS.

Para a construção deste artigo, foram utilizados dados oriundos da referida pesquisa, na qual foram realizadas entrevistas individuais com 169 pessoas (homens e mulheres). Utilizou-se, para isso, de um formulário que abrangeu questões econômicas, sociais e familiares, organizadas em perguntas fechadas.

Agregaram-se, como técnica de coleta de dados (aliada à entrevista), observações diretas realizadas nos locais de trabalho desses profissionais, cujas impressões foram registradas em diários de campo, intencionados a apurar, inclusive, as condições e o manejo dos resíduos, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), as condições do local e a forma de manuseio, etc., o diário de campo, as fotos dos locais de trabalho.

A organização dos dados foi elaborada pelo programa *Package for Social Sciences* (SPSS), no qual se buscou a percentagem de ocorrência entre as variáveis, demonstrando que a maioria das pessoas, que efetuam a coleta e seleção de material reciclável da cidade de Caxias do Sul, é de mulheres.

Portanto, objetivando, por meio deste artigo, demonstrar como a desigualdade de gênero permeia o cotidiano profissional das catadoras (Parte 3 – *Retrato das mulheres catadoras de resíduos sólidos em Caxias do Sul: formas de opressão no espaço de trabalho*), é imprescindível que, mesmo brevemente, seja abordado acerca das relações de desigualdade que fazem parte da vida das mulheres na sociedade (Parte 2 – *As relações desiguais entre mulheres e homens: a opressão societal ideologicamente registrada e permitida*).

As relações desiguais entre mulheres e homens: a opressão societal ideologicamente registrada e permitida

É perceptível, inclusive geneticamente, que homens e mulheres possuem diferenças entre si; no entanto, essas passam a se constituir como um problema social, à medida que se convertem em desigualdade social, expressas em exploração, subordinação, violência, preconceito, opressão, discriminação, traduzidas, conseqüentemente, em violação ou negação/usurpação de direitos humanos.

Convive-se ainda em um sistema permeado pelo patriarcado.³

³ “No campo dos estudos feministas, o termo patriarcalismo foi comumente utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina. As abordagens, contudo, se

Creemos que o patriarcado permanece como uma base estruturante da exploração e da apropriação das mulheres. Para entender a força e o vigor do patriarcado, categoria indispensável para compreender criticamente e em uma perspectiva de totalidade, a subordinação da mulher e os seus fundamentos, inclusive, econômicos. (CISNE, 2013, p. 12).

Explica-se: “O patriarcado é o mais antigo dos sistemas de dominação-exploração” (SAFFIOTI, 1987, p. 1). Para melhor entendimento, destaca-se a exposição feita por Engels:

Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a **primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino**. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade. (ENGELS, 1979, p.22, grifo nosso).

Portanto, o “patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”. (DELPHY, 2009, p.173).

Pode-se afirmar, igualmente, que a relação desigual entre homem e mulher se constituiu histórica e socialmente, produzindo um

esquema de dominação-exploração que penetra todos os âmbitos da sociedade. Está presente nas leis, na linguagem, na educação, nas tradições, etc. Neste processo legitima o poder do homem sobre a mulher, e é **tão amplamente aceito que parece fazer parte da natureza [...]**. (AMARAL, 2011, p. 3, grifo nosso).

mostraram bastante heterogêneas e controversas, a ponto de algumas intelectuais optarem por não fazerem uso do conceito.” (NADER; MORGANTE, 2014, p. 1). Para esse artigo, sem adentrar-se nas discussões e divergências teóricas, utiliza-se *patriarcado* como sistema de dominação dos homens sobre as mulheres nos vários âmbitos: familiar, profissional, político, institucional, econômico e social.

Para isso,

desde crianças, as mulheres são socializadas para se tornarem boas esposas, donas de casa e mães com base na gramática sexual⁴ ou de gênero. Por outro lado, os meninos são socializados para enfrentar o espaço público e se tornarem capazes de suprir as necessidades de sua família, quando adultos. (AMARAL, 2011, p. 3).

No entanto, esta ideia de destino natural, reproduzida socialmente, deve ser enfrentada e desconstruída e pode ser feita, pois as “[...] atividades ou características, tidas como tipicamente femininas numa sociedade, podem, em outra, ser exercidas pelos homens ou a eles atribuídas”. (CISNE, 2012, p. 51).

Quer dizer, “[...] não é o sexo que determina valores e ações e sim as relações sociais (fundamentalmente, as de classe, gênero e raça/etnia, articuladas dialeticamente)”. (CISNE, 2012, p. 21).

Particularmente em relação ao trabalho,

com o advento do capitalismo industrial na Inglaterra, posteriormente pela Europa e mundo afora, este implicou no acesso à mão de obra em larga escala. Ou seja, **a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho possibilitou em certa medida autonomia financeira e, por extensão, sobre a própria vida.** Conveniente destacar ainda que isso não se deu exclusivamente por um esforço eminentemente dos movimentos feministas, mas, sobretudo uma dádiva em função da dinâmica produtiva do capitalismo, o qual necessitava de mão de obra em larga escala. Também, **reconhece-se que até os dias de hoje persistem em certas áreas produtivas diferenças salariais entre homens e mulheres** que ocupam as mesmas funções e dividem as mesmas responsabilidades. (BORGUEZAN, 2015, p. 70, grifos nossos).

Tais dados, agrupados a outros, permitem inferir que qualquer estudo sobre a opressão feminina demanda pensá-lo às conformações de dependência econômica. Demonstram, inclusive, que aquelas atividades assinaladas como eminentemente masculinas podem ser ocupadas por mulheres. Por conseguinte, “não foram exatamente os argumentos de causas físicas, biológicas ou religiosas

⁴ “A gramática sexual é composta por regras que apontam o que é próprio para uma categoria e o que é próprio para a outra. Estas regras são assumidas ou contestadas, nas relações entre os gêneros. Na maioria das situações é possível afirmar que a socialização com base no gênero tem sido assumida majoritariamente pelos sujeitos. Cada sociedade constrói sua gramática sexual, o que impõe que os estudos de gênero precisam ser localizados no tempo e no espaço”. (AMARAL, 2011, p. 3).

que subestimaram peremptoriamente as mulheres ao ambiente doméstico, mas sim a falta de qualificação adequada e conseqüentemente laboral” (BORGUEZAN, 2015, p. 70), incluindo, durante muitos anos e séculos a baixa ou nenhuma escolaridade.

Como bem pontua Beauvoir, no século XIX (ainda hoje atual):

A mulher reconquista uma importância econômica que perdera desde as épocas pré-históricas, porque escapa do lar⁵ e tem com a fábrica, nova participação na produção. Os patrões muitas vezes as preferem aos homens. “Trabalham melhor e por menos preços” é uma forma cínica de esclarecer o drama feminino. Porque é pelo trabalho que a mulher conquista sua dignidade de ser humano, mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta. [...] No princípio do século XIX a mulher era explorada mais vergonhosamente ainda do que os trabalhadores do outro sexo. (BEAUVOIR, 1970, p. 148).⁶

A ideologia dominante propagadora da opressão feminina é de tal maneira disseminada e assimilada que agrega diferentes sujeitos e espaços institucionais: os empregadores, pois elas têm menor salário; as mulheres que aceitam o trabalho e, em um número significativo de vezes, não se dão conta das formas de exploração, do abuso imposto e da falta de solidariedade masculina.

O problema apresentou-se mais ou menos da mesma maneira que o da mão-de-obra negra nos Estados Unidos. **As minorias mais oprimidas de uma sociedade são, amiúde, utilizadas pelos opressores como arma contra o conjunto da classe a que pertencem.** Em consequência, elas são consideradas inicialmente inimigas e **é preciso uma consciência mais profunda da situação para que os interesses dos negros e dos brancos, das operárias e dos operários se coliguem, em vez de se oporem uns aos outros.** Compreende-se que os trabalhadores masculinos tenham, primeiramente, visto nesta concorrência uma temível ameaça e se tenham mostrado hostis. Somente quando as mulheres se integraram na vida sindical, é que puderam defender seus próprios interesses e deixar de pôr em perigo os da classe operária em seu conjunto⁷. (BEAUVOIR, 1970, p. 152, grifo nosso).

⁵ A discordância à autora se dá pelo fato de que a mulher não escapou, ainda, do lar, mas acumula a dupla jornada: trabalho assalariado com trabalho doméstico; este último não reconhecido como trabalho.

⁶ A autora cujo texto original é de 1949, está, nessa parte, fazendo uma análise do século XIX, mas a situação de exploração e menor salário continua no século XXI.

⁷ Para maiores aprofundamentos, ver Beauvoir (1970). Ver, também, os filmes: Pão e Rosas (2000); Terra Fria (2006).

Infelizmente, o exposto nas análises de Simone de Beauvoir, em 1949, continua na sociedade contemporânea, nesse 2016.

Talvez tenha alterado, em alguns aspectos, a solidariedade masculina em âmbito sindical, em relação às lutas por melhores salários, mas, com certeza, os dados demonstram que houve pouca modificação quanto à solidariedade masculina, na divisão das tarefas domésticas, como poderá ser visualizado na Parte 3.

Isso significa que muitos foram os avanços – principalmente a partir do século XX –, inclusive constituidores do aparato legal,⁸ em relação à igualdade entre homens e mulheres e o reconhecimento de demandas específicas femininas.

No Brasil elas têm assegurado o direito ao voto desde 1932⁹; as delegacias para mulheres (espaços importantes na luta contra a violência) são da década de 80 e, em 1985, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; em 1988, a Constituição Federal define que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (art. 5º); em 1995 são determinadas as quotas de mulheres para as candidaturas nos partidos e, em 1996, é aprovada a lei regulamentadora da união estável.

A considerável produção de legislação referente à mulher entre os anos 2000 e 2010 veio acompanhada de um novo desenho institucional para o tratamento dos temas relativos às mulheres: a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, deu maior visibilidade às demandas femininas e passou a promover a articulação entre os órgãos estatais responsáveis pela execução das políticas públicas. [...], em 2004 foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e, em 2005, foi lançado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Observa-se ainda, ao longo da década, o crescimento em todo o país do número de órgãos estaduais e municipais voltados para as mulheres (coordenadorias, secretarias, assessorias, superintendências e diretorias), que eram apenas 13 em 2003 e passaram a ser 101 já em 2005. Na década que se encerrou, merece destaque a aprovação da chamada Lei Maria da Penha, em 2006, que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher, reconhecendo a necessidade de sua proteção. A produção legislativa sobre a mulher mostra que o tema tornou-se definitivamente uma preocupação da sociedade brasileira. As demandas se diversificaram intensamente e questões que até a Constituinte não eram objeto de proposições no Congresso Nacional, como saúde da mulher e violência doméstica, hoje estão presentes na pauta parlamentar. (BRASIL. Legislação da Mulher, 2014, p. 21-22).

⁸ Ver, entre outros, BRASIL, Legislação da Mulher, 2014.

⁹ “Mesmo obtendo o direito de votar e ser votada, apenas uma mulher foi eleita para a Constituinte de 1934, e a de 1946 não contou com nenhuma parlamentar. Entre 1932 e 1982, apenas 31 mulheres tiveram assento no Congresso Nacional, sendo que as maiores bancadas femininas foram registradas em 1965 (6 mulheres) e 1982 (8 mulheres). [...] a Assembleia Nacional Constituinte [1987-1988], que contava com apenas 26 mulheres¹²”. (BRASIL. Legislação da Mulher, 2014, p. 18-20).

Em síntese: não obstante as conquistas “há uma falsa e vulgar ideia de que as mulheres já atingiram um patamar de igualdade social com os homens [...]” (CISNE, 2012, p. 85); porém se verifica que as desigualdades ainda permeiam as relações sociais atuais.

Buscando explicitar um pouco acerca da relação de opressão e exploração, vinculada ao exercício profissional, sob os quais as mulheres catadoras do município de Caxias do Sul encontram-se submetidas, construiu-se a Parte 3.

Retrato das mulheres catadoras de resíduos sólidos em caxias do sul: formas de opressão no espaço de trabalho

Antes de apresentar algumas características que compõem o retrato das mulheres catadoras de resíduos sólidos em Caxias do Sul, dois aspectos precisam ser salientados.

O primeiro, refere-se ao resíduo sólido ser entendido, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (2010), como reutilizável e reciclável, diante do que é considerado “um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (BRASIL, Lei 12.305/2010, art. 6º), quer dizer, mesmo que seja, ainda na representação simbólica de parte expressiva da sociedade, sobra, lixo, algo inútil e sem valor, passa a assumir um significado contrário.

O segundo, é o regulado no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), que desde 2002 dispõe sobre a ocupação de “trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável” (código 5192), tendo como descrição sumária o que segue:

Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança. (BRASIL. CBO, 2002).

O histórico dessa ocupação contempla um “conjunto de funções, tarefas e operações destinadas à obtenção de produtos ou serviços”. (BRASIL, CBO, 2002):

- catador de material reciclável (código 5192-05), definição dada em 22/10/2002, incluindo “Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa)” (BRASIL, CBO, 2002);
- selecionador de material reciclável (código 5192-10), definição dada em 10/01/2011, envolvendo “Separador de material reciclável, Separador de sucata, Triador de material reciclável, Triador de sucata” (BRASIL, CBO, 2002);
- operador de prensa de material reciclável (código 5192-15), definição dada em 10/01/2011, envolvendo “Enfardador de material de sucata (cooperativa), Preseiro, Prensista” (BRASIL, CBO, 2002).

Consoante ainda à CBO, as características de trabalho contemplam que o mesmo é

exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de selecionador, triador, enfardador de sucatas e operador de prensa. (BRASIL, CBO, 2002, grifo nosso).

Tais características não são meras descrições de possibilidades, elas exibem a realidade observada, também, na função das(dos) trabalhadoras(es) da coleta e seleção de material reciclável de Caxias do Sul. Das 169 pessoas entrevistadas, 111 são organizadas juridicamente em associações e 58 em grupos autônomos (geralmente de familiares) não legalmente constituídos.

Em Caxias do Sul, coincidentemente com o resto do País, a maioria, 54%, é de mulheres. E, são elas, comumente, as responsáveis pelos processos de separação e seleção do material coletado e preparação desses para a expedição (sejam associadas ou autônomas): “Na maioria, as mulheres são responsáveis pela separação e seleção dos materiais e os homens realizam o transporte de fardos/bags de resíduos sólidos já classificados para os locais de prensagem e armazenamento”. (OLIVEIRA; CAMARDELO; STEDILE, 2015, p. 51).

A apreensão realizada pelas pesquisadoras, sobre a estrutura física e as condições dos locais de trabalho (na efetuação dos processos de separação e

seleção do material coletado e preparação desse para a expedição), revela diferenças entre os espaços ocupados pelos profissionais associados e os autônomos (não legalmente constituídos).

De uma forma geral, a estrutura física das organizações de catadores não legalmente constituídos consta de um galpão, coberto por telhados de zinco reutilizado, com furos e corrosão, paredes feitas de madeiras e compensados também reutilizados, sujeitos a ações de intempéries. Em alguns desses locais há risco de desabamento de paredes e do telhado. É comum encontrar uma diversidade de tipologia de resíduos sólidos espalhados pelo entorno do galpão; alguns com aparência de estarem depositados por longo período. [...] A instalação elétrica desses locais é precária, pois apresenta um emaranhado de fios expostos, lâmpadas e tomadas penduradas. Nesses locais não há banheiros ou os mesmos são precários e/ou improvisados. Também não contam com refeitório ou espaço adequado para lanches e refeições. Muitas das famílias de trabalhadores usam as dependências da residência para fins de refeição ou para utilizar o banheiro, já que os locais de trabalho (geralmente familiar) é no entorno das residências. Não há assoalho nos galpões, é de “chão batido”. (OLIVEIRA; CAMARDELO; STEDILE, 2015, p. 50).

Os locais de trabalho das(os) catadoras(es) organizadas(os) juridicamente em associações

são melhores em termos de estrutura física e de processos de trabalho. Os galpões são de alvenaria, com janelas, mais protegidos das intempéries e sem risco de desabamento. As condições elétricas são mais adequadas oferecendo menor risco de acidentes. Há espaços específicos para serem usados como refeitórios e banheiros. O piso é de concreto. (OLIVEIRA; CAMARDELO; STEDILE, 2015, p. 52).

As características dos espaços conferem, igualmente, aos processos de trabalho distinções.

No caso daquelas(es) autônomas(os):

As mulheres realizam a separação da seguinte forma: pegam os sacos de resíduos ainda não manuseados, abrem e espalham os resíduos sobre uma mesa, classificando-os conforme sua composição e a destinação final adequada, depositando-os em *bags* e caixas de papelão. Após a triagem dos resíduos sólidos, os homens realizam a compactação de caixas de papelão e transportam os fardos e bags para a parte externa do galpão. (OLIVEIRA; CAMARDELO; STEDILE, 2015, p. 50-51).

De maneira um pouco mais satisfatória ocorrem os processos de trabalho daquelas(es) associadas(os):

Todas as associações contam com esteira para seleção do material. Os resíduos sólidos são colocados sobre as esteiras e as trabalhadoras vão retirando esses por tipologia para serem posteriormente prensados e enfardados. (OLIVEIRA; CAMARDELO; STEDILE, 2015, p. 52-53).

É possível visualizar, aqui, que as tarefas realizadas pelas catadoras coadunam-se às tarefas ditas femininas no âmbito do lar, ainda que mascaradas pelo trabalho, pois a mulher que separava (separa) os grãos para cozimento, as roupas sujas para lavar, cuidava (cuida) da limpeza da moradia, entre outros, agora realiza a separação dos resíduos, espalhando-os e classificando-os para que, posteriormente a isso, os homens façam o trabalho que exige a força física, ou seja, carreguem estes.

É importante lembrar que, como pontuado anteriormente, o mercado de trabalho, por muito tempo, não foi ocupado pelas mulheres, e que sua inserção, apesar de ainda não ser satisfatória, cresceu significativamente entre 1998-2008 “[...] em 1998, 52,8% das brasileiras com 15 anos ou mais estavam ocupadas ou à procura de emprego, e em 2008 já eram 57,6% as que participavam do mercado de trabalho”. (IPEA, 2010, p. 4).

Entretanto, o mercado de trabalho continua sendo “[...] *o espaço de reprodução não somente de normas e valores, mas também de desigualdades. As desigualdades de gênero e cor ou raça são uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro [...]*”. (IBGE, 2014, s/p. grifo nosso).

Isso porque é o local de trabalho “[...] um dos principais lócus das relações sociais” (IBGE, 2014, s/p, grifo nosso).

À vista disso, além da reprodução das atividades ditas femininas no âmbito da catação, está o salário que essas catadoras percebem, o qual não compreende apenas uma desvalorização ao exercício do seu trabalho, mas, também, a desigualdade entre homens e mulheres, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Renda mensal média individual dos catadores e catadoras de Caxias do Sul

Renda mensal média individual	Catadoras (%)	Catadores (%)
Até 1 salário-mínimo	28,3	29,3
1,1 a 2 salários-mínimos	71,7	64
2 salários-mínimos ou mais	-	6,7
Total	100	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O que se vê, conforme explicitado na Tabela 1, é que o salário das catadoras não ultrapassa dois salários-mínimos ao contrário dos homens, dos quais 6,7% auferem este valor ou mais.

Se comparados os dados nacionais e municipais, conforme Tabela 2, tanto as mulheres sem renda, como as que percebem até um salário-mínimo constituem um percentual maior ao dos homens.

Tabela 2 – Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento ou com renda até um salário-mínimo e população economicamente ativa (%) no Brasil e em Caxias do Sul

		Sem rendimento	Até 1 salário-mínimo
Brasil	Homens	19,4	25,7
	Mulheres	30,4	33,7
Caxias do Sul	Homens	8,5	6,8
	Mulheres	21,4	16,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em síntese: no Brasil, as mulheres recebem apenas 67,6% do rendimento dos homens e, em Caxias do Sul, um percentual menor ainda, que totaliza 60,6% (IBGE, 2010) desse rendimento. “Além disso, o rendimento feminino não se iguala ao masculino [...]” (IBGE, 2014, s/p) em nenhuma área de atuação.

Feita a comparação, ainda que ínfimos, os 6,7% explicitam uma desigualdade que abrange todas as demais mulheres no País, ainda que esteja estabelecida constitucionalmente a proibição de diferença de salários entre os sexos.

São as mulheres trabalhadoras, de baixa renda, as mais atingidas por este modelo econômico [capitalismo] e cultural da sociedade, pois elas são exploradas, oprimidas e discriminadas pelo sexo e pela classe, vivendo no limite da sobrevivência com relação às suas necessidades básicas [...]. (CISNE, 2012, p.85, entre colchete nosso).

Em outras palavras, a opressão, exploração e discriminação se acentuam quando se trata de uma mulher de baixa renda. Isso ocorre porque

o mercado de trabalho brasileiro possui algumas características que são importantes para o fenômeno da pobreza, tais como: reduzida remuneração, elevada jornada de trabalho, pouca qualificação e baixa proteção social que são mais sofridos pelas mulheres trabalhadoras. (MELO, 2005, p. 34).

Além disso, sabe-se que, conforme dados do IBGE (2014), 88% das mulheres com algum tipo de vínculo empregatício, a partir dos 16 anos de idade realizam afazeres domésticos,¹⁰ enquanto entre os homens este percentual é de 46%. Sendo assim, as mulheres têm uma jornada média semanal em serviços domésticos de 20,6 horas enquanto para os homens a média é de 9,8 horas.

Estes dados nos permitem inferir que muitas destas catadoras, senão todas, têm dupla jornada de trabalho, uma vez que se evidencia nos dados nacionais a não divisão, a contento, das tarefas domésticas.

Vale lembrar que, de acordo com Borguezan (2015), por muito tempo, um dos motivos, que mantinha as mulheres submetidas ao ambiente doméstico, era a falta de qualificação, e que, inclusive o acesso à educação por séculos esteve distante delas. Atualmente, a desigualdade neste acesso tem sido reduzida; contudo, “[...] o ambiente escolar¹¹ muitas vezes contribui para a reprodução dessas desigualdades.” (IBGE, 2014, s/p).

Dos entrevistados (na pesquisa efetuada em Caxias do Sul), afirmaram ter se inserido no Ensino Fundamental sem o concluir, 61% das mulheres e 70% dos homens. Entretanto, afirmaram ter concluído o Ensino Médio 8% das mulheres, enquanto 11% dos homens o fizeram. Apenas um homem se inseriu no Ensino Superior, sem o concluir, e nenhuma mulher o fez. Estudam atualmente, 8% das mulheres e 9% dos homens.

Percebe-se aqui uma percentagem inferior à dos homens quanto a não conclusão do Ensino Fundamental, ressaltando, todavia, que o número de homens concluintes do Ensino Médio sobressaiu-se ao das mulheres, e que houve inserção

¹⁰ Estes afazeres incluem: “Responder pelo cuidado de filhos e filhas, idosos, pessoas com deficiência e familiares doentes, além de cuidar de todas as tarefas relacionadas à limpeza da casa, higiene e à alimentação [o que] constitui trabalho cotidiano e indispensável para a reprodução da sociedade. Este trabalho cultural e historicamente ainda é atribuído às mulheres. A exclusividade feminina de gestar, parir e amamentar se estende, portanto, a todas as demais tarefas para as quais não importaria o sexo de quem as realiza. Cabe lembrar, ainda, que nem todas as mulheres vivem a maternidade e que, no caso das famílias com filhos, essas tarefas exclusivamente femininas acabam por não tomar tanto do decurso do tempo das famílias hoje em dia, especialmente com a redução do número de filhos”. (IPEA, 2010, p. 5, entre colchetes nosso).

¹¹ “Há, nesse ambiente, um importante mecanismo de socialização capaz de reforçar estereótipos de gênero, moldando comportamentos de mulheres e homens, conforme resalta o Plano nacional de políticas para as mulheres 2013-2015, da Secretaria de Políticas para as Mulheres: ‘A escola acaba reproduzindo a desigualdade vivida entre as pessoas na sociedade, seja nos currículos, nos livros didáticos, nas práticas das salas de aula ou nos procedimentos de avaliação.’ [...] (IBGE, 2014, s/p.).

de um deles no Ensino Superior. Deste modo, possibilita-se visualizar que a inserção, bem como a conclusão dos níveis mais avançados de educação, deu-se por homens em percentagem, ainda que ínfima, maior que a das mulheres.

Entretanto, constata-se em dados nacionais que, no Brasil, em geral a desigualdade entre homens e mulheres no acesso à educação diminuiu consideravelmente nos últimos anos: 7.941.011 mulheres e 7.526.250 homens eram analfabetos em 2000, e 6.829.184 mulheres e 6.830.984 homens analfabetos em 2010, ou seja, o índice tornou-se inferior ao dos homens.

Já em Caxias do Sul, o número de analfabetos era de 5.557 mulheres e 3.412 homens no ano 2000. Estes números reduziram-se em 2010 para 4.849 mulheres e 3.254 homens. Ainda, para fins de comparação aos dados municipais, a Tabela 3 demonstra o grau de instrução de homens e mulheres em Caxias do Sul.

Tabela 3 – Grau de instrução de homens e mulheres em Caxias do Sul em 2010

Grau de instrução	Homens	Mulheres
Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto	35,2	38,5
Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto	19,5	17,1
Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto	33,4	29,1
Ensino Superior completo	11,7	15,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Observa-se, portanto, que o número de analfabetas diminuiu em relação ao dos homens, porém, o índice de analfabetismo, bem como a inserção no Ensino Fundamental sem conclusão, é maior em relação a eles, ocorrendo de forma igual às catadoras. Entretanto, quanto à inserção no Ensino Superior (45,1% de homens e 44,3% de mulheres), as mulheres obtiveram a conclusão em maior número que os homens na cidade, retomando, porém, que este dado é contrário ao obtido com os catadores.

Com base nos dados gerais, “apesar da superioridade escolar feminina, pois, conforme exposto, a população adulta feminina tem maior nível de instrução que a masculina, os resultados no mercado de trabalho não favorece as mulheres” (IBGE, 2014, s/p) e, no caso das catadoras em Caxias do Sul, isto é maior ainda.

Considera-se, destarte, que a precariedade, a atividade que exercem na catação, os salários menores em relação aos homens e o acesso à educação, entre outros, são elementos inegáveis da opressão (de cunho ideológico) impressa nas

relações sociais, reproduzidos por toda a sociedade, o que inclui as mulheres. Nesse sentido, é possível afirmar que o mercado de trabalho, para além de um fator positivo no que diz respeito à autonomia, ao empoderamento e a avanços das mulheres, é também um espaço mascarado por interesses da ideologia dominante, uma vez que pode ser considerado não só uma conquista, mas uma necessidade movimentadora do sistema econômico.

Considerações finais

O presente estudo teve o intento de retratar formas de desigualdade que permeiam o cotidiano do trabalho das catadoras de resíduos sólidos de Caxias do Sul.

Observando isso, e compreendendo inicialmente a construção histórica e social da mulher e seu papel neste modelo de sociedade patriarcal, por assim dizer, depreendeu-se que, para a maioria das mulheres, ainda na sociedade contemporânea, cabe o desenvolvimento de atividades atreladas aos cuidados com o outro, o que exige delicadeza e dedicação (tomar conta de: crianças em escolas de Educação Infantil ou como babás; idosos e pessoas com deficiência; assim como a maioria dos empregos domésticos são efetuados por mulheres).

Exemplo disso é que, no próprio labor, as catadoras desenvolvem atividades ditas femininas, separando os resíduos, espalhando-os e classificando-os. Além disso, a inserção das mulheres, no mercado de trabalho, não as exime da responsabilidade pelas atividades domésticas no âmbito do lar, resultando na dupla jornada de trabalho.

Ficou entendido também que, no âmbito do lar, as mulheres ficaram subestimadas por muito tempo, com a justificativa da falta de qualificação adequada e conseqüentemente laboral. Entretanto, como visto, houve um avanço na inserção das mulheres na educação, mas que, concernente às catadoras, estas se inserem em um percentual inferior ao dos homens, nos níveis mais elevados de educação, e que comparando aos dados nacionais, muito se precisa avançar no que diz respeito a esta categoria na cidade de Caxias do Sul.

Ademais, a inserção na educação não representa melhoria nos salários que as mulheres percebem, tendo em vista que têm remuneração inferior em relação aos homens.

Depreende-se, portanto, que a situação das catadoras em Caxias do Sul coincide com as mulheres no geral. Sobretudo, entende-se que vivem em condições que, ao longo da História, foram concebidas, e que mesmo que tantas ações tenham sido desenvolvidas para minimizá-las, permeiam ainda as relações sociais.

Referências

AMARAL, Sueli Gião Pacheco do. Gênero é desigualdade social pontos para reflexão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital, 5., 23 a 26 de ago. de 2011, UFMA, São Luís- Maranhão. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/GENERO_E_DESIGUALDADE_SOCIAL_NEW.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2015.

BORGUEZAN, Danielly. *Possibilidades e limites de emancipação feminina a partir das análises das dissoluções familiares em Santa Catarina no período de 1980 e 2010*. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado – UnC. Canoinhas, 2015. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/editais/DISSERTACAO_final_18-05.pdf>. Acesso em: 3 set. 2015.

BEAUVOIR, Simone de. *Segundo Sexo: fatos e mitos* [1949]. 4. ed. Trad. de Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRASIL. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, DF, 2002, revisado em 2011. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaHistoricoOcupacoes.jsf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. *Legislação da mulher*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação (Cedi). Coordenação Edições Câmara – Coedi, 6. ed. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/legislacao-da-mulher>>. Acesso em: 31 out. 2015.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UERJ, Rio de Janeiro 2013. Disponível em: <<http://feminismoaesquerda.com.br/wp-content/uploads/2015/03/212322369-Feminismo-Luta-de-Classes-e-Consciencia-Militante-Feminista-no-Brasil-pdf.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2015.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009. p. 173-178.

ENGELS. Friedrich [1894]. *A origem da família, da propriedade privada e do estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

IBGE. *Censo Demográfico 2010 Estatísticas de Gênero, 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=430510&cat=&tema=NaN>>. Acesso em: 15 out. 2015.

IBGE. *Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

IPEA. *Mulher e trabalho: avanços e continuidades*. Brasília: Comunicados do IPEA, n. 40, 8 de março/2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/mulher/100308_comu40mulheres.pdf>. Acesso em: 31 out. 2015.

LEFEBVRE, Henry. *La presencia e la ausencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

MELO, Hildete Pereira de. *Gênero e pobreza no Brasil*. Relatório Final do Projeto “Governabilidad Democrática de Género en América Latina Y el Caribe”. Brasília: CEPAL, 2005. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/integra_genero_pobreza>. Acesso em: 31 out. 2015.

NADER, Maria Beatriz; MORGANTE, Mirela Marin. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-Rio: Saberes e Práticas Científicas, 16., 28 de jul. a 1º de ago. de 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

OLIVEIRA, Mara; CAMARDELO, Ana Maria Paim; STEDILE, Nilva Lucia Rech. *Relatório técnico final da pesquisa “Atividades laborais de catadores e recicladores de resíduos sólidos: impactos na vida e na qualidade ambiental”*. Universidade de Caxias do Sul, RS, agosto de 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

Sobre as autoras e o autor

ANA MARIA PAIM CAMARDELO

Mestra e Doutora em Serviço Social. Professora no Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade de Caxias do Sul. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais e é uma das líderes do Grupo de Pesquisa Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais. É pesquisadora na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, processo de trabalho, políticas públicas sociais, trabalho e pobreza.

CAROLINE FERRI

Mestra e Doutora em Direito. Tem experiência como pesquisadora na área de Direito e Filosofia, com ênfase em Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: hermenêutica jurídica, direito e discricionariedade da decisão judicial, teoria do poder político. Atualmente, é professora no Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais e do Grupo de Pesquisa Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais.

CECIL JEANINE ALBERT ZINANI

Mestra e Doutora em Letras. Professora na Universidade de Caxias do Sul. Tem experiência como pesquisadora na área de Educação, com ênfase em Língua e Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura, leitura, ensino de literatura, estudos culturais de gênero.

CRISHNA MIRELLA DE ANDRADE CORREA

Mestra em Direito e doutoranda em Ciências Humanas, na linha de estudos de gênero. Professora no curso de Direito, da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/IEG/UFSC), do Núcleo de Estudos em Diversidade Sexual (Nudisex/UEM) e Núcleo de Estudos de Gênero e Direito (NEG/UEM). Estuda e pesquisa temas relacionados à teoria dos direitos fundamentais, gênero e feminismos, subjetividades e direitos da sexualidade.

DAÍSA RIZZOTTO ROSSETTO

Graduada e Mestra em Direito. Integra o Grupo de Pesquisa Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais. Estuda e pesquisa a área ambiental, particularmente direito dos animais e das mulheres.

FABRÍCIO ROMANI GOMES

Graduado e Mestre em História. Professor de História, na Rede Municipal e Estadual de Ensino de Farroupilha. Suas pesquisas na área de História abordam, principalmente, o

período republicano brasileiro nos seguintes temas: associativismo negro no pós-abolição, identidade étnica e relações de gênero.

ISADORA VIER MACHADO

Mestra em Direito e Doutora em Ciências Humanas, especificamente em estudos de gênero. Professora na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atua em linha de pesquisa englobando sistemas de justiça criminal, especificamente com os seguintes temas: Lei Maria da Penha, gênero, direito penal.

LAÍS DUARTE CORRÊA

Acadêmica do curso de graduação em Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul. Atualmente, desenvolve atividades de pesquisa como bolsista de Iniciação Científica Probit/Fapergs. Está vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais e Grupo de Pesquisa CNPq Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais. Tem como temas de estudo: pobreza, mulheres, catadores de resíduos sólidos, trabalho profissional do assistente social.

LUCIELE MARIEL FRANCO

Acadêmica do curso de Direito pela Universidade Estadual de Maringá. Bolsista de Iniciação Científica. Tem como temas de estudo: a violência obstétrica, medicalização/judicialização do parto, parto humanizado.

LUIZA HORN IOTTI

Mestra e Doutora em História. Professora no Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade de Caxias do Sul. Assessora em projetos, no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul. Lidera o grupo do CNPq: Memória, Justiça e Poder. É pesquisadora tendo como referência os seguintes temas: imigração e colonização, história e poder (englobando a questão de gênero e do Judiciário).

MARA DE OLIVEIRA

Doutora em Serviço Social. Professora aposentada pela Universidade de Caxias do Sul. Participa do Grupo de Pesquisa Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais. Estuda e pesquisa na área das políticas sociais públicas em geral e, particularmente, em reflexões e sistematizações sobre política social pública de assistência social; família e políticas sociais públicas; controle social, e direitos sociais e meio ambiente.

NILVA LÚCIA RECH STEDILE

Mestra em Educação. Doutora em Enfermagem e pós-doutora em Informação e Comunicação em Saúde. Professora no Centro de Ciências da Saúde da Universidade de Caxias do Sul. É pesquisadora na área de resíduos de serviços de saúde, saúde e meio ambiente e organização e gestão de políticas sociais públicas.

PATRÍCIA LESSA

Mestra em Filosofia da Educação. Doutora em História na área de Estudos feministas e de gênero. Pós-doutora em Letras, na área de discurso e linguagem. Professora na Universidade Estadual de Maringá (UEM), na área de Educação e Pesquisa. Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos do Corpo e da Sexualidade. Atua nos seguintes temas: arte e feminismos, feminismo e anarquismo, performances e masculinidades, mulheres nos esportes e animalismo.

SALETE ROSA PEZZI DOS SANTOS

Mestra e Doutora em Letras. Professora na Universidade de Caxias do Sul. Tem experiência como pesquisadora na área de Educação, com ênfase em língua e literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, literatura, ensino de literatura, estudos culturais de gênero.

